

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS

ZIRLENE EFFGEN

**DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO E GÊNERO SOCIAL: UM
ESTUDO CRÍTICO DO PROJETO DE LEI 120/2011**

**Vitória
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS

ZIRLENE EFFGEN

**DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO E GÊNERO SOCIAL: UM
ESTUDO CRÍTICO DO PROJETO DE LEI 120/2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Micheline Mattedi Tomazi

**Vitória
2016**

ZIRLENE EFFGEN

**DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO E GÊNERO SOCIAL: UM
ESTUDO CRÍTICO DO PROJETO DE LEI 120/2011**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Aprovada em 30 de maio de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Micheline Mattedi Tomazi

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

Profª Drª Lúcia Helena Peyroton da Rocha

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Júlio Cesar Pompeu

Universidade Federal do Espírito Santo

**Vitória
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me fizeram forte quando nesta trajetória acadêmica o cansaço, a angústia e a insegurança me abateram.

AGRADECIMENTOS

Ao meu glorioso DEUS, que me carregou quando me faltaram forças, por sua infinita bondade, amor e misericórdia.

À minha linda, estimada e admirável orientadora Prof^a. Dr^a Micheline Mattedi Tomazi, a quem verdadeiramente devo a minha titulação, pelo carinho, confiança e paciência a mim dispensados, pelos conselhos firmes e seguros nos momentos que pensei em desistir, pelos saberes partilhados e pelos extremos atos de dedicação à minha pesquisa.

À Prof^a Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha, pelas ricas colocações e sugestões, por seu carinho, por seus gestos meigos e sua bondade.

Ao Prof. Dr. Júlio Cesar Pompeu, por me oportunizar o contado com a pesquisa empírica, que foi de extrema relevância para esta dissertação, por me acolher tão generosamente no Programa de Pós-Graduação em Direito e por sua admirável simplicidade.

Ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL agradeço a excelência da formação prestada e conhecimentos transmitidos.

À minha amiga/irmã Rossana Martins Furtado Leite, a quem me falta palavras que alcancem a minha gratidão, obrigada por ajudar a suprir as minhas limitações, por acreditar em mim, pelo cuidado, preocupação e carinho. Você foi meu porto seguro neste período acadêmico, os seus atos refletem o amor de DEUS. Amo você!

Ao meu esposo, filhas e filho, pela paciência e compreensão nos momentos de turbulência, pelo apoio e incentivo quando o desespero me sucumbia.

À minha família, pelo acreditar, carinho e compreensão.

A todos os amigos que fizeram parte desse momento acadêmico, obrigada por estarem ao meu lado, pelos sorrisos nos momentos de desespero, pela palavra de incentivo e pelo auxílio linguístico. Thanks Kaka!

*“O sonho da igualdade só cresce no terreno do
respeito pelas diferenças.”*

(Augusto Cury)

RESUMO

Nesta dissertação, analisamos o discurso político legislativo materializado no Projeto de Lei 120/2011 apresentado à Câmara Municipal de Vitória – ES, observando as formas ideológicas de poder e dominação que violam o direito personalíssimo das travestis e transexuais a utilizarem o nome social em instituições escolares. Se a leitura de um texto é uma prática discursiva que resulta de processos constantes de compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e de valores, ou seja, das nossas performances cognitivas, partimos da hipótese de que nesse Projeto há evidências reconhecidas por estratégias textuais/discursivas e sociocognitivas que apontam para relações de abuso de poder e de dominância social, capazes de manipular o processo cognitivo dos receptores do discurso, levando-os a elaborarem modelos mentais preferidos de discriminação e de intolerância de gênero social. O aporte teórico que sustenta esta pesquisa encontra respaldo nos Estudos Críticos do Discurso, de van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014), em seu viés sociocognitivo. O objetivo é analisar, por meio dos Modos de Operação da ideologia de Thompson (1999) e das contribuições da proposta sociocognitiva, como o discurso é construído na esfera política, no sentido de reforçar ideologias e práticas sociais que transgridem o direito à identidade de gênero, e como esse discurso colabora com a elaboração e a reprodução de modelos mentais discriminatórios. Como abordagem metodológica, adotamos a pesquisa qualitativa interpretativa e utilizamos a pesquisa etnográfica como método para a coleta de dados. Os resultados obtidos pela análise nos permitiram evidenciar que no Projeto de Lei 120/2011, embora se tente promover a democracia assegurada no direito processual constitucional, o que se reconhece é um ocultamento dos interesses políticos e sociais que ainda tentam legitimar relações de dominância e de poder sobre as relações de gênero social.

Palavras-chave: Discurso Político; Nome Social, Cognição, Modos de Operação de Ideologia.

ABSTRACT

In this thesis, we analyze the legislative political discourse embodied in the Law Project 120/2011 submitted to the City Council of Vitoria - ES, noting the ideological forms of power and domination that violate the personal right of transvestites and transsexuals to use their social name in schools. If the reading of a text is a discursive practice that results from constant understanding and interpretation processes, inference, assignments of meanings and values, that is, of our cognitive performances, we start from the hypothesis that this project has evidences recognized by textual/discursive and socio-cognitive strategies related to abuse of power relations and social dominance, capable of manipulating the cognitive process of speech receptors, causing them to develop preferred mental models of discrimination and intolerance of social gender. The theoretical framework that supports this research is supported by the Critical Discourse Studies, Van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014), in their social cognitive bias. The objective is to analyze, through the ideology of Thompson's Operation Modes (1999) and contributions of sociocognitive proposal, as the discourse is built in the political sphere, to reinforce ideologies and social practices that violate the right to gender identity and how this discourse works with the development and reproduction of discriminatory mental models. As a methodological approach, we adopt the interpretative qualitative research and use ethnographic research as a method for data collection. The results obtained by the analysis allowed us to show that the Law Project 120/2011, although they try to promote democracy ensured by the constitutional procedural law, what has been recognized is a concealment of political and social interests that still try to legitimize dominance relations and power over the relations of social gender.

Keywords: Political speech; Social name; Cognition, Ideology Operation Modes.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Composição das 16ª e 17ª Legislaturas	101
TABELA 2 - Vereadores da 16ª e 17ª Legislatura e sua posição religiosa.....	104
TABELA 3 - Esquema de contexto de suas categorias.....	122

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Forma e Conteúdo do Projeto de Lei 120/2011 – Parte1	49
FIGURA 2 - Forma e Conteúdo do Projeto de Lei 120/2011 – Parte 2	50
FIGURA 3 - Tríade da análise sociocognitiva de van Dijk.....	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Posição integrada das representações sociais.....	73
QUADRO 2 - Modos de Operação de Ideologia.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Número de vereadores por partido político	102
GRÁFICO 2 - Vereadores que se mantiveram na 16ª e 17ª Legislatura	103

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

AD – Análise do Discurso

CID – Classificação Internacional do Trabalho

CMV – Câmara Municipal dos Vereadores

ECD – Estudos Críticos do Discurso

GEDIM – Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

RS – Representações sociais

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	14
1.1 APRESENTAÇÃO	14
1.2 COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	15
1.3 JUSTIFICATIVA	21
1.4 OBJETIVOS DO TRABALHO.....	23
1.4.1 Objetivo Geral	23
1.4.2 Objetivos Específicos	23
1.5 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES.....	24
1.6 DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO	24
1.7 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	25
CAPÍTULO 2 DO DISCURSO POLÍTICO AO DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO SOBRE O USO DO NOME SOCIAL.....	26
2.1 O DISCURSO POLÍTICO: NOVAS CONFIGURAÇÕES	28
2.2 DIFERENTES PERSPECTIVAS DISCURSIVAS DO DISCURSO POLITICO	30
2.2.1 O Discurso político na proposta de Charaudeau	31
2.2.2 As contribuições de Bourdieu para o estudo do discurso político	33
2.2.3 O político e as contribuições de Foucault	36
2.2.4 O Discurso político na proposta de Van Dijk.....	38
2.3 O DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO COMO GÊNERO DISCURSIVO.	41
2.3.1 O Gênero Discursivo Projeto de Lei	43
2.3.2 A elaboração dos Projetos de Lei	44
2.3.3 O objeto de estudo: Projeto de Lei 120/2011	46
2.3.3.1 Projeto de Lei 120/2011: Forma e Conteúdo	47
CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE E GÊNERO SOCIAL.....	50
3.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E IDENTIDADE SEXUAL	50
3.2 A IDENTIDADE E O DIREITO DA PERSONALIDADE	56
3.2.1 Nome Civil e Nome Social	57
3.3 DISCURSO, GÊNERO SOCIAL E IDENTIDADE	59

CAPÍTULO 4 - DISCURSO , PODER, IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: POR UMA PROPOSTA SOCIOCOGNITIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO	62
4.1 IDEOLOGIA: DEFINIÇÃO E MODOS DE OPERAÇÃO	66
4.1.1 Modos de Operação de Ideologia	73
4.2 A TRÍADE DISCURSO-COGNIÇÃO E SOCIEDADE	80
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA.....	82
5.1 RECORRENDO A ETNOGRAFIA.....	82
5.2 O MÉTODO ETNOGRÁFICO.....	83
5.3 O MÉTODO ETNOGRÁFICO E ACD.....	84
5.4 TÉCNICAS ETNOGRÁFICAS	85
5.5 A COLETA E O TRATAMENTO DOS DADOS	86
5.5.1 Análise de Documentos Legais	87
5.5.2 Análise de Documentos Pessoais	90
5.5.3 Observação participante com entrevista não estruturada	91
5.5.3.1 Sujeitos envolvidos na observação participante	92
5.5.3.2 Descrição narrativa da observação participante	95
5.5.3.3 Síntese da observação participante	104
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE SOCIOCOGNITIVA DAS RELAÇÕES DE ABUSO DE PODER E DOMINÂNCIA SOCIAL	107
7 CONCLUSÃO.....	121
8 REFERÊNCIAS.....	124

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa de mestrado surgiu de nossa participação como integrante do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (GEDIM/UFES), coordenado pela Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi, junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal do Espírito Santo. As pesquisas do grupo, situadas em uma perspectiva crítica do discurso, por meio de uma proposta teórico-metodológica no âmbito da linha de Estudos Textuais e Discursivos, têm se consolidado por constituir-se em investigações que consideram os discursos inseridos em práticas sociais e ideológicas sustentadas por estruturas de poder e dominação.

Tendo em vista esse posicionamento crítico, os pesquisadores do GEDIM buscam analisar os discursos materializados nos textos, levando em conta a relação intrínseca entre os discursos que circulam em nossa sociedade e as relações hegemônicas de poder e de dominação. É, pois, nesse sentido, que as investigações do grupo procuram evidenciar um posicionamento crítico frente aos problemas sociais, incluindo as formas de dominação, de abuso de poder, de desigualdade e de exclusão social. Essa postura investigativa encontra respaldo na vertente da Análise Crítica do Discurso¹ (ACD), que foi definida por van Dijk (2012a. p.113) como um tipo de “investigação analítica do discurso que estuda principalmente as formas como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são conquistados, reproduzidos e contestados, por meio de textos no contexto social e político”.

Foi, portanto, a partir desse engajamento social dos estudos críticos, o qual nega o “mito da imparcialidade científica²”, que nos propusemos a desenvolver esta dissertação sobre um tema que tem nos instigado como pesquisador. Trata-se da identidade de gênero, que se refere à constituição do sentimento

¹ Em trabalhos mais recentes van Dijk (2009, 2012a, 2012b, 2014) prefere usar o termo Estudos Críticos do Discurso por entender que o termo é mais amplo e que favorece pensar em um campo multidisciplinar de atividade que não se limita à análise.

² Van Dijk (2012a) afirma que a imparcialidade científica é um mito, visto que o pesquisador não é neutro. Ao escolher o seu objeto de pesquisa e a forma de abordá-lo, ele é consciente ou não, movido por seus valores.

individual de identidade (JESUS, 2012), mas também do sentimento de pertença a um contexto sócio histórico que situa o ator social ou o sujeito na sociedade. Esse ator social é considerado um agente processual, que é capaz de agir e contestar, reestruturar e transformar suas práticas ideológicas, porque possui “graus relativos de autonomia” (PEDRO, 1997, p.20) que lhes permite a tomada de consciência de si mesmo, ao mesmo tempo em que é construído e que constrói processos discursivos por meio de sua dimensão agentiva na sociedade. Trata-se, pois, de um ator ideológico que possui uma identidade social e uma identidade discursiva.

1.2 COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Em um artigo intitulado *Análise crítica do discurso jurídico (ACDJ): o caso Genelva e a (im)procedência da mudança de nome*, Colares (2014) analisa uma sentença judicial (n. 0013781-87.2011.8.19.0038) tramitada e julgada, da Comarca de Nova Iguaçu, Cartório da 3ª Vara de Família, disponibilizada no site oficial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (<http://www4.tjrj.jus.br/>) decidida em 14 de junho de 2012 e arquivada em 14 de agosto de 2012, denominada como “caso Genelva”. O objetivo para a produção deste artigo foi demonstrar os efeitos ideológicos e políticos do discurso na prolação de sentenças judiciais. Para tanto, a autora escolheu um caso que envolve o pedido de mudança de nome, ou seja, retificação do nome no Registro de Nascimento, impetrado por Genelva Maria da Silva que justificou o pedido alegando constrangimento e mal-estar na convivência diária, além de esclarecer que o registro foi feito por seu pai em dia que estava alterado pelo uso exagerado de bebida alcoólica. O pedido foi julgado improcedente e a análise pormenorizada de aspectos argumentativos (modalizadores) e dos modos de operação da ideologia por Colares (2014) coloca em evidência a inexistência da almejada objetividade nas decisões judiciais e as marcas que atestam a subjetividade natural às linguagens humanas ordinárias.

O caso analisado por Colares (2014) se referia basicamente a uma solicitação de alteração de nome no registro civil inerente a toda pessoa natural dotada de

personalidade e não de mudança de nome social que se refere basicamente aos casos de transexuais que, por não aderirem à personalidade de pessoa natural, solicitam junto à justiça a mudança de nome civil.

Há uma divergência entre os doutrinadores sobre a natureza jurídica do nome. De forma geral, várias são as teorias em que a doutrina busca definir a natureza jurídica do nome, porém a mais aceita pelos doutrinadores é a Teoria do Nome como Direito da Personalidade. Segundo Vieira (2008), no contexto dessa teoria, o nome seria um direito da personalidade e cujo objeto não se estima. Seguem essa teoria: Gonçalves (2007), Vieira (2008), entre outros. É pois, essa doutrina a que é empregada pelo novo Código Civil que cuida do nome civil no Capítulo II, do Título I, do Livro I, da Parte Geral, dedicado aos direitos da personalidade, *“in verbis”*:

“Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.”

Nesse sentido o nome é imprescritível, oponível a todos, protegido tanto pelo Direito Constitucional, como pelo Direito Civil, assim como pelo Direito Penal.

Segundo Monteiro (2009, p. 106), o nome é o mais importante dos atributos da personalidade, pois é o elemento identificador da pessoa. O indivíduo recebe-o ao nascer e conserva-o até a morte. Em todos os acontecimentos da vida do homem (individual, familiar e social) e em todos os atos jurídicos, ele tem que apresentar-se com o nome que foi registrado. O autor define o nome da seguinte forma: “[...] o sinal exterior pelo qual se designa, se identifica e se reconhece a pessoa no seio da família e da comunidade” (MONTEIRO, 2009, p. 106).

Quanto à identidade propriamente dita, esta é uma das grandes angústias do transexual, pois, quando nasce, não identifica seu sexo psíquico com seu sexo biológico e, mesmo depois de operado, tem dificuldades de alteração do nome, bem como da nova designação de gênero, tudo isso visando à efetivação da verdadeira dignidade humana, como afirma Vieira:

O direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação de sexo e prenome, ancora-se no direito ao próprio corpo, no direito à saúde (art.196 da Constituição Federal), principalmente, no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal. Trata-se, destarte, de um direito da personalidade (VIEIRA, 2004, p. 117).

Todas as pessoas são possuidoras dos direitos da personalidade, na medida em que são inerentes ao indivíduo, bens essenciais à pessoa, portanto, todos, têm direito a sua identidade como forma de individualização da pessoa humana.

Segundo Viegas e Rabelo (2012),

Por ser de tamanha importância a identificação pessoal para o ser humano é que o direito à identidade se abarca ao rol dos direitos da personalidade, protegidos pela Constituição Federal. A Identidade trata-se de uma qualidade de idêntico conjunto de características de um indivíduo como nome, idade, peso, altura e assim por diante. É, portanto, o direito que se tem de exigir um reconhecimento com individualidade distinta de outras individualidades (VIEGAS; RABELO, 2012, p. 89)

Bittar (2007, p.128) acredita que o direito à identidade é “um elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade em geral”, de modo a construir os elementos básicos para o relacionamento interpessoal nos inúmeros meios, dentre eles o familiar e o social, uma vez que individualiza a pessoa, conferindo-lhe uma identidade, evitando, assim, confusão com outra pessoa.

É nesse contexto que se insere o direito ao nome social, considerado uma das militâncias da comunidade de transgêneros. Transexuais e travestis buscam ser reconhecidos socialmente pelo nome com o qual se identificam.

Situações vexatórias e constrangedoras, quanto ao uso do nome social são descritas por travestis e transexuais como habituais, reiterando práticas excludentes e transfóbicas. Não importa como o sujeito se define ou se posiciona em relação à identidade de gênero, o que importa é o que está escrito e a foto que consta do documento. O depoimento da transexual Dorothy Lavigne, 36 anos, estudante de história da UFRJ (Universidade

Federal do Rio de Janeiro), divulgado no *site* da UOL, exemplifica bem esse tipo de constrangimento:

Ano passado um professor passou uma lista com os nomes civis de todos os alunos junto de suas respectivas fotos. Não tive como disfarçar, e meu nome ficou conhecido por todo mundo da sala. Foi vergonhoso. Já na semana passada, os alunos bolsistas conseguiram comer no restaurante universitário de graça. Só que eu tive que dizer meu nome de batismo para a funcionária me deixar entrar. Tudo isso gerou muita exposição, e me revoltou muito porque é uma falta de respeito com a minha identidade (<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/03/23/nome-social.html>).

A travestilidade e transexualidade são tomadas como práticas dissidentes de sexualidade no espaço escolar, provocando deslizamentos constantes nas normas de gênero. Historicamente, a instituição escola delimita espaços, afirma o que pertence ao universo masculino e ao universo feminino, separa e institui, informando o lugar daquilo que é socialmente aceito e rejeitando o desviante da norma (LOURO, 1997). Nesse sentido, faz-se necessário considerar os vários aspectos da dimensão humana durante os processos de socialização e de aprendizagem, pois de outra forma não seria possível estabelecer uma relação dialógica que atenda às transformações psíquicas e orgânicas pelas quais os estudantes, sujeitos socioculturais do ato de conhecer, estão submetidos ao longo da vida escolar.

Segundo Alves e Silva (2014), no contexto político, a discussão sobre sexo, identidade e gênero ganha visibilidade no Brasil na última década, tornando-se pauta de inúmeros planos e programas federais que promulgam a igualdade de direitos entre os cidadãos. Podem ser destacadas as ações governamentais presentes nos seguintes documentos: 1. Programa Brasil sem Homofobia (2004); 2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2006); 3. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); e 4. Programa Nacional de Direitos Humanos (2010).

A Secretaria Especial de Direitos Humanos tem subsidiado a elaboração e a implementação de políticas públicas, sobretudo nos campos da educação e saúde, com vistas à promoção da equidade de gênero e do respeito às identidades de gênero e orientação sexual. É uma dessas políticas públicas que concerne o uso legalizado do nome social pela população de travestis e

transexuais nos documentos internos escolares das redes de educação de alguns estados e municípios da federação.

Atualmente, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios (Munic), divulgada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 79 municípios têm legislação de combate à homofobia e adotam políticas para o uso do nome social. Na verdade, um número insignificante se considerarmos que, atualmente, o país possui 5.570 municípios.

Historicamente, o Pará foi o primeiro estado brasileiro a garantir a inclusão do prenome social de estudantes travestis e transexuais no ato da matrícula, através da Portaria Nº.016/2008 de 10 de abril de 2008. O primeiro município foi Belo Horizonte por meio da Resolução CME/BH Nº 002/08, aprovada por unanimidade no Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte em dezembro de 2008. Atualmente, os estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Alagoas, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal também possuem normativas referentes ao uso do nome social em instituições educacionais.

Segundo Alves e Silva (2014), os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba têm normativas diferenciadas, pois garantem o uso do nome social em todos os órgãos de administração direta e indireta sem especificar o uso do nome social no âmbito educacional. Além de Belo Horizonte, as capitais estaduais Fortaleza e Vitória também possuem normativas relacionadas ao uso do nome social em instituições educacionais.

Porém Vitória, capital do Espírito Santo, possui uma trajetória histórica política no que refere ao direito do uso do nome social nas instituições de ensino por travestis e transexuais, marcada por um retrocesso aos direitos humanos. Em fevereiro de 2011, a Câmara de Vereadores de Vitória recebeu um Projeto de Lei que pretendia legislar “sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de usar o nome civil no registro dos documentos escolares” (VITÓRIA, 2011, p.3). Essa proposta política se instaurou na CMV,

em um momento, em que a comunidade de transgêneros tinha o direito garantido ao uso no nome social, esse direito foi instituído pelo decreto nº 15074 da Secretaria Municipal de Educação.

Mesmo configurando um retrocesso aos direitos humanos, o projeto foi aprovado pelos membros da CMV. Quando encaminhado ao poder executivo para a sanção, foi vetado em sua totalidade pelo chefe deste poder; todavia, os vereadores votaram pela derrubada do veto do Prefeito e o Projeto 120/2011 se tornou Lei.³

Nesse contexto, posicionados em uma problemática social e política de âmbito nacional, onde há uma crescente mobilização pelo reconhecimento pleno de ativistas transgêneros, conquistas, a exemplo das leis de identidade de gênero, e também situados em uma problemática capixaba polêmica que possui em sua historicidade social a presença de uma iniciativa política que impede o direito personalíssimo da identidade de gênero, esta pesquisa de natureza linguística se preocupa com as estruturas textuais/discursivas e sociocognitivas utilizadas na referida iniciativa. Segundo van Dijk,

[...] os grupos ou instituições dominantes podem influenciar as estruturas do texto e da fala, de modo que, como resultado, o conhecimento e as atitudes, as normas, os valores e as ideologias dos receptores sejam mais ou menos indiretamente afetados tendo em vista o interesse do grupo dominante (VAN DIJK, 2012, p.88).

Dessa forma, preocupamos-nos em identificar como o vereador Esmael Barbosa de Almeida articulou o seu discurso para conseguir adeptos a sua causa política. Essa preocupação se dá em virtude de consideramos a possibilidade de existir evidências de abuso de poder e dominância social nas estruturas textuais/discursivas e sociocognitivas do vereador. No decorrer da leitura do texto, no processo de compreensão, interpretação, inferências e atribuições de sentidos, a presença dessas evidências pode influenciar e manipular as mentes dos receptores do discurso e colaborar para a construção de um modelo mental discriminatório sobre o gênero social. Segundo van Dijk (2012a), este modelo se encontra não generalizado em conhecimento, atitudes

³ A trajetória histórica completa dessa proposição está explicitada no capítulo 2.

ou ideologias mais gerais, isto é, pode reforçar não somente a problemática do uso do nome social, mas também a homofobia em toda a sua extensão.

Nesse sentido, esta pesquisa visa a responder aos seguintes questionamentos:

- i) Como a articulação discursiva do vereador Esmael Barbosa de Almeida está relacionada às práticas sociais do grupo de vereadores da Câmara Municipal de Vitória no que concerne a captar adeptos as suas causas políticas.
- ii) Existem nas estruturas textuais/discursivas e sociocognitivas do Projeto de Lei evidências que apontam para relações de abuso de poder e dominância social?
- iii) Essas evidências colaboram para a construção de modelos mentais preferidos que discriminem o gênero social?

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema da identidade social não é novo, mas vem ganhando espaço nas instituições de ensino, no campo jurídico, na política, na sociologia, na antropologia e também nas ciências da linguagem. Essa emergência dos estudos que se voltam para a existência desse ator social por meio da consciência de seu corpo (físico) de seu saber (conhecimento), de seus julgamentos (crenças e valores), de suas ações (seu poder fazer), segundo Charaudeau (2008), é o que nos leva à percepção da diferença, ou seja ao princípio da alteridade, ao reconhecimento de que existe um outro e um eu e que cada um desempenha papéis diferentes, finalidades e intenções distintas, sendo, portanto um jogo de reconhecimento do outro e de diferenciação desse outro, “cada um se legitimando e legitimando o outro através de uma espécie de ‘olhar avaliador’” (CHARAUDEAU, 2008, p. 309). De fato, é a diferença de si em relação ao outro que trará a emergência de discussões e reflexões no terreno da linguística discursiva de vertente crítica sobre identidade social e identidade de gênero ou da relação entre linguagem e estrutura social.

Essa ideia antiga de identidade que remonta ao pensamento filosófico é hoje o caminho por onde podemos discutir a diferença, a rejeição e, conseqüentemente, a exclusão no que diz respeito à identidade de gênero de

travestis e transexuais. O cenário dessa problemática dos travestis esbarra no embate entre a busca pela inclusão e pelo respeito de sua identidade de gênero e, portanto, do seu direito ao uso do nome social. O preconceito e a discriminação emergem da negação ao Direito de utilização do uso do nome social no ambiente escolar.

A discussão envolve relações de força entre o grupo socialmente discriminado, o dos travestis, e o grupo social que não admite a divergência do sexo biológico e do nome civil que foi socialmente determinado ao ator social. Portanto, nossa pesquisa está relacionada a um contexto específico, o direito ou não do uso do nome social por travestis e transexuais em instituições escolares do município de Vitória, abordado no Projeto de Lei 120/2011.

Segundo a Comissão de Diversidade Sexual da OAB-ES, Vitória possuía em 2011, ano em que o Projeto foi proposto, um universo estimado de 390 transexuais e travestis, quantitativamente esse era o impacto do número de cidadãos atingidos diretamente pela iniciativa do Projeto de Lei 120/2011. Atualmente, ainda segundo a Comissão estima-se que a comunidade de transgêneros é composta por quase 570 cidadãos.

O Projeto de Lei, objeto de nosso estudo, é um documento do âmbito legislativo, sua iniciativa pode partir de parlamentares, entidades públicas e civis e cidadãos em geral. No caso do Projeto de Lei 120/2011, a iniciativa foi do vereador Esmael Barbosa de Almeida. Consideramos que o Projeto de Lei pertence ao domínio do discurso político legislativo, já que embora seja produzido por um político, o vereador, o Projeto de Lei pertence ao âmbito jurídico normativo.⁴

Segundo Guimarães (2004, p.33), a documentação jurídica é comumente dividida em três categorias: doutrina, jurisprudência e legislação⁵. Para esta pesquisa interessa a documentação legislativa que representa o conjunto de

⁴ Devido à importância da definição e discussão que envolve esse gênero discursivo, retomaremos ao assunto no capítulo 4.

⁵ A doutrina é definida como um conjunto que serve de base a um sistema. No caso dessa dissertação o sistema jurídico e a jurisprudência referem-se ao conjunto das decisões, aplicações e interpretações das leis.

documentos gerados durante o processo legislativo, compreendendo as proposições legislativas e as normas jurídicas propriamente ditas.

Nesse sentido, podemos definir nosso objeto de estudo, ou seja, o texto do Projeto de Lei 120/2011, que está imbricado em dois âmbitos de estruturas de poder e ideologias dominantes - o político e o jurídico -, como discurso político legislativo.

Para Bourdieu (1989), o campo político é local, por excelência, das lutas pelo poder simbólico. Para o autor, poder simbólico pode ser definido como o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. Qualquer discurso político, seja pelo contexto, pela estrutura ou pelo público-alvo está atrelado a elementos coesivos e jogos persuasivos. Com base nesse entendimento, Charaudeau (2008, p. 212) chega a afirmar que o discurso político é o lugar de um “jogo de máscaras”. É, portanto, esse “jogo de máscaras” encenado no campo na arena da Câmara Municipal de Vitória, quando o vereador Esmael Barbosa de Almeida apresenta o Projeto de Lei 120/2011, que compreende o objeto de nosso estudo nesta dissertação.

1.4 OBJETIVOS DO TRABALHO

Com base nos estudos realizados para esta pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos:

1.4.1 Geral:

Identificar como são operadas as estratégias típicas de construção simbólica para legitimar, dissimular, unificar, fragmentar e reificar formas ideológicas de discriminação e poder no Projeto de Lei 120/2011.

1.4.2 Específicos:

- Analisar o texto do Projeto de Lei, procurando demonstrar as marcas discursivas que revelam relações ideológicas;
- Identificar as construções linguísticas e discursivas que nos permitem evidenciar um discurso ideológico discriminatório e de exclusão;
- Discutir e refletir, a partir de uma pesquisa de campo, como foram construídas e gerenciadas as relações de poder de persuasão e na votação do Projeto de Lei entre o grupo de vereadores que foi eleito para representar os interesses da população na Câmara Municipal de Vitória;
- Apresentar os resultados de nossa análise do referido Projeto de Lei assumindo um posicionamento crítico e reflexivo em prol da sociedade capixaba, principalmente, dos travestis e transexuais.

1.5 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Como hipótese, defendemos que é possível demonstrar as marcas linguísticas e discursivas no texto do Projeto de Lei 120/2011 que contribuem para manter relações desiguais de poder e dominação na sociedade e reforçar ideologias dominantes que violam e negligenciam o direito personalíssimo da identidade de gênero e do direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na capital do Espírito Santo.

1.6 DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

Esta dissertação está filiada a uma perspectiva multidisciplinar de vertente sociocognitiva dos estudos críticos do discurso cujo principal representante é van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014). Ao estabelecer um diálogo entre a Linguística Textual e a cognição social, van Dijk tem

contribuído para os estudos críticos do discurso, ao discutir questões como discurso e poder, discurso e acesso, conhecimento e, principalmente, ideologia. Pela importância do conceito de ideologia para a análise do nosso objeto de estudo, procuramos dialogar com Thompson (1999) e sua proposta de categorização dos modos de operação da ideologia.

A temática em discussão nos direcionou para autores que já trataram de identidade social, principalmente, os que se dedicaram ao tema sob um ponto de vista discursivo e social, portanto recorreremos a algumas contribuições dos estudos sobre identidade de gênero, os de Benedetti (2005), Jesus (2012), Grossi (2015), Butler (2003) e Macrae (1990). Esses trabalhos são relevantes para a nossa pesquisa, pois nos permitem visualizar discussões acerca de identidade de gênero e, ainda, refletir sobre os resultados alcançados, no sentido de buscar novos avanços para o que ainda não foi examinado, especialmente, no que se refere aos estudos sobre gênero e identidade social de travestis e transexuais.

Outros estudos também são relevantes para esta dissertação e, quando preciso, procuramos diálogo com autores que trazem alguma contribuição sobre discurso político a fim de definirmos o gênero discurso político legislativo e suas características, como Charaudeau (2008) ou sobre direito e linguagem, Colares (2003, 2009, 2010, 2014).

1.7 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em oito capítulos. No primeiro, que compreende a introdução, procuramos apresentar nosso problema de estudo, definir nossa hipótese delimitar nossos objetivos, justificar nossa escolha pelo discurso político legislativo que compreende o Projeto de Lei, apresentar nosso referencial teórico e a divisão desta dissertação.

No segundo capítulo, fazemos uma abordagem teórica que vai do Discurso Político ao Discurso Político Legislativo dentro da temática do uso do nome social, apresentando a sua historicidade e diferentes perspectivas.

No terceiro capítulo, fazemos uma contextualização do problema social Identidade e Gênero Social, abordando a identidade e o direito a personalidade, as relações entre gênero social e o discurso, bem como, às relações sociais pertinentes às travestis e às transexuais.

No quarto capítulo, abordamos os estudos sobre Gênero Social, Discurso e poder, a partir da proposta sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso.

No quinto capítulo, apresentamos o aparato teórico metodológico da pesquisa e descrevemos as categorias de análise pertinentes ao nosso trabalho.

No sexto capítulo, dispomos das análises do nosso objeto de estudo, e colocamos as discussões acerca dos resultados encontrados nas análises.

No oitavo capítulo, apresentamos de forma conclusiva as inferências finais da pesquisa.

Por fim, no oitavo capítulo, listamos as referências dos autores e seus respectivos trabalhos que colaboraram com a fundamentação deste estudo.

CAPÍTULO 2 DO DISCURSO POLÍTICO AO DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO: SOBRE O USO DO NOME SOCIAL

Neste capítulo, pretendemos partir da noção de discurso político desde seu surgimento com as contribuições dos filósofos gregos, passando pelas contribuições de outros filósofos e sociólogos da modernidade que, de alguma forma, contribuem para que o tema possa chegar aos estudos da linguística discursiva. Não pretendemos fazer um apanhado exaustivo dessas contribuições, mas apenas trazê-las para nossa pesquisa para situar nossos conceitos e a própria história da política e do discurso político. Portanto, não nos prenderemos a uma teoria filosófica social ou mesmo da linguística retórica que procura dar conta do discurso político.

Reconhecemos a importância do discurso político institucionalizado pelas eleições, que nos faz reconhecer esse discurso como um discurso de autoridade. É, pois, um discurso legitimado cuja aprovação e escolha é feita pelo próprio povo ao eleger seus representantes legais. No entanto, antes de chegarmos a esse ponto de vista mais democrático sobre o papel político, a história nos mostra que nem sempre é possível que a sociedade possa ser inserida nesse contexto como ator social partícipe das escolhas de seus representantes e, portanto, também responsáveis, de alguma forma, por toda ação política.

Nosso objetivo neste capítulo é propor uma reflexão sobre o discurso político de um ponto de vista mais amplo para, em seguida, apresentarmos a questão que sustenta nossa pesquisa e que tem relação direta com um tipo específico de discurso político que definiremos como discurso político legislativo.

Reconhecemos que o tema é vasto e optamos por apresentar a contribuição de alguns autores, sem, contudo, desconsiderar que outros também tiveram extrema relevância para o tema. O capítulo será dividido da seguinte maneira. Após essas considerações iniciais, passaremos a apresentar algumas contribuições de autores que foram selecionados para esta pesquisa. Reiteramos o fato de que há um campo vasto de estudos na área, mas optamos por alguns trabalhos cujas reflexões e propostas dialogam com nosso

objetivo de análise e com nosso referencial teórico de base já apresentado, em linhas gerais, no capítulo 1.

2.1 DISCURSO POLÍTICO: NOVAS CONFIGURAÇÕES

O discurso político é, provavelmente, tão antigo quanto a vida do ser humano em sociedade. Na Grécia antiga, o político era o cidadão da "*pólis*" (cidade, vida em sociedade), que, responsável pelos negócios públicos, decidia tudo em diálogo na "*agora*" (praça onde se realizavam as assembleias dos cidadãos), mediante palavras persuasivas. Desse contexto, surge o discurso político baseado na retórica e na oratória orientado para convencer o povo.

Ainda na Grécia antiga, foi em Atenas, no século 5 a.C. que se deu a origem da relação entre a política e a comunicação. Naquele tempo, eram feitas, ao mesmo tempo, reflexões acerca da política, da retórica e da prática política. O fato de a retórica ser uma estratégia de convencimento pelo discurso fez com que ela sempre estivesse presente na prática política, uma vez que uma das funções da política daquela época era resolver a questão do poder político por meio de cidadãos que atuavam e debatiam publicamente, ambicionando encontrar alternativas para melhor governar a sociedade (RUBIM, 2000).

O decorrer do tempo, as evoluções tecnológicas, as lutas dos dominados contra as classes dominantes resultaram em uma transformação da configuração política, como exemplo, podemos citar o surgimento dos Parlamentos, dos partidos, das eleições, da legitimidade advinda da opinião pública e não mais do "direito divino", a conquista da liberdade associativa e partidária, a ampliação da democracia, entre outros aspectos que contribuíram para acentuar o caráter público da política, atingindo um número maior de cidadãos e tratando, também, de temas mais vastos (RUBIM, 2000, p. 22).

Nesse sentido, a política atual, segundo Rubim (2000), configura-se

[...] enquanto possibilidade, como inclusão formal ou real, ampliação potencial de participação, alargamento temático, caráter majoritariamente público e predominância de realização sob a forma de disputa de hegemonia. Tais componentes inscrevem como possibilidades históricas a socialização real da política, a desconcentração do poder e, enfim, a realização de um radical, ampliada e efetiva democracia em toda a sociedade (RUBIM, 2000, p.23).

No contexto nacional da metade do século XX, diante da mudança dos aspectos ideológicos e históricos e os avanços tecnológicos, o discurso político assume uma nova configuração que passa a ser extremamente importante para a ciência da linguagem. No contexto desse século cresce o interesse da Análise do Discurso pelo discurso político. Michel Pêcheux (1983) com sua obra – *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1983) e Jean Jacques Courtine (1981) com a obra *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* são autores basilares dos estudos relativos ao discurso político, porém para a análise do novo conjunto de enunciados, construídos com as mudanças da atualidade, seus fundamentos já não parecem ser suficientes. O próprio Courtine (2006) em *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública*, faz essa reflexão ao retomar as relações entre linguagem, discurso político e ideologia, aponta e analisa as transformações na forma de organização, apresentação e circulação desse tipo de discurso.

Já Sargentini (2010), em seu artigo *O discurso político no século XXI: heranças, transformações e regularidades*, reafirma essa nova posição de análise do Discurso Político, ao dizer que “na atualidade, a diversidade do objeto de análise que compõe o discurso político exige do analista modos de análise que leve em consideração o sincretismo que caracteriza o discurso político” (SARGENTINI, 2010, p.3).

A mudança do discurso político no Brasil se inicia no período pós-ditadura, momento em que ocorre a instauração do processo de espetacularização do discurso político. São novas mudanças que se instalam, seja na forma de divulgação do texto/discurso político, seja nos lugares de circulação deste discurso, seja na visão que se implementa sobre o tema. Dessa forma, crescem as análises que demonstram tanto transformações quanto

regularidades do discurso político, tais como: análise de programas de governo, de reportagens em revistas de ampla circulação, de propagandas apresentadas em horário gratuito em período eleitoral e, atualmente, a análise de *sites* dos candidatos à presidência, de textos postados em redes sociais e de textos legais, como é o caso desta pesquisa que, toma como objeto de estudo textual-discursivo e sociocognitivo, o Discurso Político no gênero discursivo conhecido como Projeto de Lei. Os Projetos de Lei são hoje gêneros acessíveis a comunidade civil, uma vez que devido ao advento das novas tecnologias são disponibilizados nos sítios das prefeituras e podem ser acessados por qualquer cidadão.

Sobre essa reflexão afirma Sargentini (2010),

a ampliação das formas de circulação do discurso político na mídia exige do analista que não se limite a caracterizar os discursos apenas por seus diferentes níveis de funcionamento lingüístico-discursivo, mas que, neste jogo discursivo, onde impera o texto sincrético, se considere o entrecruzamento de práticas verbais e não verbais complexas (SARGENTINI, 2010, p.4).

No próximo tópico discutiremos as contribuições diretamente ligadas ao discurso e, conseqüentemente, ao contexto textual-discursivo.

2.2 DIFERENTES PERSPECTIVAS DISCURSIVAS DO DISCURSO POLÍTICO

As relações sociais, como práticas discursivas, são instituídas por intermédio da persuasão ativada pelo discurso. A força que se percebe nos processos discursivos revela a dominação e o poder. Pensar o discurso político nos dias atuais requer que sejam consideradas uma gama de contextos em que circula. Uma sociedade democrática e midiaticizada, como no caso do Brasil, oferece uma série de coeficientes que se desdobram marcando e (re)definindo o campo da política. A política é eixo fundamental para a vida em sociedade. É por meio dela que são ditadas as normas, que são negociadas as relações sociais, enfim, que a sociedade se organiza e é organizada a favor de uma ordem social. O discurso político é amplo, uma vez que falar em política é falar

em várias situações que permeiam o nosso dia a dia. Somos rodeados e norteados pela política todo o tempo, mesmo sem nos darmos conta disso.

O interesse pelo discurso político no contexto linguístico-discursivo tem recebido de diferentes pesquisadores e em diferentes perspectivas contribuições para se analisar discursivamente o domínio do político na nossa sociedade. Pelo fato de o tema política circular em diferentes áreas de conhecimento, história, sociologia, filosofia, direito, entre outras, sua discussão na linguística e no discurso acaba por se tornar multidisciplinar e, portanto, para resgatar os trabalhos e as contribuições dentro da linguística é preciso, também, dialogar com autores de outras áreas.

Devido à importância desse conhecimento para nossa dissertação, nos tópicos seguintes, passaremos a demonstrar as pesquisas que dialogam com a emergência de estudos que procuram desvelar e explicar o discurso político em diferentes abordagens teóricas.

2.2.1 O discurso político na proposta semiolinguística de Charaudeau

Charaudeau (2008), ao propor um trabalho no âmbito da semiolinguística discursiva, encerra uma discussão sobre o que pode ser entendido como discurso político: a política se fecharia apenas no discurso ou deve-se considerar uma *ação política*, que permeia a tomada de decisões em prol do bem comum?

Segundo o autor, é preciso considerar que todo ato de linguagem enseja uma ação de um sujeito sobre outro, em uma relação de troca mediada pelos princípios de alteridade, de influência e de regulação, sem os quais não seria possível o engajamento recíproco que determina a ação proposta pelo sujeito agente e que regula as relações de forças que são construtivas do vínculo social.

O discurso é um ato de linguagem que só pode ser compreendido se levado em consideração dentro do contexto psicológico e social em que está inserido. No que se refere ao discurso político, “trata-se de tomar posição quanto as

relações entre linguagem, ação, poder e verdade” (CHARAUDEAU, 2008, p.16). O autor propõe, ainda, a noção de *palavra política*, que está inscrita em uma prática social, tramita em um espaço público e que parece ter a ver com as relações de poder. A complexidade dessas relações deve ser analisada sob uma tríade que necessita ser pensada em plena interação, quer seja: a ação política (suas finalidades e sua organização); as instâncias (partes interessadas na ação); e os valores (ideias defendidas).

Em relação às instâncias, Charaudeau (2008, p.18-19) as distingue em dois pilares: a instância política, propriamente dita, que é delegada e assume a realização da ação política; e a instância cidadã, que é a base legitimadora da instância política ao elegê-la como representante do poder. A instância cidadã, não compreendendo o funcionamento das regras intrínsecas à ação política, delega a outra instância governamental o poder de decisão, que necessita agir em função do possível, atentando que foi eleita para realizar o desejável.

Charaudeau (2008, p.22-23) defende que o poder político é fruto da dialética que se estabelece entre o *debate de ideias* no espaço público e o *fazer político* dentro dos espaços legitimados de tomadas de decisão e de instituições dos atos. Ambos vão se estruturar a partir das relações de força reguladas “segundo um jogo de dominação” que lhe são próprios, associando linguagem (que domina o debate) e ação (que domina o fazer político).

A palavra política, então, funde ação e linguagem fazendo que a instância política precise sempre se atentar para as maneiras de dizer e para a os modos em que se concretizarão o fazer político para que, assim, possa transitar pelos espaços públicos assegurando a legitimidade de suas relações de poder. É o limiar entre uma verdade do dizer, tomada por palavra de decisão, e uma verdade do fazer, tomada por palavra de persuasão e/ou de sedução (CHARAUDEAU, 2008, p. 23). Isso significa que:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço da ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço

de persuasão para que a *instância política* possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2008, p. 21).

Ressalta-se que a política é a força motriz que organiza a vida em comunidade, a partir de suas atividades reguladoras, que podem ser classificadas em: regular as relações de força sociais com o intuito de tentar estabelecer a igualdade entre os indivíduos; legislar, decretando leis e sanções que incidem diretamente no comportamento dos indivíduos visando ao bem comum; e delimitar quais serão “os papéis e as responsabilidades de uns e de outros mediante a instalação de um sistema de delegação e de representação mais ou menos hierarquizado (por nomeação ou por eleição) (CHARAUDEAU, 2008, p. 27).

Trazendo como pano de fundo os postulados de Charaudeau (2008), e para exemplificar a discussão, podemos depreender que a instância política que se configura em nosso objeto de estudo, o projeto de lei, é o vereador eleito e a instância cidadã, os seus respectivos eleitores. Aquele vai, a partir do debate de ideias em torno do uso ou não do nome social dentro das instituições públicas, exercer o seu poder político por intermédio do *fazer político* ao legislar propondo o projeto de lei que proíbe o uso do nome social, efetivando, assim, atividades reguladoras do convívio em sociedade.

2.2.2 A contribuição de Bourdieu para o estudo do discurso político

Na perspectiva de Bourdieu (1989), as lutas simbólicas são a força motriz que norteiam o campo da política, e, assim, os discursos políticos produzidos embasam seu conteúdo considerando as “necessidades internas” do campo da política e as “necessidades externas”, ou seja, as necessidades daqueles que não têm a legitimidade da produção deste discurso, mas que dele se beneficiam.

No entendimento de Bourdieu (1989), nos discursos políticos, determinados agentes sociais travam entre si um subespaço específico do “espaço social”.

Para Bourdieu, o “espaço social” é um espaço multidimensional constituído por diversos campos relativamente autônomos, tais como o campo religioso, o campo do direito, o campo literário, o campo político, entre outros. Neste sentido, é no interior de cada um desses campos que se travam, entre agentes sociais específicos, as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de “fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, p.14).

Ou seja, a luta simbólica não é outra coisa senão a

[...]luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (BOURDIEU, 1989, p.174).

Assim podemos compreender, conforme Silva (2009), que é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo, “que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias, no caso do campo político, as ideologias ou discursos políticos” (SILVA, 2009, p.196).

Os protagonistas, atendendo as necessidades externas e internas do campo político, elaboram os conteúdos de seus discursos nas lutas políticas que são produzidas no interior deste próprio campo. Dessa forma, podemos depreender que os discursos políticos são os resultados tanto das condições sociais dos agentes diretamente envolvidos no processo de sua produção, quanto das condições sociais dos agentes externos, que seriam os seus eventuais consumidores.

Segundo Bourdieu (1989), as ideologias, ou seja, os discursos políticos, são duplamente determinados, eles

devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos

daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...) (BOURDIEU, 1989, p. 13).

Ainda segundo Bourdieu (1989), as necessidades internas do campo político estão em função da concorrência que se relaciona entre os agentes no interior desse campo e também pela própria estrutura social interna em que esses agentes se posicionam em termos do seu capital simbólico acumulado.

Na concorrência pelo monopólio de uma representação legítima do mundo, alguns produtores de visões do mundo, tais como os partidos políticos, procuram produzir em seus discursos políticos variáveis que permitem diferenciá-los dos discursos políticos produzidos pelos seus concorrentes.

Segundo Silva (2005),

Em contrapartida, visto que os agentes internos se encontram hierarquizados conforme as suas respectivas situações atuais nessa estrutura interna e conforme o nível do capital simbólico por eles incorporado, há uma propensão para que aqueles que estão numa posição de dominados nessa estrutura construam um discurso político com conteúdos que apontem para a subversão da ordem instituída, e, ao mesmo tempo, para que aqueles que se encontram em uma situação de dominantes há uma propensão a produzirem discursos políticos que visem a perduração de sua legitimidade (SILVA, 2005, pg.187).

Nesse sentido, como afirma Silva (2009, p.197) “o atendimento que os produtores de discursos dão às necessidades externas do campo, da mesma forma que o atendimento que eles concedem às necessidades internas, pode interferir no conteúdo do discurso político que produzem”.

Segundo Bourdieu (1989), existe uma relação de subordinação entre o atendimento às obrigações externas e internas.

[...] os profissionais do campo político servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social (BOURDIEU, 1989, p.177).

Em suma, sob a ótica de Bourdieu (1989), o conteúdo de cada discurso político resulta de condições específicas, objetivas e subjetivas, e de interesses que estão em jogo na luta política. O caráter de uma verdade absoluta não está

relacionado a uma determinada ideologia política. Dizer que um determinado discurso político não expressa a verdade absoluta, não significa dizer que ele não seja dominante e legítimo. A supremacia de um discurso político, bem como a sua legitimidade, depende de seu poder simbólico de mobilização de adeptos.

2.2.3 O político para Foucault: contribuições para as perspectivas discursivas

Para Foucault (2004), as próprias instituições impõem formas ritualizadas de proferir os discursos. Assim, acabamos por ser instrumentos sobre os quais os discursos incidem, como se não tivesse começo nem fim, como se fôssemos meros instrumentos por onde os discursos atravessam e se materializam. As instituições vêm mostrar que o discurso está na ordem das leis.

Sob esse viés, o autor encerra a suposição de que

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p. 8-9).

O discurso, então, não pode ser visto como um espelho da vida em sociedade, ele é o próprio lugar onde se institue e, desse modo, adquire o estatuto de materialidade. A sociedade atual, determina, segundo o filósofo, procedimentos de exclusão, nos quais a interdição é o mais familiar. Os sujeitos acabam por se habituarem onde, quando e de que forma se pode dizer algo, pois não há o direito de dizer tudo, em qualquer situação, sobre qualquer coisa. Foucault (2004) ainda destaca que as regiões em que se têm maiores “buracos negros” são justamente as da sexualidade, nas quais a neutralidade se desarma; e as da política, que se pacificam por meio do discurso. Essas regiões, como de modo privilegiado, são os lugares em que surgem os mais “temíveis poderes”. O discurso, ao ser atingido pelas interdições, revelam prontamente sua ligação com o desejo e com o poder. “Nisto não há nada de espantoso [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas

aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

Outro princípio discutido pelo autor é o de exclusão, que enseja uma separação e uma rejeição, e que parece ser regido por uma “vontade de verdade” que vem se transformando durante os séculos a partir das variadas civilizações e culturas. A vontade de verdade se respalda nas instituições e em suas práticas, é disseminada pelos processos institucionais vigentes a depender do modo como aplica-se o saber em dada sociedade, considerando o momento e o lugar.

Pode-se dizer, então, que este princípio de exclusão tem a ver com dominar os poderes externos, os perigos que assombam o discurso e que podem desviá-lo. Pense-se em um acontecimento externo que faz com que se desencadeie um dado discurso, como podemos exemplificar com a permissão do casamento homoafetivo que passa a despertar um novo “saber” e insere o discurso da quebra do preconceito nas esferas sociais. Assim, começa a haver a separação e a rejeição dos que são favoráveis e dos que não. A sociedade passa a discutir sobre uma nova forma de saber, a partir da vontade de verdade. Nos dizeres de Foucault (2004),

[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção [...]
O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, e tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 2004, p. 18 – 19).

A vontade de verdade é ativada pela vontade de saber pautada pelo poder, ou pela busca de um poder que está instaurado nas instituições e se materializa por intermédio do discurso. A vontade de verdade para o autor é, dos sistemas de exclusão, aquela que transpassa todos os outros e se reforça, se aprofunda e torna-se incontornável.

O discurso só alcança o campo do verdadeiro, se dito no “espaço de uma exterioridade selvagem”. Mas, para Foucault (2004), é preciso que nos

posicionarmos segundo às regras de uma 'polícia discursiva' que deve incidir a cada vez em que pronunciamos um discurso.

O controle dos discursos também é regido por procedimentos que visam a determinar condições para seu funcionamento: aos sujeitos são impostas normatizações de modo a restringir o acesso ao discurso:

ninguém entrara na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2004, p.37).

Outra forma de sistema de restrição que circula nas sociedades discursivas é o ritual. Foucault diz que o ritual acaba por determinar qual indivíduo é habilitado para pronunciar determinado discurso. É por meio de regras, sejam de gestos, de comportamentos, que os rituais delimitam e impõem a eficácia do discurso, os efeitos que exercem sobre os que o recebem e os "limites de seu valor de coerção".

Os discursos políticos, ainda mais se pensarmos nos que circulam nas instituições políticas, como a Assembleia Legislativa, são permeados por rituais, já que as regras nesses lugares são rígidas e devem ser seguidas pelos sujeitos que lá atuam. Os indivíduos que se encontram fora dessa "sociedade discursiva" acabam por não conseguir acessar a verdade discursiva, colocando-se à mercê dos que dela fazem parte, o que acaba sendo uma forma de legitimação do poder.

2.2.4 O discurso político na proposta multidisciplinar de van Dijk

Quando falamos em poder, podemos inferir que há um controle de uma elite simbólica sobre os dominados, e, se parte de ações discursivas, pode-se dizer que o discurso permeia essa manipulação das mentes.

o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais (VAN DIJK, 2012b, p.18).

O discurso político proferido por um ator social é constituído a partir de seus modelos mentais pessoais que sistematizam suas crenças sobre determinada causa. O entendimento de tal discurso dependerá de um “complexo processo de decodificação e compreensão” do que está sendo explicitado e pela construção dos modelos mentais subjetivos de quem recebe o discurso. Ele pode ou não ser aceito pelos leitores / ouvintes que, ao aceitá-lo, concordam com os modelos, tomando-os como verdadeiros ou “corretos”. Caso contrário, podem ser construídos “modelos alternativos da situação” embasados no “próprio conhecimento pessoal da situação corrente, bem como das avaliações e do conhecimento de grupos compartilhados” (VAN DJIK, 2012b, p. 206 – 207).

Considerando que o campo político é ideológico, Van Dijk (2012a) sugere uma reflexão sobre as relações entre o discurso e as ideologias políticas. Para o autor, o discurso não pode ser considerado apenas pela sua estrutura, mas, também, por contextos políticos – situações comunicativas em que se manifestam o discurso político. Estes são determinados pelos modelos mentais construídos pela interface cognitiva entre uma situação e o discurso ou texto (VAN DJIK, 2012a, p. 28).

Van Dijk (2012b, p.197), em seu capítulo sobre *Discurso político e cognição política*, na obra *Discurso e poder*, ao explicar o estudo da cognição política, diz se tratar das “representações mentais que as pessoas compartilham enquanto atores políticos”. Destarte, os vereadores, enquanto atores políticos, são aqueles que detêm o poder de legislar, moldando as normas da sociedade em favor dos outros atores políticos que os elegeram, ou seja, os seus eleitores.

Pode-se dizer que o processo político é um processamento discursivo, uma vez que eles se constroem pelo discurso. Van Dijk afirma que “um estudo do discurso político é teórica e empiricamente relevante apenas quando as estruturas discursivas podem ser relacionadas a propriedades das estruturas e processos políticos” (VAN DIJK, 2012b, p.197-198). Tendo isto em vista, consideramos que o objeto de estudo que nos serve de análise nesta pesquisa é relevante, uma vez que se trata de um Projeto de Lei, ou seja, um processo

político. E este é um processamento discursivo, pois se dá pelo discurso que é materializado no texto, ou seja, no Projeto de Lei.

Para Van Dijk (2012b, p.198), o estudo do discurso político só pode ser possível se levada em consideração “uma teoria sofisticada da cognição política”, que precisa observar o que se tem de individual e como o discurso político pode oscilar; além de como ocorre a interação com “representações políticas socialmente partilhadas de grupos e instituições políticas”. O autor propõe três níveis e dimensões do domínio político: i) o nível básico, que leva em conta o ator político individualizado, suas crenças, discursos e a forma como se comporta em situações políticas; ii) o nível intermediário, que considera o individual levando em consideração as representações partilhadas por grupos e instituições a que pertence; iii) o nível mais alto, que, baseado no intermediário, constitui-se por sistemas políticos abstratos e suas representações abstratas, ordens de discurso e processos sociopolítico, cultural e histórico.

Para exemplificar, pensemos em um vereador que, ao propor um Projeto de Lei, o faz a partir de suas crenças, naquilo que, sob sua ótica, acredita que seja o certo a se fazer. Ao mesmo tempo, é um vereador eleito por um grupo e deve acreditar que o que está propondo seja útil para a comunidade que representa. Por fim, precisa se adequar ao sistema político ao qual está filiado, ponderando as normas e os processos políticos que exigem a proposição de uma lei em uma sociedade democrática.

De acordo com Van Dijk (2012b, p. 199), o discurso e a política podem ser relacionados, levando em consideração os três níveis distinguidos de duas maneiras:

- (a) Em um nível sociopolítico de descrição, processos e estruturas políticas são constituídos por eventos, interações e discursos situados de atores políticos em contextos políticos, e (b) em um nível sociocognitivo de descrição, representações políticas compartilhadas são relacionadas a representações individuais desses discursos, interações e contextos. Em outras palavras, a cognição política serve como interface teórica indispensável entre as dimensões pessoal e coletiva da política e do discurso político (VAN DJIK, 2012b, p. 199).

O contexto em que são proferidos os discursos são de extrema importância para os analistas. Porém, ao tratar de discurso político, Van Dijk vem nos dizer que é muito mais o contexto que vai definir qual gênero de discurso político se trata do que propriamente o texto. “O discurso político não é principalmente definido pelo tópico ou pelo estilo, mas antes por quem fala, como, em que ocasião e com que objetivos” (VAN DIJK, 2012a, p.222). Portanto, o discurso para ser considerado político precisa exercer, de alguma forma, função no processo político.

2.3 O DISCURSO POLÍTICO LEGISLATIVO COMO GÊNERO DISCURSIVO

Mikhail Bakhtin (2006), em sua obra “Estética da criação verbal, no adendo “Os Gêneros do Discurso”, insere o conceito de gêneros do discurso como formas relativamente padronizadas de enunciados, inscritas no contexto sócio-histórico. Para o autor, os enunciados orais e escritos são os responsáveis pela comunicação. Conforme sua análise,

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2006, p.261-262).

Bakhtin também destaca a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso uma vez que, sendo a atividade humana povoada por múltiplas formas de comunicação, abre-se um extenso leque de possibilidades comunicativas. Toda comunicação humana se faz por meio da interação verbal, assim a língua concretiza enunciados que passam a integrar a vida, ou seja, “através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2006, p.265).

Para o filósofo russo, as características de cada enunciado produzido por meio de atos de linguagem, as direcionam para um determinado gênero do discurso

relativo a uma dada esfera da sociedade que possa a ser discernido pelo interlocutor pelas suas características peculiares. O autor considera que todos os enunciados são encobertos pelos gêneros, independentes de serem orais ou escritos, informais ou formais, isto é, das breves réplicas do diálogo do cotidiano ao discurso jurídico, por exemplo. Por serem infinitos, o autor ressalta a importância de se diferenciar os gêneros primários (simples) dos secundários (complexos). “Os gêneros discursivos secundários [...] surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.” (BAKHTIN, 2006, p.263). Podemos depreender a partir dessa afirmação que o campo jurídico possui uma gama de gêneros discursivos complexos, como por exemplo ementas, leis, pareceres, projetos de lei, entre outros.

O enunciado é, para Bakhtin (2006), a própria materialização do discurso, é a unidade real do discurso tanto escrito quanto falado. É considerado como um ato de linguagem, já que pressupõe sujeitos interagindo verbalmente. O sujeito locutor, ao pronunciar seu enunciado, espera uma atitude responsiva do receptor que pode concordar, discordar, completar, fazer inferências, ou seja, participar ativamente do processo discursivo. Essa atitude, para o autor, é a natureza fundamental do enunciado, que é único e faz parte de um elo na corrente das interações verbais.

Outro fator relevante para Bakhtin é a questão dos gêneros serem formas estáveis dos enunciados e que, ao assumir a palavra, o sujeito escolhe um certo gênero:

[a] vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero de discurso. [...] Falamos através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. [...] Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática. A língua materna – sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam (BAKHTIN, 2003, p. 282-283).

Van Dijk (2012a) sugere centrar-se no discurso como uma forma textual específica de uso da linguagem no contexto social, o que nos leva a dialogar com as teorias de Bakhtin, as quais expõem que cada enunciado, inscrito nas práticas verbais, insere-se nas mais distintas esferas sociais.

Dessa forma, pode-se inferir que o campo jurídico se desdobra em variadas esferas sociais, entre elas a esfera legislativa. O Projeto de Lei é um gênero do discurso do campo jurídico que se constitui dentro da esfera legislativa com suas peculiaridades estruturais, como abordaremos no próximo tópico.

2.3.1 O gênero discursivo Projeto de Lei

O Projeto de Lei é um gênero complexo, segundo as definições de Bakhtin (2006), inserido na esfera comunicacional legislativa, e que tem sua concepção ligada a um objetivo específico de trazer à tona uma proposição deliberativa no sentido de organizar a vida social. O gênero Projeto de Lei, então, é uma proposição de iniciativa do legislativo.

Entende-se por proposição no âmbito legislativo toda a matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja seu objeto (VITÓRIA, 2008). Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória, Resolução nº 1.919/2014, Art.179:

As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial. Deverão ser registradas e assinadas pelo autor ou autores, protocolizadas e deverão conter o assunto resumido do seu objetivo, bem como oferecer articulações de sua justificativa (VITÓRIA, 2008, p.68).

De acordo com Bakhtin (2006, p.74), os gêneros se diferem pelo seu volume, pelo conteúdo e pela construção composicional, ou seja, pela forma. Quanto à forma, podemos dizer que o Projeto de Lei possui duas divisões básicas: a ementa, que é uma apresentação sucinta, visando à macrocompreensão textual; e a justificativa, que consiste na exposição e argumentação do que está sendo proposto.

Ainda que notoriamente se pense que os Projetos de Lei sejam se e somente se de iniciativa dos parlamentares e entidades públicas, esse ato pode partir de entidades civis e cidadãos em geral com igual legitimidade. A Lei da Ficha Limpa é uma referência de lei que partiu da mobilização da sociedade em geral, como uma tentativa de excluir possíveis candidatos com restrições civis e judiciais. Embora ele tramite dentro da esfera política legislativa, cabe esclarecer que o documento normativo Projeto de Lei pertence ao âmbito jurídico.

Como afirmam Nascimento e Guimarães (2004, p.33), por documento jurídico entende-se “o conjunto de espécies documentais geradas pelo e/ou para o Direito, que diz respeito às relações jurídicas existentes entre os indivíduos ou destes para com o Estado e vice-versa”. A documentação jurídica é comumente dividida nas três categorias, a saber doutrina, jurisprudência e legislação.

A doutrina jurídica, segundo Guimarães (1988, p.66), “consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas”. Já a jurisprudência, segundo Atienza (1979, p. 51), é “o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes”. A legislação, por sua vez, representa o conjunto de documentos gerados durante o processo legislativo, compreendendo além das proposições legislativas também as normas jurídicas propriamente ditas.

Nesse sentido, podemos compreender que a tessitura do gênero discursivo Projeto de Lei 120/2011, segue as regras oficiosas do Direito, circula no campo político e pode ser elaborado por atores sociais inseridos no âmbitos político e civil.

Para entendermos melhor esse gênero, na seção seguinte explicitaremos com os Projetos de Lei são elaborados.

2.3.2 A Elaboração dos Projetos de Lei

Segundo informações divulgadas no *site* da Câmara Municipal de Vitória⁶, a elaboração das leis municipais obedece a algumas disposições. Inicialmente apresenta-se um projeto com o objetivo de transformá-lo em Ato Normativo (Lei, Lei Complementar, Resolução, Decreto Legislativo etc.). Os projetos poderão ser apresentados pelos Vereadores, pelo Prefeito, pelas Comissões Permanentes⁷ ou por 5% do eleitorado. A Mesa Diretora⁸ também poderá apresentar projeto dentro da esfera de suas atribuições.

Posteriormente, o projeto apresentado será publicado e distribuído às Comissões. Cada comissão examinará o projeto e emitirá o seu parecer. Após o exame das Comissões, a matéria será apreciada pelo conjunto de vereadores em Plenário. O Plenário é o órgão maior da Câmara e a representa, compondo-se de todos os vereadores do município.

A maioria dos projetos passa por duas discussões. No decorrer dessas discussões, o projeto pode ser modificado por emendas (incluindo ou excluindo itens ou ainda modificando-os). Quando um desses apêndices é apresentado, a matéria retorna às Comissões para um novo exame. Após o pronunciamento das Comissões, a matéria voltará ao Plenário para ser discutida e votada. Após a aprovação do Projeto, a Câmara tem até dez dias úteis para encaminhar a matéria ao Prefeito para sanção (aprovação) ou veto (rejeição).

O prefeito dispõe de até quinze dias úteis para se manifestar. Caso não o faça, o Presidente promulgará a respectiva Lei. Se o projeto for sancionado, será publicado no Diário Oficial como Lei. No caso de o projeto ser vetado pelo Prefeito, o veto será examinado pela Câmara Municipal, que poderá rejeitá-lo (transformando o projeto em lei) ou mantê-lo (o projeto será arquivado).

Gerado o entendimento sobre a elaboração dos Projetos de Lei, delimitaremos

⁶ Site: (www.cmv.es.gov.br)

⁷ Segundo informações do *site* da CMV, As comissões permanentes são órgãos colegiados de caráter técnico-legislativo, que tem por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame.

⁸ A Mesa Diretora é o órgão que dirige a Câmara Municipal. É eleita pelos Vereadores (VITÓRIA, 2008, p.3).

o objeto de pesquisa deste estudo ao texto de apresentação do Projeto de Lei e aos pareceres das comissões. Descrevemos, a seguir, a contextualização dos fatos sociais que envolvem a trajetória histórica do Projeto de Lei 120/2011.

2.3.3 O objeto de estudo: Projeto de Lei 120/2011

Segundo Adolfo e Pazó (2014), a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, no ano de 2011, recebeu em sua Câmara de Vereadores um Projeto de Lei que pretendia legislar “sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados de usar o nome civil no registro dos documentos escolares” (VITÓRIA, 2011, p.3).

O Projeto chega a CMV em um momento social no qual a comunidade de transgêneros comemorava o direito garantido do uso do nome social em instituições de ensino, legitimado pelo decreto nº 15074 da Secretaria Municipal de Educação.

A justificativa escrita pelo autor do projeto, o vereador Esmael Barbosa de Almeida, norteia-se basicamente na idade em que as crianças poderiam ter acesso ao nome social e aos questionamentos: “E se a utilização do nome for uma pressão de um meio e não uma decisão pessoal? [...] E se os pais do aluno entregarem requerimento pela utilização do nome social sem o seu consentimento?” (VITÓRIA, 2011, p.5).

Ainda segundo Adolfo e Pazó (2014). além dos argumentos tratados, o vereador faz considerações sobre o que considera democrático para o debate sobre diversidade sexual no ambiente escolar. Dessa forma, argumenta:

Meu entendimento é que a diversidade sexual, dentro do espaço escolar, deve ser abordada de forma mais democrática, envolvendo, por exemplo, os pais, os alunos e entidades civis organizadas, aqui incluídas as lideranças religiosas. Recentemente, o próprio MEC suspendeu a elaboração do Projeto Escola sem Homofobia, em razão de preocupação com os impactos de sua implementação (VITÓRIA, 2011, p.5-6).

No dia 05 de setembro de 2012, o Prefeito Municipal João Carlos Coser vetou o Projeto de Lei em sua totalidade, em conformidade com o ofício da Secretaria

Municipal de Educação e a assessoria jurídica da Procuradoria Geral do Município. Em seu veto argumenta:

Ressaltamos que o autógrafo de lei em tela, ao modificar a possibilidade de se incluir o nome social nas listas escolares e obrigar que estes se utilizem apenas do nome civil é frontalmente contrário aos preceitos constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, bem como contrária aos objetivos fundamentais do Município de Vitória previstos no Art. 3º da Lei Orgânica de Vitória. (PMGV, 2012a, p.2).

Seguindo a análise cronológica dos fatos, no dia 18 de setembro de 2012, o vereador Fabrício Gandini, relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória, assinou pela rejeição total do veto. Em seu parecer, declara que a assessoria técnica da Câmara Municipal de Vitória não encontrou vícios de ilegalidade⁹ e inconstitucionalidade¹⁰ no Projeto de Lei ou qualquer irregularidade para o interesse público (GAZETA, 2013).

Por fim, no dia 05 de março de 2013, os vereadores votaram pela derrubada total do veto do executivo. A derrubada do veto ocorreu em regimento interno da câmara, que determinou voto secreto na ocasião e teve como grande defensor da medida o vereador Davi Esmael, filho do autor da proposta (GAZETA, 2013).

Como desfecho desses fatos, no dia 10 de julho de 2014 o Projeto de Lei 120/2011, foi declarado inconstitucional¹¹. O caso foi julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que, por decisão unânime declarou a inconstitucionalidade da legislação.

Explicitamos na próxima seção a forma e conteúdo do Projeto de Lei 120/2011.

2.3.3.1 Projeto de Lei 120/2011: forma e conteúdo

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória de 2008 a redação dos projetos de lei deverá conter duas partes básicas. A primeira é o

⁹ Segundo Sidou (2013) o vício de ilegalidade baseia-se na ação direta de infringência do texto legal, como também o abuso, por excesso ou desvio de poder, ou por negação aos princípios gerais do direito.

¹⁰ Segundo Sidou(2013), o vício de inconstitucionalidade baseia-se na infringência de normas estabelecidas pela constituição federal.

¹¹ Quando a lei é declarada inconstitucional, perde o efeito desde o início de sua vigência.

texto da lei propriamente dito, que traduz a idéia que o vereador está propondo. A segunda é a sua justificativa por meio da qual o autor do Projeto explica a razão de sua necessidade, sua importância e solicita o voto favorável dos demais vereadores à proposta.

Seguem a forma e o conteúdo do Projeto de Lei 120/2011.

Figura 1 – Forma e o Conteúdo do Projeto de Lei 120/2011- Parte 1



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
406/2012

PROCESSO	3605/2011
PROJETO DE LEI	120/2011
EMENTA	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de usar o nome civil nos Registros dos documentos escolares.
INICIATIVA	ESMAEL ALMEIDA
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Rejeição do Veto Total.

Fonte: (Vitória, 2011, p.2).

Figura 2 – Forma e o Conteúdo do Projeto de Lei 120/2011 – Parte 2



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
3506	02	65

JUSTIFICATIVA

Apresento para apreciação dos senhores vereadores, projeto que externa minha preocupação com a matéria veiculada no jornal A Gazeta, edição 27/05/201, que dá publicidade a possibilidade aos alunos da rede municipal de ensino a usarem em sala de aula o nome social.

Estamos falando de possibilitar a crianças a partir dos 7 anos, que ainda estão formando o caráter e suas convicções morais e religiosas (construindo sua identidade), de utilizar o nome social.

Inúmeros questionamentos surgem naturalmente: e se a utilização do nome social for uma pressão de uma meio e não uma decisão pessoal? E se a criança desistir de utilizar o nome social e sofrer preconceito por isso? E se os pais do aluno entregarem requerimento pela utilização do nome social sem o seu consentimento? Existe algum acompanhamento psicológico a partir da escolha do nome social?

Meu entendimento é que a diversidade sexual, dentro do espaço escolar, deve ser abordada de forma mais democrática, envolvendo, por exemplo, os pais, alunos e entidades civis organizadas, aqui incluídas as lideranças religiosas. Recentemente, o próprio MEC suspendeu a elaboração do Projeto Escola sem Homofobia, em razão da preocupação com os impactos de sua implementação.

Assim, espero que referida propositura seja aprovada pelos Nobres Edis.

VEREADOR
Esmael
"DEUS É NOSSA FORÇA"
WWW.ESMAEL.COM.BR

GABINETE DO VEREADOR ESMAEL
Av. Marechal Nilson Antônio de Moraes, 1780
Barro Vermelho - Vitória - ES - CEP: 29052-120
esmael@esmael.com.br
27 3334-4366

Fonte: Vitória, (2011, p.3).

CAPÍTULO 3 IDENTIDADE E GÊNERO SOCIAL

Apesar das grandes lutas da comunidade de transgêneros por reconhecimento, direitos e espaço na sociedade, essa comunidade ainda enfrenta violações flagrantes e retrocessos que atentam contra suas conquistas. Exemplo disso é a própria problemática desta pesquisa que envolve a obrigatoriedade do nome civil nas instituições escolares por transvestis e transexuais. É notório que, mesmo quanto a detalhes simples em relação a esse grupo de pessoas, a sociedade se encontra em uma realidade de absoluta ignorância no que diz respeito às questões que são enfrentadas por eles. Por esta razão cumpre trazer algumas considerações pertinentes ao universo dos gêneros sociais, em especial para este estudo ao universo dos transgêneros, na intenção de esclarecer termos, definições e direitos.

Nesse sentido, abordaremos neste capítulo questões que envolvem a identidade de gênero e a identidade sexual entendendo a relação entre esses dois termos. Exploraremos também os aspectos que envolvem a Identidade e o Direito à Personalidade, assumindo que “a personalidade e seus direitos são inerentes à pessoa humana” (BARRETO, RIBEIRO; OLIVEIRA, 2010, p. 201). Por fim, elucidaremos as questões que envolvem Gênero e Discurso, entendido como o gênero é construído nas práticas sociais, isto é, no e pelo discurso.

3.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E IDENTIDADE SEXUAL

Ao explorarmos os aspectos que envolvem os gêneros sociais, faz-se mister entendermos a diferenciação entre sexo e gênero e o conceito de identidade. O conceito de sexo está relacionado à natureza biológica. Na definição denotativa, encontrada no dicionário Priberam da Língua Portuguesa, é a “diferença física ou conformação especial que distingue o macho da fêmea [...]”. Já o termo gênero se relaciona ao que é culturalmente construído e designado às características masculinas e femininas, conforme afirma Piscitelli, (2012, p.439).

Segundo Scott (1995), a noção de gênero é entendida como relações estabelecidas, a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos.

Apesar de manter relações com a biologia, as questões de gênero não estão intrinsicamente ligadas a ela, e, sim, sofrem variações dentro dos contextos sociais: os papéis sexuais não se confundem com os papéis sociais, contudo, o sexo é um dos atributos basilares na construção do posicionamento dos atores sociais dentro da comunidade em que atuam. Nesse sentido, homens e mulheres representam determinados papéis culturalmente impostos a depender do sexo biológico.

Historicamente, a distinção entre sexo e gênero tem seu marco nos estudos das teorias sociais sobre diferença sexual. “Nesse marco, uma longa tradição de pensamento operou com a ideia de diferenciação sexual, entendida como princípio universal de diferenciação e classificação” (DURKHEIM; MAUSS, 1903, apud PISCITELLI, 2012, p.440).

Quanto à identidade, o conceito desponta no Iluminismo e vai ganhando notoriedade ao longo dos séculos. Passou de um pensamento centrado em um “eu” rígido, imutável para a concepção do indivíduo pós-moderno com uma identidade descentralizada e múltipla, na qual segundo Giddens (2002), a pessoa, a depender do papel social que enseja exercer em instâncias determinadas, “veste” a identidade adequada a tal instância: vereador/eleitor, professor/aluno, entre outros.

Nesse sentido, partimos da existência de dois sexos, mulher e homem, e dois gêneros, feminino e masculino. Embora a maioria das mulheres se reconheça no gênero feminino e a maioria dos homens no masculino, isso nem sempre acontece. Falamos, então, de pessoas cujo sexo biológico discorda do gênero psíquico: são os travestis e os transexuais, ou os transgêneros. Para uma melhor compreensão desse grupo de pessoas, faz-se necessário entendermos dois importantes termos: Identidade de Gênero e Identidade Sexual.

Atualmente, ainda existe uma expressiva confusão a respeito das relações entre os termos “identidade sexual” e “identidade de gênero”. A identidade de gênero é uma construção social, já a identidade sexual tem a ver com a autoconsciência e o comportamento.

Identidade sexual é a persistência, unidade e continuidade da individualidade de uma pessoa como homem, mulher ou ambivalente, em maior ou menor grau, especialmente como é vivenciada em termos de autoconsciência e comportamento. Papel sexual é tudo que uma pessoa diz e faz, para indicar aos outros ou a si mesma o grau em que é homem, mulher ou ambivalente; inclui, mas não se limita, a excitação e resposta sexual. O papel sexual é a expressão pública da identidade sexual, e a identidade sexual é a experiência particular do papel sexual (MONEY; EHRHARDT, 1972, apud MONEY; TUKER, 1981, p. 12).

Quanto à identidade de gênero, inicia-se com a consciência de que se pertence a um sexo e não outro. Essa consciência é adquirida na construção social, quando o sujeito, no processo de socialização, é ressaltado por indivíduos ou grupos sociais que atribuem a ele características culturalmente relacionadas a homens ou mulheres. Como incita Butler (1990), citando CAMERON, 2010, p. 131 “[...] feminino e masculino não são características que nós possuímos, mas efeitos que produzimos por meio das coisas específicas que fazemos (apud

Sob a ótica de Bourdieu (2002) e com a qual compartilhamos, é importante levar em consideração que as posturas comportamentais identitárias de feminino e masculino são construídas social, cultural e historicamente, “tendo apenas uma existência relacional” (BOURDIEU, 2002, p. 34), e que a visão androcêntrica do que é feminino legitimou – e legitima até os dias de hoje - essas identidades. O autor ainda esclarece que:

Arbitrária e em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insoso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc, que, para alguns, correspondem ao movimento do corpo (alto/baixo//subir/descer, /fora/dentro//sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre determinação pelas harmonias, conotações e correspondências (BOURDIEU, 2002, p. 16).

Ainda seguindo os postulados de Bourdier (2002), pode-se dizer que a visão androcêntrica, considerada como neutra circulante na sociedade acaba por evidenciar na sociedade a força da ordem masculina, que dispensa justificação, uma vez que a ordem social opera como uma “imensa máquina simbólica”, pendendo-se a confirmar a dominação masculina sobre a qual se embasa:

é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2012, p.18).

As identidades sexuais foram se estruturando e se enraizando sob uma perspectiva masculina de mundo e de corpo, na qual o que é feminino, ou o que é considerado como a identidade feminina ideal, deve se estruturar no oposto do que é masculino. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Lakoff, *Language and Woman's Place*, publicado em 1975, e que inaugurou os estudos sobre linguagem e gênero social. Neste trabalho, Lakoff (2010) sugere que quando uma menina fala grosso ou de modo mais agressivo como um menino, ela vai ser excluída, ofendida ou ser motivo de gozação. Por intermédio do pai, da mãe e dos amigos a sociedade mantém a criança “na linha”.

Depreendemos, então, que o gênero é desempenhado pelas pessoas de diferentes maneiras em contextos diversos. Como considera Cameron (2010, p.132), gênero se constitui como algo que necessita de reafirmação constante e de ser “publicamente exibido pelo desempenho repetido de ações específicas ajustadas a normas culturais (elas próprias histórica e socialmente construídas e, conseqüente, variáveis) que definem “masculinidade” e “feminilidade”.

Ainda segundo a autora, é vantajoso o reconhecimento da instabilidade e da variabilidade das identidades de gênero e, assim, do comportamento que exhibe a performatividade dessas identidades. Cameron (2010, p. 133) pondera que

as pessoas podem desempenhar “gênero de modos diferentes em contextos diferentes e, algumas vezes, comportam-se de maneira que poderia ser associada ao “outro” gênero”.

Oliveira (2015), compartilha da fundamentação apresentada sobre a distinção entre identidade sexual e identidade de gênero e reforça que a identidade sexual está associada com a forma como o indivíduo expressa sua afetividade ou sua sexualidade, o qual pode se relacionar com pessoas do mesmo sexo; e ser considerado, gay, lésbica, bissexual ou heterossexual. Quanto à identidade de gênero, o autor entende como o fato de o indivíduo expressar sua personalidade, suas características, de acordo com gênero diferente do sexo com o qual nasceu.

Nesse sentido, não há uma equivalência de compreensão entre esses dois termos por refletirem ideias diferentes. De acordo com a identidade de gênero, o indivíduo será considerado como travesti ou transexual, mas não necessariamente como gay, lésbica ou bissexual. Podemos, assim, definir que travesti e transexual é a pessoa que possui identidade de gênero diferente do sexo biológico com o qual nasceu.

Quanto à distinção entre o travesti e o transexual, podemos explicitar que essa reside basicamente na aceitação que cada um tem sobre a constituição do seu corpo. Afirmar-se como travesti ou transexual é algo que só a própria pessoa pode fazer.

Segundo Oliveira (2015), as travestis, apesar de terem sua identidade voltada para outro gênero, aceitam seu corpo tal como foi biologicamente formado, porém as transexuais, na busca por possuírem uma plena relação harmoniosa entre corpo e mente, procuram o recurso da cirurgia de readequação de sexo, fato esse que não é essencial para sua autoaceitação. A cartilha Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho (2014), elaborada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, traz uma explanação sobre o fato:

Não é o órgão sexual que define nosso gênero, que é uma construção social e cultural. Muitos tranvestis utilizam de meios

cirúrgicos para obterem um corpo feminino, com implante de próteses de silicone e utilização de hormônios, sem com isso mudarem a anatomia do seu órgão sexual. As pessoas transexuais podem ou não recorrer à mudança do sexo biológico através da cirurgia de transgenitalização e as/os que não fizerem a cirurgia não deixam de ser do gênero a que sentem pertencer (JESUS, DOUELL; BULGARELLI, 2014, p.14)

É, pois, pelo incômodo contínuo com seu sexo e pelo constante sentimento de falta de adequação social, que a transexualidade é tratada como transtorno psicológico (Transtorno de Identidade de Gênero), constando assim na Classificação Internacional de Doenças – CID 10 – sob o código F64.0, com a seguinte definição: “Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico”.

Oliveira (2015) afirma que, ao contrário da homossexualidade, os transtornos da Identidade de Gênero sempre envolvem sofrimento pessoal, é, pois, essa característica que os enquadra no âmbito da psiquiatria, embora esse tipo de transtorno seja relativamente recente para essa ciência. Os Transtornos da Identidade de Gênero podem ser manifestados verbalmente, com o indivíduo afirmando que pertence na verdade ao sexo oposto, ou de maneira não verbal, por um comportamento relativo ao sexo oposto.

Ainda segundo Oliveira (2015),

O componente afetivo dos Transtornos da Identidade de Gênero é comumente denominado disforia de gênero, que pode ser definida como um descontentamento com o sexo biológico, o desejo de possuir o corpo do sexo oposto e o desejo de ser considerado membro do sexo oposto. As formas extremas dos Transtornos de Identidade de Gênero, coletivamente denominadas transgêneros, envolvem, comumente, tentativas de se passar por membro do sexo oposto na sociedade. Por isso, ações como o uso do nome social, que fazem com que essas pessoas sejam reconhecidas pelo modo como se identificam na sociedade, são de extrema importância para essa comunidade (OLIVEIRA, 2015, p.4).

Apresentadas as devidas considerações e diferenciações, entendemos que a Identidade Sexual se refere a como as pessoas se sentem em relação à afetividade e sexualidade e a Identidade de Gênero faz referência a como as pessoas se reconhecem dentro dos padrões de gênero estabelecidos socialmente.

3.2 A IDENTIDADE E O DIREITO DA PERSONALIDADE

Para Barreto, Ribeiro e Oliveira (2010), a personalidade e seus direitos são inerentes à pessoa humana. Todas as pessoas são possuidoras dos direitos da personalidade, sendo, portanto, titulares do direito à identidade pessoal.

Nesse sentido, Cupis (2008) adverte sobre a importância de se ter a identificação pessoal como um direito de personalidade. Todo indivíduo, como unidade da vida social e jurídica, possui a necessidade de afirmar a sua individualidade, isto é, distinguir-se dos outros indivíduos e, assim sendo ser conhecido por quem realmente é. O elemento que atende a essa necessidade é a Identidade, que consiste no distinguir-se de outros indivíduos no convívio social. A identificação pessoal é de extrema importância para o ser humano, sendo, pois, por esse motivo que ela se insere no rol dos direitos da personalidade, tutelados pela Constituição Federal.

Segundo Barreto, Ribeiro e Oliveira (2010), a identidade pode ser compreendida como a qualidade de idêntico conjunto de características de um indivíduo como nome, idade, peso, altura entre outras. Segundo Viegas e Rabelo (2012), define-se, portanto, como o direito que se tem de exigir um reconhecimento com individualidade distinta de outras individualidades. Nesse sentido, a identidade é o bem humano mais valorado, uma vez que, quando o indivíduo assume sua real identidade, passa a se aceitar como é, se amar e a se conhecer.

Bittar (2007) afirma que o direito à identidade é um elo entre o indivíduo e a sociedade, e compõe os elementos básicos para o relacionamento normal nos inúmeros meios, dentre eles o familiar e o social, pois que a identidade individualiza a pessoa, evitando confusão com outra.

Algumas ações políticas e sociais têm colaborado para que o indivíduo possa ser reconhecido socialmente pelo modo como se identifica, como por exemplo o uso do nome social. Segundo Humildes (2009), é inimaginável a pessoa declarar-se de um sexo, feminino, por exemplo, apresentar-se por este sexo

feminino, ser conhecida por este sexo, como se uma mulher fosse e, no entanto, ao apresentar seu nome civil nas diversas relações sociais do dia a dia que o requerem, sofrer humilhações ao ser identificado com nome de outro sexo, com nome de sexo masculino. Tal fato violaria o princípio da dignidade da pessoa humana, seria negar-lhe o direito a ser integrado na sociedade.

Todas essas ponderações fazem-nos refletir quão importante é a questão de Identidade de Gênero que se difere da Identidade Sexual. A sociedade tem levado para várias esferas essa discussão, e essa discussão tem gerado muitas opiniões divergentes. Imbuída nestas questões está a permissão ou não do uso do nome social em detrimento do nome de registro, que passamos a discorrer na sequência.

3.2.1 Nome Civil e Nome Social

O nome não pode ser considerado simplesmente como elemento que designa uma pessoa. O nome é constituído por fatores que perpassam desde a história da pessoa e de sua família até a sua identificação no meio social.

Segundo Coelho (2012, p.171), o que identifica a pessoa natural é o seu nome, uma vez que é o principal elemento de individuação de homens e mulheres. Tem importância não apenas jurídica, mas principalmente psicológica: é a base para a construção da personalidade”.

Dessa forma, o nome constitui-se uma necessidade, um direito estabelecido pela vida em sociedade, sendo garantido pelo ordenamento jurídico como direito da personalidade, conforme considera o atual Código Civil. Gonçalves (2014), também se expressa sobre a importância do nome e afirma:

O nome representa, sem dúvida, um direito inerente à pessoa humana e constitui, portanto, um direito da personalidade. Desse modo é tratado no Código de 2002, que inovou dedicando um capítulo próprio aos direitos da personalidade, nele disciplinando o direito e a proteção ao nome e ao pseudônimo, assegurados nos arts. 16 a 19 do referido diploma (GONÇALVES, 2014, p. 138).

Porém, é notório que nem sempre o nome pode ser considerado como um elemento positivo na vida do indivíduo. Segundo Oliveira (2015) o nome pode apresentar-se como uma manifestação vexatória, seja por possuir um sentido ridicularizante, seja pela divergência entre o nome presente nos registros civis e o sexo morfológico da pessoa. Nessa última situação, como afirma Oliveira (2015), o nome civil coloca alguém em situação constrangedora em razão do gênero que apresenta ser diferente daquele gênero relacionado ao nome presente em seus documentos.

É, pois, para evitar manifestações vexatórias, que o uso do nome social visa a contornar esse problema. Segundo Jesus, Douell e Bulgarelli (2014, p.23) “entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificados/as por sua comunidade e em seu meio social”.

Entendemos que o nome social é o nome pelo qual as travestis e as transexuais desejam ser chamadas, uma vez que o nome civil, isto é , o nome oficialmente registrado, não reflete a sua identidade de gênero. Dessa forma, o que se busca com o direito ao nome social é evitar situações de humilhação e de discriminação, numa tentativa tanto de integrar as travestis e as transexuais na sociedade como de promover a sua própria autoaceitação.

Segundo Rios (2008, p.21), a discriminação pode ser considerada em uma tipologia direta, na qual “o direito da antidiscriminação alcança não só práticas intencionais e conscientes”, e, também, em uma tipologia indireta, em que esse direito atinge “realidades permanentes que se reproduzem e se reforçam ao longo do tempo por meio da manutenção de medidas aparentemente neutras, mas efetivamente discriminatórias”.

Portanto, concluímos que a tutela jurídica do nome social, enquanto instrumento de redução dos tormentos relacionados às divergências entre os aspectos biológicos e os comportamentais, apresenta-se como uma política fundamental para redução das práticas discriminatórias. Dessa forma, nota-se que, mais do que a necessidade de ações, os transgêneros necessitam de

práticas protetivas dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana.

3.3 DISCURSO, GÊNERO SOCIAL E IDENTIDADE

As relações sociais se concretizam na interação entre os sujeitos ao proferirem seus discursos. Segundo Magalhães (2011), o discurso é entendido como linguagem em uso, uma prática social contextualizada que produz ação e representação. Dessa forma, os discursos, quando constroem sentidos, permitem que possamos nos identificar e construir identidades. É por intermédio das práticas discursivas que se pontua o que pode ou não ser dito, assim se estabelece o que é ou não aceitável socialmente.

Moita Lopes (2002, p. 31) traz à baila a discussão de que o processo de configuração da identidade está intrinsecamente ligado à construção do significado oferecido pelos participantes em circunstâncias sócio-históricas situadas. Destarte, o discurso se configura como uma construção social na qual os participantes implicados atuam no mundo por intermédio da linguagem e, também com ela, constrói uma realidade social sobre o que são e como são.

É por meio dos discursos circulantes em variados campos e esferas sociais desde os séculos remotos que se tem disseminado as formas simbólicas valorizantes do mundo masculino como práticas mais voltadas para a dominação. Uma gama de discursos é tido como característico das mulheres, que, segundo Lakoff (2010) tem uma natureza voltada para a cooperação, em oposição aos discursos do homem que têm seu estilo mais competitivo. Assim, discursivamente são delineadas as identidades de gêneros, pontuando sociocognitivamente o que é se mostrar feminino e o que é se mostrar masculino. Lakoff (2010, p.17) ainda ressalta que há uma “linguagem das mulheres”, que acaba por submergir “a identidade pessoal da mulher, por negar a ela os meios de expressar-se fortemente” e que “[...] este fenômeno parece especialmente claro do ponto de vista linguístico”.

Os discursos machistas são um exemplo dessa relação entre discurso e identidade dentro do campo dos gêneros sociais. Ainda hoje é notória a não aceitação de discursos como a ascensão da mulher no mercado de trabalho, na política e em outros ramos historicamente dominados pelo universo masculino. A comunidade de transgêneros também sofre com os discursos discriminatórios oriundos de práticas sociais que só reconhecem e legitimam a identidade de gênero quando o gênero está associado ao sexo biológico. Em suma, de maneira binária (masculino e feminino), a questão do gênero além de fragmentar a sociedade em duas distintas categorias, ainda, discursivamente, pretere a categoria feminina em detrimento da masculina.

Essa fragmentação e essa preferência de gênero são expressivamente visíveis e comprovadas na pesquisa científica de Tomazi (2014), que demonstrou sobre violência de gênero e discurso jurídico, evidências linguísticas machistas presentes nas escolhas lexicais dos textos de processos judiciais de violência contra a mulher.

Van dijk (2012) também considera o discurso como uma prática social e o explica por meio de um viés sociocognitivo, no qual permite entender que “o discurso é, antes de mais nada, um dos principais meios, uma das principais condições das “mentes” que os membros sociais têm em comum” (VAN DIJK, 2012, p. 123). Assim, é preciso que o discurso influencie, persuade, convença para que ele faça sentido na mente de seus leitores e ouvintes. Dessa forma, para tornar natural as relações sociais de fragmentação e discriminação, o discurso precisa convencer as mentes à aceitação do que é proposto.

A teoria do modelo cognitivo sugere que a interpretação dos discursos valorize as representações subjetivas dos fatos, que varia de sujeito para sujeito e que inclui fatores como “[...]o momento histórico e contextual de produção do discurso e de como esse momento histórico é registrado e reproduzido pelo sujeito” (VAN DIJK, 2012, p. 122). Nesse sentido, as ideologias provenientes

de grupos dominantes podem exercer uma influência significativa na produção e reprodução de todo discurso, produzindo uns e não outros sentidos.

No caso do objeto de estudo desta dissertação, o Projeto de Lei do vereador Esmael de Almeida, os receptores desse discurso são influenciados pelas estruturas textuais e discursivas em um processo cognitivo de interpretação. Aliados a fatores históricos e contextuais de cada receptor, o discurso promove a elaboração do modelo mental sobre as relações de gênero que concernem ao nome social. Se esse modelo produzido discursivamente for aceito pelo receptor, este passará a reproduzi-lo socialmente. Assim, se as estruturas discursivas e textuais do Projeto de Lei 120/2011 possuem estratégias discursivas que discriminam, então será socialmente reproduzido um modelo discriminatório de relações de gêneros sociais.

CAPÍTULO 4 IDEOLOGIA, DISCURSO E PODER: POR UMA PROPOSTA SOCIOCOGNITIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Neste capítulo, iremos dissertar sobre os pressupostos teóricos que fundamentam nossa pesquisa iniciando por uma breve abordagem dos Estudos Críticos do Discurso, doravante ECD, de vertente sociocognitiva.

Como mencionado anteriormente, a proposta desta pesquisa é analisar o discurso político legislativo materializado no Projeto de Lei 120/2011 apresentado à Câmara Municipal de Vitória – ES, observando as formas ideológicas de poder e dominação que violam o direito personalíssimo das travestis e transexuais utilizarem o nome social. Para tanto, consideraremos esse ato discriminatório como uma prática social, e assim a sua legitimação discursiva será observada pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD), especificamente segundo van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014), com foco na sociocognição.

A terminologia *Estudos Críticos do Discurso* (ECD) é uma expressão adotada pelo teórico van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014) em substituição à terminologia cunhada e difundida como *Análise Crítica do Discurso*, ou *Análise do Discurso Crítica*. O teórico opta pela expressão *Estudos Críticos do Discurso* (ECD) em razão da natureza da disciplina. Segundo van Dijk, os ECD não devem ser entendidos como um método único, mas como um enfoque. Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) “usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral” (VAN DIJK, 2012a, p. 10). Do mesmo modo, ele interpreta a *Análise do Discurso* (AD) não como um método em si, mas como “um domínio de práticas acadêmicas, e por isso uma transdisciplinaridade distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (VAN DIJK, 2012a, p.11).

Dessa forma, van Dijk (2012a) afirma que o “discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2012a, p. 12).

A análise da reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social está entre os propósitos de van Dijk (2012a). O abuso de poder norteia sua definição de ECD de forma específica sobre as condições sociais da escrita e da fala. Nesse sentido, “as pesquisas em ECD, em geral, preferem métodos que não infringem os direitos das pessoas estudadas e que são compatíveis com os interesses de grupos sociais que são o foco das pesquisas” (VAN DIJK, 2012a, p. 13).

Além disso, “os métodos dos ECD concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social” (VAN DIJK, 2012a, p. 13). O teórico explica que “o abuso de poder vai se manifestar na língua onde existe a variação ou escolha, dependendo da posição ou da ideologia do falante (VAN DIJK, 2012a, p. 13). Nessa perspectiva, concordamos com van Dijk para quem os pesquisadores que se dedicam a essa vertente crítica do discurso dirigem suas pesquisas para

os sistemas e estruturas de fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para consequências sociais específicas do discurso, tais como influenciar as crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores (VAN DIJK, 2012a, p. 14).

Tal pressuposto é extremamente importante para esta pesquisa que pretende, como já adiantamos anteriormente, perscrutar na materialidade textual as marcas linguísticas que atestam um discurso ideológico capaz de demonstrar e incentivar relações de desigualdade social, dominação e poder na sociedade. Esses marcos reforçam estereótipos e negligenciam, senão violam, o direito personalíssimo da identidade de gênero e do direito ao uso do nome social. Entendemos com van Dijk (2012a) que o abuso de poder por um grupo social ocorre por meio da dominação e funciona por processos sociocognitivos, porque está relacionada à manipulação das mentes dos indivíduos na sociedade. A definição de abuso de poder é pedra de toque para a proposta do autor que apresenta princípios para se realizar uma pesquisa que possa

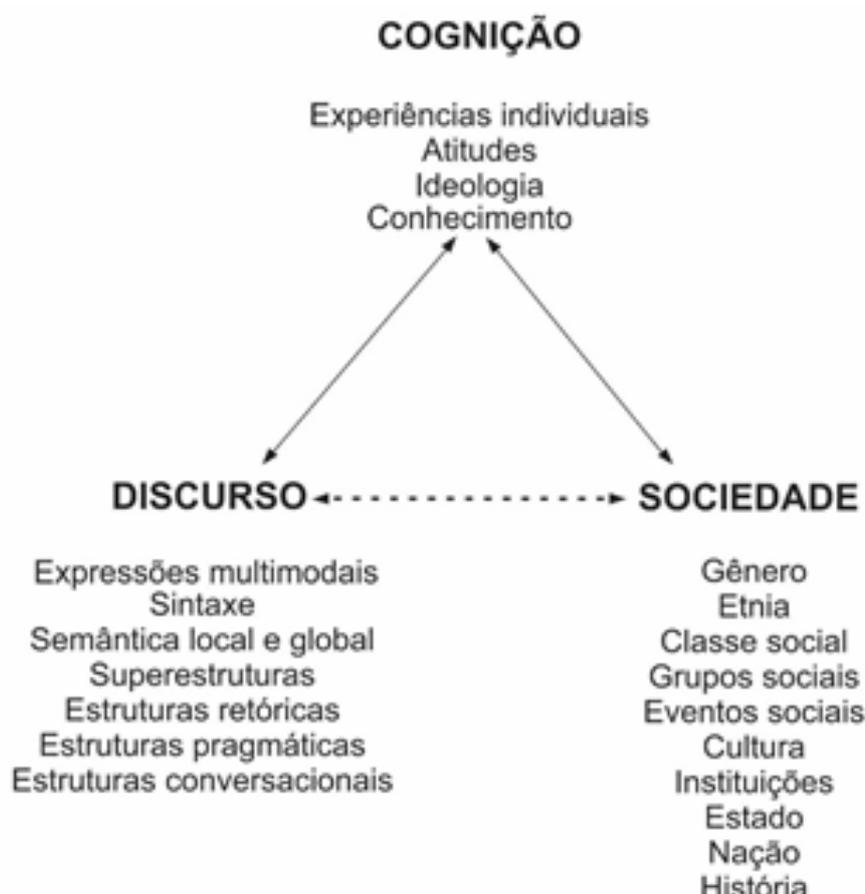
realmente ser considerada de cunho discursivo e crítico (VAN DIJK, 2012a, p. 15). Segundo o teórico, esses princípios consistem:

- Estudar as relações de dominação em função do grupo dominado e do seu interesse;
- Usar as experiências dos membros de grupos dominados como evidências para avaliar o discurso dominante;
- Procurar mostrar a ilegitimidade das ações discursivas do grupo dominante;
- Procurar formular alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados.

De acordo com esses princípios, estudar pelo viés teórico da perspectiva sociocognitiva dos ECD de van Dijk é entender que eles, os discursos, “não são neutros, mas se envolvem com um “engajamento em favor dos grupos dominados” (VAN DIJK, 2012a, p. 15). Ou seja, há sempre uma relação polarizada entre grupos: dominantes e dominados. Por isso, van Dijk (2012a, p. 16) interpreta que os ECD são um *movimento social* e não, somente, um aparato teórico-metodológico. É também por esse ponto de vista que os pesquisadores em ECD assumem uma postura de engajamento social e não apenas uma postura científica sobre um objeto de estudo.

Os fundamentos defendidos por van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014), ao propor sua vertente sociocognitiva dos ECD, passam por uma tríade composta por três conceitos essenciais para o autor: o conceito de cognição, o de sociedade e o conceito de discurso (VAN DIJK, 2006, p.9). Para melhor compreensão dessa tríade, dialogamos com a figura apresentada por Tomazi e Natalle (2015, p. 143) que expõe de forma didática o entendimento da tríade discursiva de van Dijk:

Figura 3: Tríade da análise sociocognitiva de van Dijk



Fonte: TOMAZI; NATALLE (2015, p. 143).

Como podemos observar na figura acima, a proposta de van Dijk para a análise sociocognitiva do discurso envolve uma tríade de pilares fundamentais que abarcam conceitos relativos a cada um deles. Embora todas essas categorias sejam importantes para o analista; para nossa pesquisa, optamos em trabalhar com a tríade, tomando como ponto de partida a ideologia para chegarmos ao reconhecimento de como essa ideologia aparece nos discursos e, conseqüentemente, como esses discursos estão relacionados não só ao aspecto cognitivo, mas se inter-relacionam com a sociedade.

Nesse sentido e diante da importância do conceito de ideologia para esta pesquisa, a seção seguinte será dedicada à definição do termo ideologia dentro da perspectiva por nós adotada e à maneira como ela pode ser reconhecida nos textos, quando materializada em discursos.

4.1 IDEOLOGIA: DEFINIÇÃO E MODOS DE OPERAÇÃO

Dissertar sobre o conceito de ideologia é um desafio na medida em que as Ciências Sociais e as Mídias têm, regularmente, utilizado o conceito de ideologia sob diversos prismas, mas, de acordo com van Dijk (2012a), a própria história desse conceito, ao longo dos anos, é problemática se se pensar no vazio que esse nome assumiu em determinados campos de estudos, no caráter abundantemente negativo que lhe foi e muitas vezes lhe é dado, além da inflexibilidade aos princípios que lhe são atribuídos.

Van Dijk (2012a) postula que esse sentido negativo atribuído ao conceito de ideologia está ligado aos estudos de Marx e Engels que associam ideologia à concepção de poder e de dominação, logo como ideias dominantes de uma época. Para esses autores, as ideologias eram uma forma de consciência falsa, visto que “a classe trabalhadora possuía ideias equivocadas sobre o estado de sua existência em consequência da doutrinação das classes que detinham o controle sobre os meios de produção” (VAN DIJK, 2012c, p. 15).

Ainda considerando essa visão inerentemente negativa da ideologia cunhada no marxismo, é preciso reconhecer que tal noção também é assumida pela AD francesa, largamente difundida entre os estudiosos brasileiros. Visão que ainda hoje dialoga e compartilha do entendimento de vários teóricos, cujos trabalhos são considerados no campo de estudos dessa AD (ALTHUSSER, 1998; FOUCAULT, 2004) que relaciona poder somente às relações de classe social. Dessa forma, entendemos que essa AD não supre metodologicamente os recursos para uma análise abrangente e complexa da ideologia, no entanto, nosso objetivo nesta discussão sobre o conceito de ideologia não é defender a existência de uma abordagem melhor que a outra, mas refletir sobre a problemática desse conceito para que cheguemos a uma proposta para a noção de ideologia que acreditamos ser a melhor para esta pesquisa.

Thompson (1999), em sua obra *Ideologia e cultura moderna*, discute essa limitação da AD francesa como disciplina. Para o autor,

É importante enfatizar que relações de classe são apenas *uma* forma de dominação e subordinação, constituem apenas *um* eixo da desigualdade e exploração; as relações de classe não são, de modo algum, a única forma de dominação e subordinação (THOMPSON, 1999, p.77).

Segundo Silva (2011), ao dialogar com Thompson (1999), van Dijk (2003), em sua proposta teórica, diz que a noção de ideologia reflete para além de uma classe social específica. Para o teórico existem elementos que estão interligados ao entendimento de ideologia, dos quais destacamos: (1) uma ideologia de grupos, e não de classes; (2) o abuso de poder por meio da ideologia dominante; (3) a existência de grupos dominados e dominantes, com suas respectivas ideologias conflitantes; (4) a ideologia vista de uma perspectiva negativa e positiva, e não somente negativa.

A base desse conceito de ideologia apresentado por van Dijk (2003), como já adiantamos, provém do diálogo do autor com a obra de Thompson (1999, p. 75): “a análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder”. E, ainda, Thompson postula, associando a ideologia às relações de dominação: “deixe-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação” (THOMPSON, 2009, p.76).

É nesse sentido que van Dijk (2006) baseia-se em Thompson (1999) para apresentar uma nova concepção de ideologia que contempla as relações de dominação entre grupos e as formas simbólicas como fenômenos ideológicos.

De fato, Thompson (1999) preocupa-se em esclarecer como é possível analisar a ideologia, considerando sua conceituação a partir de três aspectos que considera central: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de poder. Dessa forma, o autor estabelece cinco modos de operações gerais da ideologia que define como: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Esses cinco modos determinam várias estratégias de construção simbólica e o seu uso nas análises textuais serve para detectar as “[...]”

representações que escondem, enganam, e que, ao fazer isso, servem para manter relações de dominação” (THOMPSON,1999, p.75)¹².

Retomando a relação teórica entre van Dijk e Thompson, Silva (2011) ressalta que van Dijk (1999) preconiza a ideologia de modo que sirva de elo entre a estrutura social e a cognição social. Assim, o teórico propõe uma definição ampla, que envolve as relações de dominação e como elas são estabelecidas e sustentadas pelo sentido. Thompson (1999, p. 76), por sua vez, mostra que “estudar a ideologia é estudar as formas simbólicas, pois elas não são somente representações que servem para articular e obscurecer as relações sociais, como estão implicadas na constituição das relações sociais”.

Dessa forma, a ideologia, para van Dijk, será definida da seguinte maneira:

As ideologias são a base das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo. Isto significa que as ideologias permitem as pessoas, como membros de um grupo, organizar a multidão de crenças sociais acerca do que sucede de bom ou mal, correto ou incorreto, segundo eles, e a atuarem em consequência disso (VAN DIJK, 2006, p. 21).

Compreendemos, então, que, para van Dijk (2006), as ideologias não são somente e simplesmente uma “visão de mundo” de um determinado grupo, ou somente suas “crenças”, mas os princípios que formam as bases dessas mesmas crenças. Tal modo de se conceituar a ideologia é importantíssimo para esta pesquisa como demonstraremos no capítulo de análise de nosso objeto de estudo, já que “na maioria dos casos, as ideologias servem a seus próprios fins, e agem em função dos interesses materiais e simbólicos de determinado grupo” (VAN DIJK, 2006, p. 21-22).

Assim, reconhecemos a proposta teórica de van Dijk sobre ideologia como fio condutor para nossa pesquisa, uma vez que entendemos que as ideologias são consideradas como um tipo de “sistemas de ideias”, e dessa forma, estão inseridas no campo simbólico do pensamento e da crença, denominada pelos psicólogos como “cognição”. Portanto, as ideologias são de caráter social e

¹² A compreensão desses modos é crucial para esta pesquisa, por isso, serão abordados mais amplamente na seção 4.1.1 Modos de Operação da Ideologia.

regularmente estão relacionadas com interesses, conflitos e lutas de grupos. Segundo van Dijk,

Podem ser utilizadas para legitimar ou se opor ao poder e a dominação, ou simbolizam problemas sociais e contradições. As ideologias estão presentes em coletividades sociais tais como classes e outros grupos, assim como instituições, organizações e outros aspectos da estrutura social (VAN DIJK, 2006, p.18).

Esses conceitos estruturam aquela proposta já apresentada anteriormente que compreende a tríade metodológica dos trabalhos de van Dijk.

No entanto, vale ressaltar que van Dijk (2006) não considera que o conceito de ideologia se limita apenas ao conceito de instrumento de dominação. Segundo Silva (2011) existem boas razões, para supor que para o autor também há “ideologias de oposição ou resistência, ou ideologias de competência entre grupos igualmente poderosos, ou ideologias que somente promovem a coesão interna de um grupo, ou ideologias sobre a sobrevivência da humanidade” (VAN DIJK, 2006, p. 24).

Claramente observamos nos estudos de van Dijk (2006) um caminho coerente sobre as relações entre cognição, sociedade e discurso e suas relações inerentes à ideologia. Inicialmente, situa-se a cognição social como o estudo da constituição, da organização interna e das funções mentais da ideologia. E é nesse instante que a análise das representações sociais, conceito que trabalharemos adiante, assume um lugar importante. Reconhece-se que a noção de contexto na qual se insere o nosso objeto de análise nesta dissertação está relacionada com a noção de contexto político.

Vale ressaltar, entretanto, que estamos, neste trabalho, fazendo referência ao contexto no sentido que é proposto por van Dijk (2012b), ou seja, os contextos são entendidos como definições de participantes, isto é, como construções mentais de uma determinada situação. Natalle (2015), explica que a principal diferença entre a noção de contexto tradicional, como situação comunicativa, proposta por van Dijk como modelo de contexto, é que a primeira corresponde

a um construto sociológico e a segunda a um construto sociocognitivo. Dito de outra forma, “o contexto não é simplesmente um conjunto de elementos extralinguísticos, sociais em que ocorre o discurso, mas a representação mental que os participantes do discurso fazem desses elementos” (NATALLE, 2015, p.67).

Tomazi (2014, p.187) assegura que um modelo mental de situação é definido, a partir da maneira como os participantes interpretam, vivenciam e representam os aspectos relevantes de um determinado evento comunicativo. Segundo ela, “ao construir um discurso, os participantes acionam modelos mentais já existentes e os atualizam mediante as necessidades comunicativas da interação. Esses modelos mentais são chamados de contextos” (TOMAZI, 2014, p.187).

Sendo assim, os contextos funcionam como uma interface entre as estruturas sociais, que compreendem os grupos sociais, os gêneros sociais, as organizações etc., e as estruturas discursivas, que compreendem a sintaxe oracional, o léxico, as estruturas retóricas etc. Subjetivamente, os contextos representam aquilo que é pertinente ao acontecimento e à sociedade e interferem nos processos mentais de produção e compreensão do discurso. Não podemos, portanto, falar de ideologia, na proposta sociocognitiva dos ECD de van Dijk, sem considerar que o contexto é importante por não compreender algo externo aos atores sociais¹³, mas aquilo que é construído por eles, a partir de um modelo mental. Para o autor, os modelos de contexto, como prefere chamar, são dinâmicos e únicos e estão em constante mudança.

Devido à natureza única e pragmática dos modelos de contextos, van Dijk (2012b) afirma que as categorias de contexto utilizadas pelos atores sociais precisam ser relativamente simples, porque os participantes as acionam a todo

¹³ A utilização da terminologia “ator social” para se referir aos “sujeitos, participantes ou indivíduos” da interação é utilizada pela ACD e incorporada aos ECD para se referir ao envolvimento do participante da interação social como um indivíduo que atua como membro de um grupo, pode participar de mais de um grupo social e compartilha das ideologias, das crenças e das atitudes de um determinado grupo no qual esteja inserido. Ao participar da interação, o ator social articula a prática discursiva à cognição (social e pessoal), sendo, portanto, considerado como um ator social. É, pois, essa dimensão agentiva do ator social que o faz ser diferente de outras noções de sujeito e, portanto, ser chamado de ator social pelos analistas críticos do discurso.

momento. Portanto, essas categorias são delimitadas em: cenário (tempo, lugar), participantes (eu-mesmo, identidades, papéis comunicativos, além de suas propriedades cognitivas correntes, tais como seus objetivos e conhecimento, pertencimento como membro aos grupos e suas ideologias), e evento/ação (VAN DIJK, 2012b, p.113).

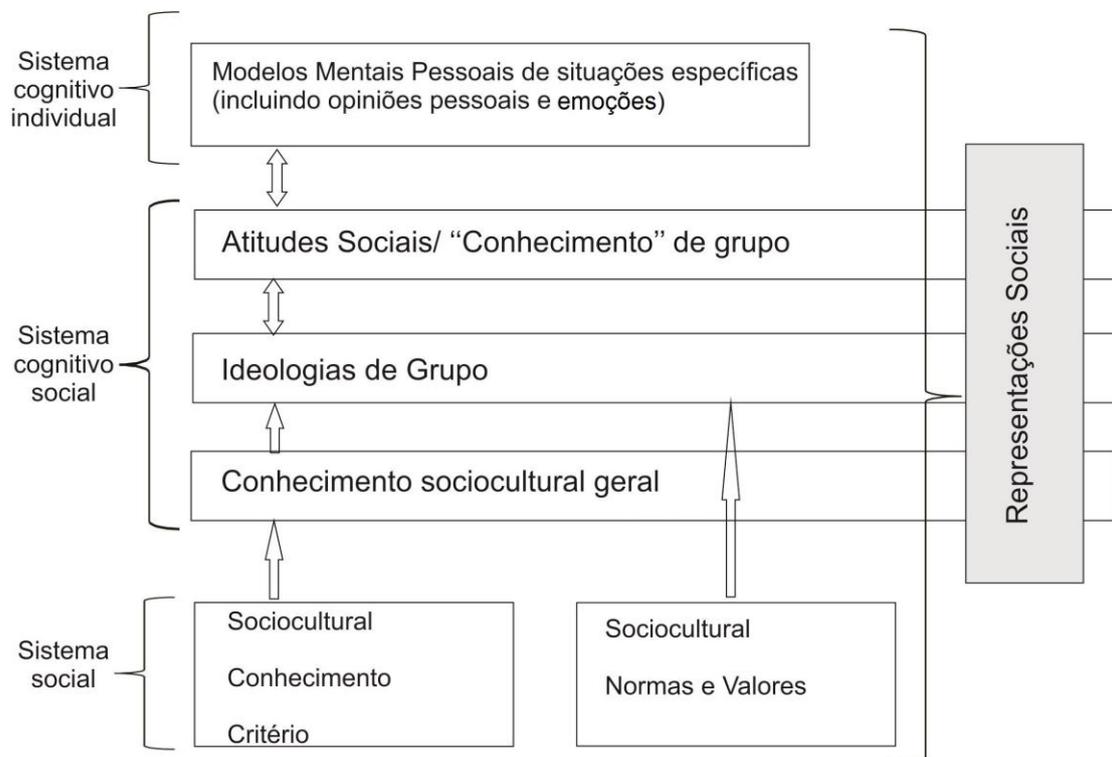
Retomando nossa preocupação com a noção de ideologia e sua relação com a proposta de contexto de van Dijk (2012b), consideramos extremamente relevante para nosso trabalho essa percepção de contexto como algo subjetivo, mas que é gerado conjuntamente pelos participantes em uma dada interação, levando em conta os papéis que cada um deles desempenha socialmente, bem como suas condutas e demais aspectos relevantes da interação social - como lugar e eventos sociais. Diante dessa perspectiva, portanto, é que pensamos na importância de se estudar o Projeto de Lei 120/2011 e o envolvimento de cada participante no evento ou no acontecimento social relacionado a ele; e tal questão nos leva à noção de representação social.

Isso quer dizer que a ideologia se retrata, também, mediante a perspectiva sociocognitiva, por meio das representações sociais, que são entendidas como formas simbólicas por meio das quais é possível formular,

a compreensão sociocognitiva da ideologia, resultando nas práticas sociais, das quais a linguagem e o discurso são simultaneamente usados para influenciar na forma de aquisição, apreensão, reprodução e modificação das ideologias (VAN DIJK, 2003, p. 17).

Essa abordagem resulta em uma das mais pertinentes, dado “o papel fundamental do discurso na formação e expressão da ideologia como cognição social e na reprodução das ideologias na sociedade” (VAN DIJK, 2006, p. 11). Para uma melhor compreensão da noção de representação social para esta dissertação, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 1: Posição integrada das representações sociais



Fonte: (TOMAZI; NATALLE, 2015, p. 144, adaptado de VAN DIJK, 2014).

Segundo as autoras e baseadas no aporte teórico de van Dijk (2014), o discurso é constitutivo e disseminador de representações sociais e dentro do conjunto de crenças sociais que compõem as representações sociais estão as ideologias que se destacam justamente por formarem "a base axiomática das representações mentais compartilhadas por um grupo e por seus membros" (TOMAZI; NATALLE, 2015, p. 145). Nesse sentido, as representações sociais estão diretamente relacionadas às ideologias dominantes dos grupos que estabelecem relações intrínsecas com o poder. Por isso, a ideologia é pensada em termos de crenças sociais gerais e abstratas que são compartilhadas por um grupo e esse grupo, o político, por exemplo, pode determinar o que é certo ou não, o que é verdadeiro ou falso, o que é aceitável ou não para o grupo e, conseqüentemente, para a sociedade que vê nesse grupo uma elite simbólica, cujo discurso deve ser considerado como crível.

É nessa perspectiva que um político assume a função de um ator social que fala sobre um determinado tema em nome de um grupo, o grupo de vereadores da Câmara Municipal, por exemplo, para que se possa julgar o Projeto de Lei 120/2011. Nesse momento, ao representar a visão do tema discutido, os políticos podem destacar aspectos positivos de um grupo e negativos de outro grupo. Portanto, ao julgar o Projeto de Lei, inevitavelmente, os políticos se envolvem em um “jogo” descrito por van Dijk (2012a) por processo de polarização discursiva, no qual é possível reconhecer a criação de estereótipos e visões preconceituosas que podem ser resgatadas por marcas deixadas no próprio texto (falado ou escrito). Para van Dijk (2012a), a polarização consiste em uma estratégia que envolve a reprodução discursiva de dominação entre grupos e atua a partir do destaque nas coisas boas em Nós (autoapresentação positiva) e das coisas ruins nos outros (outroapresentação negativa).

Com esse breve esboço da teoria de van Dijk (1999, 2003, 2004, 2006, 2009, 2012a, 2012b, 2014), e da sua proposta sociocognitiva de ideologia, cabe, então, observar cada elemento do triângulo multidisciplinar cujas bases já procuramos adiantar. Porém, antes, considerando o assunto central deste tópico, buscaremos a compreensão dos modos de operação de ideologia, estabelecidos por Thompson (1999), que são categorias basilares de análise nesta pesquisa.

4.1.1 Modos de Operação da ideologia

Thompson (1999) apresenta o conceito de ideologia, restringindo-o a partir das inter-relações entre sentido e poder; do sentido que a linguagem e outras formas simbólicas assumem dentro de um contexto social.

Sua proposta busca investigar como o sentido construído pelas formas simbólicas serve para manter relações de dominação. Na concepção dos Estudos Críticos do Discurso, como apresentamos anteriormente, compreende-se que a ideologia pode atuar por meio de sistemas simbólicos que estabelecem relações de dominação em contextos sociais particulares.

Tais contextos estão estruturados de modo complexo, descortinando desigualdades e assimetrias de poder e recursos, algumas das quais podem estar ligadas as desigualdades e assimetrias mais amplas, que perpassam outros contextos e que se referem às “relações como as de gênero e raça” (THOMPSON, 1999, p.18). São nesses contextos que os indivíduos gastam a maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, buscando seus objetivos e seguindo os objetivos dos outros.

Ainda, Thompson (1999) posiciona seu estudo para as formas simbólicas, que compreende como qualquer produção de imagens, textos, ações e falas que sejam reconhecidas por indivíduos de um sistema. Ao dar foco aos modos como o sentido é mobilizado a serviço dos indivíduos e grupos dominantes, bem como, de como o sentido é transmitido pelas formas simbólicas, servindo em certos momentos, para estabelecer relações em que uns se beneficiam mais do que outros, o autor argumenta que a mediação de cultura, ou o modo como as formas simbólicas tornaram-se mediadas por mecanismos de comunicação, é uma característica central das sociedades modernas.

Segundo o teórico, a padronização das formas culturais teria causado um atrofiamento da capacidade do indivíduo de agir e pensar de forma crítica, o que pode ser parcialmente associado à dissimulação de formas simbólicas ideológicas. Sua proposta para a análise da ideologia se dá a partir de cinco modos gerais de operação e suas relativas estratégias.

Os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1999) expressam como ela pode operar por meio do discurso. Essa proposição consiste em: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a retificação. Como ele mesmo afirma “o objetivo não é apresentar uma teoria compreensiva de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1999, p. 80), mas introduzir um assunto com muitas linhas de análise para maiores reflexões posteriores.

No quadro a seguir, apresentamos esses modos de operação da ideologia, bem como as estratégias de construção simbólica acionadas por eles:

Quadro 02- Modos de operação da ideologia

Modos Gerais	Estratégias de Construção Simbólica
<p>Legitimação: Formas simbólicas são representadas como justas e dignas de apoio, isto é, como legítimas</p>	<p>Racionalização: uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações.</p> <p>Universalização: interesses específicos são apresentados como interesses gerais.</p> <p>Narrativização: exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.</p>
<p>Dissimulação: Formas simbólicas são representadas de modos que desviam a atenção. Ocultação, negação ou ofuscação de processos sociais existentes.</p>	<p>Deslocamento: deslocamento contextual de termos e expressões.</p> <p>Eufemização: valorização positiva de instituições, ações ou relações.</p> <p>Tropo: Tropo: uso figurativo das formas simbólicas.</p>
<p>Unificação: Construção de identidade coletiva, independentemente das diferenças individuais e sociais.</p>	<p>Estandarização: um referencial padrão proposto como fundamento partilhado.</p> <p>Simbolização da unidade: construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.</p>
<p>Fragmentação: Segmentação de grupos ou indivíduos que possam significar ameaça aos grupos detentores do poder.</p>	<p>Diferenciação: ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo.</p> <p>Expurgo do outro: construção simbólica de um inimigo.</p>
<p>Reificação: Estabelece e mantém relações de dominação pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural ou atemporal.</p>	<p>Naturalização: criação social e histórica tratada como acontecimento natural.</p> <p>Eternalização: fenômenos sócio-históricos como permanentes.</p> <p>Nominalização: transformação de partes de frases ou ações descritas em nomes, ou substantivos, atribuindo-lhes sentido de coisa.</p> <p>Passivização: uso da voz passiva que leva à retirada das ações.</p>

Fonte: Adaptado de Thompson (1999), com aportes de Silva (2008).

Pretendemos comentar cada modo de ideologia procurando dialogar com o campo do nosso objeto de análise nesta dissertação, ou seja o campo político.

Portanto, na *legitimação* as formas simbólicas são representadas como justas e dignas de apoio, isto é, como legítimas. Segundo Silva e Veríssimo (2009),

A legitimação pode ser entendida como modo de operação da ideologia quando o político busca a legitimidade em seu discurso, isto é, procura estabelecer e sustentar a ideologia partidária, valendo-se de ações legítimas, ou seja, pretende conquistar a confiança da população com pronunciamentos que demonstrem autenticidade e veracidade (SILVA; VERÍSSIMO, 2009, p.4).

O modo de *legitimação* possui três estratégias fundamentais: *racionalização*, *universalização* e *narrativação*

Quanto *racionalização* define-se por uma estratégia de construção simbólica exposta por quem a consente, de modo que se apresente organizada na forma de uma cadeia de raciocínio. Segundo Silva e Veríssimo (2009), “essa estratégia é utilizada no discurso político quando o político sustenta e justifica o conjunto de ideias, com o objetivo de persuadir o público ouvinte de que suas convicções são dignas de apoio”.

Na *universalização* interesses específicos são apresentados como interesses gerais. Segundo Silva e Veríssimo (2009),

[...] consiste na busca do político em defender seus interesses, apresentando-os como inerentes a todos e deixando a possibilidade de adesão para aqueles que veem nele a possibilidade de serem bem sucedidos (SILVA; VERÍSSIMO, 2009, p.5).

A *narrativação*, exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente. Essa estratégia se aplica quando o político retrata o mundo conforme a sua visão e assim sustenta suas convicções, buscando fortalecer ideologias.

Outro modo de operação da ideologia, denominado de *dissimulação* utiliza-se de formas simbólicas que desviam a atenção, através da ocultação, negação ou ofuscação de processos sociais existentes.

A *dissimulação* pode ser retratada em formas simbólicas de distintos modos: pelo *deslocamento*, pela *eufemização* e pelo *tropo*.

Segundo Silva e Veríssimo (2009, p.5) “a construção simbólica das estratégias de *deslocamento* é utilizada para referir-se a um determinado sujeito/objeto referindo-se a outro”. Como por exemplo, quando um político nega a existência da identidade de gênero, justificando que isso é apenas um desvio de comportamento ou um problema de saúde mental.

Quanto à estratégia de *eufemização* constitui-se de uma construção simbólica valorização positiva de instituições, ações ou relações. Como exemplo, podemos citar a divulgação midiática dos atributos do vereador Esmael de Almeida: “Esmael de Almeida, vereador evangélico”, nesse enunciado transfere-se a positividade do termo “evangélico”, que é aceito socialmente como pessoa de boa índole e de bom caráter para a pessoa do vereador. Já o *tropo* compreende uso figurativo das formas simbólicas. Entre as formas mais comuns de tropo estão a sinédoque, a metonímia e a metáfora. Todas elas podem ser usadas para dissimular relações de dominação. A sinédoque envolve a junção semântica da parte e do todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte. A metonímia envolve o uso de um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não exista conexão necessária entre o termo e a coisa à qual alguém possa estar se referindo. A metáfora implica a aplicação de um termo ou uma frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado.

O terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação*, que consiste na construção de identidade coletiva, independentemente das diferenças individuais e sociais, como é o caso do termo “companheiros”, expressivamente utilizado pelos membros do Partido dos Trabalhadores, tal expressão unifica os que pertencem a esse grupo.

A *unificação* divide-se em duas estratégias manifestadas em formas simbólicas e inclui a *standardização* e a *simbolização da unidade*. A *standardização* consiste em um referencial padrão proposto como fundamento partilhado. Segundo Silva e Veríssimo (2009, p.7) “é utilizada pelos políticos com o propósito de troca simbólica na busca de uma linguagem de padrão nacional, a um referencial padrão”. Quanto à *simbolização* da unidade constitui-se na construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.

Outro modo de operação de ideologia é a *fragmentação* consiste Na segmentação de grupos ou indivíduos que possam significar ameaça aos grupos detentores do poder. A *fragmentação* possui duas estratégias de construção simbólica: a *diferenciação* e o *expurgo do outro*. Segundo Silva e Veríssimo (2009),

A *diferenciação* caracteriza-se, no meio político, como sendo a estratégia que enfatiza as diferenças, ou seja, cria uma espécie de divisão entre pessoas e grupos, com o objetivo de desuni-los e impedi-los, de maneira que constituam barreiras para as relações existentes no exercício de poder. Já a estratégia de expurgo do outro, constitui na criação de um inimigo, seja interno ou externo, considerado perigoso e ameaçador nas relações de dominação (SILVA; VERÍSSIMO, 2009, p.7-8)

A *reificação* constitui, para Thompson, outro modo de operação da ideologia. Nele, o político estabelece e mantém relações de dominação pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural ou atemporal, definição essa que pode ser exemplificada dentro do atual e turbulento contexto político brasileiro do Governo Dilma Rouseff, nas discussões polarizadas o termo “*Ditadura*” foi utilizado com eliminação e ofuscamento do seu caráter sócio-histórico. Segundo Thompson (1999), no modo *reificação* “processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que seu caráter social e histórico é eclipsado”. (THOMPSON, 2009, p. 87). As estratégias utilizadas para a construção simbólica desse modo são: a *naturalização*, a *eternalização*, a *nominalização* e a *passivização*.

Sobre as estratégias de *naturalização* e *eternalização* Silva e Veríssimo (2009) apresenta uma rica definição:

A *naturalização* é utilizada e característica no discurso político como sendo aquela em que torna fatos sociais e históricos em simples acontecimentos naturais, desencadeado de acordo com suas respectivas ações passadas. Semelhante a essa estratégia temos a estratégia de *eternalização*, que pode ser descrita como sendo uma estratégia utilizada na política para difundir suas ideologias, tornando fatos considerados não relevantes, históricos ou esquecidos em estruturas rígidas que não podem ser facilmente derrubadas, isso ocorre por meio de uma construção simbólica que objetiva reafirmar e eternalizar o todo (SILVA; VERÍSSIMO, 2009, p.8).

Quanto a *nominalização/passivização* são estratégias que empregam diversos recursos gramaticais e sintáticos que objetivam sobretudo, apagar os atores e as ações e a apresentar novos processos como coisas que ocorrem na ausência de um sujeito que a produziu.

Thompson (1999) separou, por meio dessas categorias, os modos de operação de ideologia e suas respectivas estratégias, contudo o autor enfatiza que essa classificação não é fechada. Segundo ele, “essas formas se combinam ou se sobrepõem, tornando difícil o trabalho de identificação” (THOMPSON, 1999, p.82). Mesmo havendo essa dificuldade, seu trabalho assume relevância para nossa pesquisa no sentido de que, se formos capazes de identificar como as formas simbólicas são construídas para mobilizar um sentido e identificar como os modos de operação de ideologia atuam, poderemos clarificar as relações de dominação que tomam curso na sociedade e sustentam os discursos políticos, principalmente, o discurso político legislativo que é objeto de nossa análise nesta pesquisa.

Ressaltamos que esses modos de operação de ideologia, como também as estratégias de construção simbólica a que a eles se relacionam, não esgotam as possibilidades das representações de aspectos do mundo que podem contribuir para instituir e manter relações de poder e dominação. Entendemos, pois, que a noção de ideologia de van Dijk (2006) dialoga com a proposta de Thompson (1999), assim, os modos de operação da ideologia podem ser utilizados como categorias discursivas para análise a que nos propomos.

Na seção seguinte, daremos ênfase à tríade sociocognitiva de van Dijk a qual sustenta o aporte teórico desta dissertação.

4.2 A TRÍADE COGNIÇÃO-SOCIEDADE E DISCURSO

Como já adiantamos na seção anterior, a proposta da tríade para van Dijk é indispensável para a compreensão de seu aporte teórico. Para van Dijk (2003), a tríade cognição-sociedade e discurso busca compreender como se dá a relação entre a estrutura social e a estrutura discursiva a partir de uma interface cognitiva. Podemos compreender que não há uma relação direta entre o discurso e a situação comunicativa, mas como afirma Natale (2015, p. 56), “há uma relação intermediada por um aspecto de grande relevância que implicará a produção e a compreensão do discurso: a cognição dos participantes”.

Natale (2015) alerta que não se pode construir uma visão reducionista dos elementos da tríade cognição, sociedade e discurso. Dessa forma é de suma importância destacar a relevância de cada um desses elementos.

A noção de discurso para van Dijk (2006) é utilizada de maneira abrangente como acontecimento comunicativo e segundo Natale (2015, p.56) “inclui a interação verbal, os textos escritos e também os gestos, as imagens e qualquer outra significação semiótica ou, em termos mais recentes, multimodais”.

Ainda sobre a noção de discurso Silva (2011) afirma que os discursos explicam, defendem, legitimam, motivam, ou, de algum outro modo, formulam fragmentos das ideologias subjacentes. O discurso e suas representações mentais (tais como seus significados) estão inseridos em situações e estruturas sociais. Ao inverso, as representações sociais, as relações sociais e as estruturas sociais com frequência se constituem, constroem-se, validam-se, normalizam-se, avaliam-se e legitimam-se pelo texto e fala.

Quanto à cognição é compreendida como as concepções mentais das ideologias, a natureza das ideias ou das crenças, a relação com as opiniões, o conhecimento e o *status* como representação socialmente compartilhada. Segundo VAN Dijk (2006) podemos considerar que as representações mentais, isto é, cognitivas, não são individuais, uma vez que a constituição de ideologia

é de grupo. O autor ainda afirma que a representação mental das ideologias encontra-se aliada à memória de longo prazo e não à memória episódica, onde estão às crenças individuais e as experiências diárias, podemos compreender que, “as ideologias são a base da memória social compartilhada pelos grupos” (VAN DIJK, 2006, p. 23).

Neste sentido, Van Dijk (2006), traz relevância para o conceito de modelos mentais que são “as representações episódicas dos acontecimentos que participamos a cada dia, os que atestamos (na vida real ou pela televisão) ou sobre aqueles que lemos”.

Segundo Natale (2015),

Os modelos mentais são entendidos como estruturas cognitivas que representam situações sobre o que se fala no discurso, situações que temos como denotação ou referência. Por isso, os modelos mentais estão diretamente relacionados com a compreensão e produção do discurso, já que esses processos envolvem a formação, a ativação e a atualização de um modelo mental como uma representação na memória de longo prazo (NATALE, 2015, p.63).

Dessa forma, os participantes, ao construir um discurso, ativam os modelos mentais já existentes e os atualizam mediante as necessidades comunicativas da interação.

Porém, as ideologias não podem ser entendidas somente em termos cognitivos. Van Dijk (2006) ainda postula que as ideologias são concebidas, utilizadas e alteradas pelos atores sociais como membros de um grupo socialmente compartilhado. Assim, se insere o conceito de “sociedade” na tríade sociocognitiva de forma a abranger os aspectos históricos e sociais.

CAPÍTULO 5 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se à discussão do quadro teórico-metodológico deste estudo. Alinharemos esta pesquisa a uma abordagem metodológica quali-interpretativa¹⁴ e utilizaremos métodos etnográficos para a coleta de dados que serão relacionados às evidências discursivas de abuso de poder e dominação social identificadas na estrutura discursiva do Projeto de Lei 120/2011. Tal abordagem serve aos propósitos deste estudo linguístico, desenvolvido sob a ótica de uma análise do discurso como prática social.

Para tanto, este capítulo será dividido em subseções que conduzirão para a seguinte compreensão: primeiramente, entenderemos o motivo de esta pesquisa ter-se aliado aos métodos etnográficos; posteriormente, faremos uma breve explicação dos métodos etnográficos, bem como sua aplicação no âmbito da Análise Crítica do Discurso; por fim, apresentaremos as técnicas etnográficas utilizadas e exporemos os procedimentos para a coleta e o tratamento dos dados.

5.1 RECORRENDO A ETNOGRAFIA

No universo das minorias sociais, o Projeto de Lei 120/2011, proposto pelo vereador Esmael Barbosa de Almeida, relaciona-se a uma das causas sociais da comunidade de transgêneros, pois polemiza o uso do nome social por travestis e transexuais em instituições de ensino. O referido Projeto é objeto de estudo desta pesquisa e suas estruturas discursivas serão analisadas qualitativamente em busca de evidências de relações de poder e dominância social que reforçam ideologias dominantes e violam o direito personalíssimo da identidade de gênero. No entanto, sabemos que o Projeto de Lei é um ato social de um ator individual e consideramos que “os atos sociais de atores individuais são partes constituintes das ações e dos processos sociais do grupo

¹⁴ Alinhamos este estudo a pesquisa qualitativa, pois consideramos que essa perspectiva lida com as descrições e interpretações da realidade social tendo como base dados interpretativos. Segundo Taylor (1997) por meio da pesquisa qualitativa a busca do entendimento do fenômeno social se dá pelo exame das formas pelos quais os atores sociais experimentam ou experienciam o mundo.

ao qual pertence” (VAN DIJK 2012a, p.117). Nesse sentido, intrigou-nos saber como a ação social do grupo de vereadores da Câmara Municipal de Vitória, no que concerne a captar adeptos a suas causas políticas, relaciona-se com as estratégias discursivas do ato individual, Projeto de Lei 120/2011, do vereador Esmael Barbosa de Almeida.

Para responder a esse questionamento, este estudo recorreu à pesquisa etnográfica. Durante o mês de agosto de 2015, participamos da vida diária dos vereadores da Câmara Municipal de Vitória, ora observando comportamentos, ora entrevistando e analisando documentos que nos foram cedidos. A pesquisa etnográfica toma como elemento fundamental a pesquisa social e o modo como as experiências são vivenciadas e sentidas pelos participantes colaboradores. Além do mais, a Análise Crítica do Discurso, perspectiva teórica utilizada neste estudo, aponta para a possibilidade de pesquisas de estudos do discurso utilizarem métodos tradicionais das ciências sociais, tais como os etnográficos, pois considera que não se deve limitar a análise do discurso como se ela fosse “um objeto verbal autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2012a, p.12).

Nas próximas seções, descreveremos a pesquisa etnográfica que nos forneceu dados que serão inferidos com o analítico dos estudos críticos da estruturas discursivas do Projeto de Lei 120/2011.

5.2 O MÉTODO ETNOGRÁFICO

O método etnográfico de pesquisa qualitativa se caracteriza justamente por tomar como elemento fundamental a pesquisa social, isto é, o modo como as experiências são vivenciadas e sentidas pelos participantes colaboradores. Muito apropriadamente, Taylor (1994) define a etnografia no que diz respeito à consciência fenomenológica dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O acesso a esse fenômeno de natureza experimental se dá mediante procedimentos tais como:

- participar da vida diária dos sujeitos por um determinado período de tempo;
- observar o que acontece no espaço social pesquisado;
- escutar o que é dito e comentado;
- fazer perguntas;
- estudar documentos.

Tais procedimentos, como se pode ver, permitem que o pesquisador gere dados para a pesquisa a partir de diferentes métodos. A abordagem multimetodológica caracterizadora da etnografia além de envolver o pesquisador com fatos e eventos, afigura-se como procedimento suporte da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, segundo Giddens (2001), a etnografia não é apenas uma metodologia em si, mas um processo complexo de registrar, redigir e construir as experiências e os dados do trabalho de campo.

O teórico e o empírico compõem, portanto, a pesquisa de cunho qualitativo. Logo ela revela um meio de abordar a realidade empírica, a partir da qual serão gerados os dados submetidos ao tratamento analítico.

Na próxima seção apresentaremos a relação do método etnográfico com a Análise Crítica do discurso e a importância dessa relação.

5.3 O MÉTODO ETNOGRÁFICO E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A ACD propõe como alternativa metodológica a transdisciplinaridade. Dessa forma, nada nos impede de acrescentarmos a esse leque de possibilidades a Etnografia. De acordo com Magalhães (2006), as questões pertinentes à identidade de gêneros podem e devem ser realizadas por meio da pesquisa etnográfica, uma vez que em alguns estudos, é bastante esclarecedora, como observaremos na proposta de Magalhães:

Defendemos a etnografia como uma metodologia adequada para o estudo da prática social. Na perspectiva que adotamos, o discurso é uma dimensão da prática social. Isso significa que os textos – a materialidade lingüística e semiótica das práticas sociais – precisam ser contextualizadas nas práticas, o que exige um trabalho de campo (MAGALHÃES, 2006, p. 72).

Van dijk (2012a), também se posiciona sobre a etnografia como método a ser utilizado em Estudos Críticos do Discurso,

Assim, em vez de simplesmente analisar a conversação entre vizinhos, talvez seja necessário fazer o trabalho de campo em uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares ou outros lugares públicos e descrever muitos outros aspectos relevantes desses eventos comunicativos [...] (VAN DIJK, 2012a, p. 12).

A etnografia em conjunto com a análise crítica do discurso se complementa, uma vez que oferece a possibilidade de integrar o acessível ao crítico. “A etnografia e a teoria são mutuamente informativas no sentido de que a teoria focaliza e lapida a etnografia, enquanto a etnografia embasa a teoria na riqueza da vida social” (SNOW, MORRIL; ANDERSON, 2003, p.182).

Atualmente, vários trabalhos da ACD têm utilizado esse conjunto metodológico, como é o caso dos trabalhos de RADHAY (2006) sobre o “Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira”, de Cândido e Souza (2014) sobre “A Representação Social de um Bom Professor”, de Resende (2009) sobre “O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua Crise e o Protagonismo Juvenil”, entre outros.

Todos os referidos trabalhos apontam para a utilização da Análise Crítica do Discurso em conjunto com a etnografia, justificando que a Análise Crítica do Discurso visa tecer a etnografia de um ângulo crítico com o objetivo de destacar as relações de poder nos diversos contextos da pesquisa. Ao mesmo tempo relatam que é a etnografia que leva as vozes ao contexto da pesquisa.

5.4 TÉCNICAS ETNOGRÁFICAS

Segundo Medeiros (2008),

a etnografia é um método de olhar de muito perto, que se baseia em experiência pessoal e em participação, que envolve três formas de recolher dados: entrevistas, observação e documentos, os quais, por sua vez, produzem três tipos de dados: citações, descrições e excertos de documentos, que resultam num único produto: a descrição narrativa. Esta inclui

gráficos, diagramas e artefatos, que ajudam a contar a “história” (MEDEIROS, 2008, p. 1376)

Para este estudo, utilizamos a técnica de observação, na definição de observação participante. Segundo Taylor (1994), a observação participante é uma investigação que se caracteriza por um período de interações sociais entre o investigador e os sujeitos, no meio destes, durante o qual os dados são recolhidos de forma sistemática.

Para Lapassade (2005), a expressão “observação participante” tende a designar o trabalho de campo no seu conjunto, desde a chegada do investigador ao campo da investigação, quando inicia as negociações que lhe darão acesso a ele, até o momento em que o abandona, depois de uma estada longa. Enquanto presentes, os observadores imergirão pessoalmente na vida dos locais, partilhando as suas experiências.

Durante a estada no campo, os dados recolhidos são provenientes da observação participante, que é o que o observador apreende, vivendo com as pessoas e partilhando as suas atividades, são também provenientes de entrevistas etnográficas, que são as conversações ocasionais no terreno, portanto não estruturadas. E, ainda da análise de documentos “oficiais”, e, sobretudo, de documentos pessoais, nos quais os indivíduos revelam os seus pontos de vista pessoais sobre a sua vida ou sobre eles próprios.

Em síntese, a pesquisa etnográfica deste estudo se alinhou durante o período experimental da observação direta, da entrevista não estruturada e da análise documental oficial e pessoal como técnicas etnográficas para coleta de dados da pesquisa.

5.5 A COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Realizamos a coleta de dados na Câmara Municipal dos Vereadores do município de Vitória, no mês de agosto de 2015. Os dados foram coletados de vários contextos e fontes como mostraremos a seguir, a coleta de documentos legais foi realizada no setor de comunicação e no gabinete dos vereadores. As

entrevistas não estruturadas ocorreram com o assessor de imprensa, vigia do estacionamento, copeira, recepcionista e o técnico de informática do Plenário. Os locais de observação foram a recepção, o estacionamento, a sala de cafezinho, o espaço de fumantes e o Plenário.

Vale lembrar que, enquanto pesquisadora *in loco*, a condução de todas as técnicas visou à essência desse estudo que é captar quais são as ações sociais diárias utilizadas pelos vereadores para conseguir adeptos às suas causas políticas.

Nas seções que seguem, apresentaremos o perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como a consolidação e o tratamento dos dados em cada técnica utilizada.

5.5.1 Análise Documental Legal

Nas visitas ao setor de comunicação da CMV, após nos identificarmos e apresentarmos o teor da pesquisa, foi-nos fornecida a documentação do Projeto de Lei 120/2011, o regimento interno da Câmara dos Vereadores e o documento histórico das Legislaturas, solicitamos também a nota taquigráfica da sessão de votação do Projeto Lei 120/2011¹⁵. Dos dados coletados foram geradas as informações que seguem:

Tabela 1 – Composição das 16ª e 17ª Legislaturas

16ª Legislatura – Período: 2009 a 2012			17ª Legislatura – Período: 2013 a 2016		
	Nome	Partido		Nome	Partido
1	Ademar Sebastião Rocha Lima	PT do B	1	Davi Esmael	PSB
2	Aloísio Varejão	PSDB	2	Devanir Ferreira	PRB
3	Dermival Galvão Gonçalves	PMBD	3	Fabrizio Gandini	PPS
4	Eliézer de Albuquerque	PT	4	Luiz Emanuel	PSDB
5	Esmael Barbosa de Almeida	PMBD	5	Luis Carlos Coutinho	PDT
6	Fábio Lube	PDT	6	Marcelo Santos Freitas	PT
7	Fabrizio Gandini	PPS	7	Maximiniano Feitosa Da Mata	PSD
8	José Francisco Maio Filho	PMDB	8	Namy Chequer Bou Habid Filho	PC do B

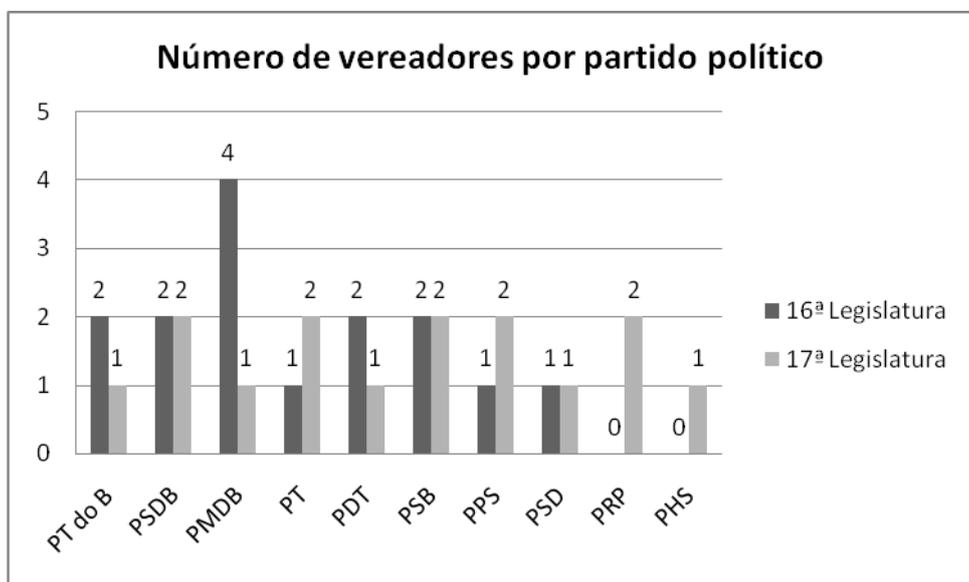
¹⁵ As notas taquigráficas são o registro completo das manifestações ocorridas durante as Sessões Plenárias (VITÓRIA, 2014).

9	Luis Carlos Coutinho	PDT	9	Neuza de Oliveira	PSDB
10	Maximiano Feitosa da Mata	PSD	10	Reinaldo Maiazi Bolão	PT
11	Namy Chequer Bou Habid Filho	PC do B	11	Rogério Pinheiro	PHS
12	Neuza de Oliveira	PSDB	12	Sergio Augusto de Magalhães e Souza	PSB
13	Reinaldo Maiazi Bolão	PMBD	13	Vinicius Simões	PPS
14	Sérgio Augusto de Magalhães e Souza	PSB	14	Wanderson Marinho	PRP
15	Sérgio Sá Freitas	PSB	15	José Francisco Maio Filho	PMDB

Fonte: Autoria Própria

A necessidade de consolidar as informações referentes à 16ª e à 17ª Legislatura da CMV deve-se ao fato de o período da pesquisa etnográfica ter sido realizada em relação ao período de apresentação do projeto de Lei 120/2011, ou seja, o Projeto de Lei 120/2011 foi apresentado na 16ª Legislatura e a etnografia foi realizada no mês de agosto de 2015, período vigente da 17ª Legislatura. Como a pesquisa etnográfica se propõe a identificar quais são as ações sociais utilizadas pelo grupo de vereadores para captar adeptos as suas causas políticas; e, posteriormente, relacioná-las as estratégias discursivas do Projeto de Lei 120/2015, consideramos imprescindível verificar o perfil dessas duas Legislaturas.

Gráfico 1 – Número de vereadores por partido político



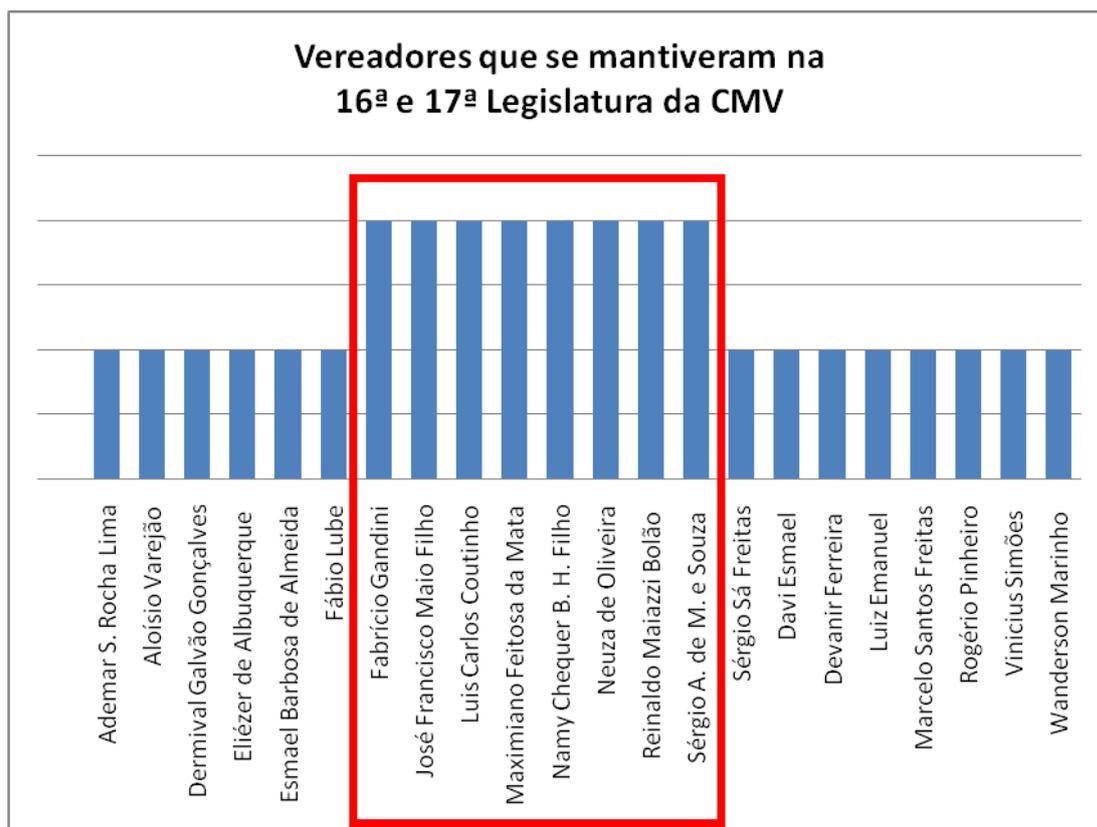
Fonte: Autoria própria.

Como podemos observar no gráfico acima, gerado a partir da tabela 1, dos dez partidos existentes nas duas Legislaturas apenas dois pertencem a 17ª Legislatura, o que nos leva a inferir que oito partidos se mantiveram nas duas

Legislaturas, número expressivo já que percentualmente representa 80% do número de partidos. Esse indicador nos assegura que a ideologia partidária é comum entre as duas legislaturas.

No próximo gráfico, também gerado a partir da tabela 1, observamos que, entre os (22) vinte e dois vereadores presentes nas duas Legislaturas, (8) oito vereadores se mantiveram em ambas.

Gráfico 2 – Vereadores que se mantiveram na 16ª e 17ª Legislatura da CMV



Fonte: Autoria própria

A partir desse dado, observamos que dos (15) quinze vereadores que compõem a 17ª Legislatura, (8) oito participaram da votação do Projeto de Lei 120/2011. Esse índice é de grande importância para esta pesquisa, pois podemos concluir que a 17ª Legislatura mantém expressivamente características da 16ª Legislatura e em sua estrutura 53% de seus membros participaram da votação do evento comunicativo Projeto de Lei 120/2011.

Teoricamente, para esta pesquisa, esse grupo possui o modelo mental das ações comunicativas do objeto de nosso estudo. Vale lembrar que o Projeto de Lei 120/2011 foi aprovado por unanimidade. Isso significa que esse grupo

comum concordou com as estruturas discursivas argumentativas utilizadas pelo vereador Esmael Barbosa de Almeida. Logo, o grupo comum poderá socialmente compartilhar suas crenças com os novos vereadores que se instauraram na 17ª Legislatura, reproduzindo assim o discurso de uma ideologia dominante. E a menos que esses novos vereadores “tenham acesso a informações alternativas ou recursos mentais para se opor a tais mensagens manipuladoras, o resultado dessa manipulação pode ser a formação de “modelos preferidos”” (VAN DIJK, 2012a, p. 88), os quais, por sua vez generalizados em conhecimento atitudes ou ideologias mais gerais, isto é, podem reforçar não somente a problemática do uso do nome social, mas também a homofobia em toda a sua extensão. Essa é a essência maior desta pesquisa.

5.5.2 Análise Documental Pessoal

Considerando o modelo mental individual do autor do Projeto de Lei 120/2011 sobre ações políticas e religiosas, modelo esse que possui uma base social, que está pautado na defesa dos preceitos bíblicos como forma de reestruturação social, interessou-nos saber se os demais vereadores compartilhavam desse modelo mental, constituindo assim uma ideologia de grupo¹⁶. Dessa forma, analisamos os documentos pessoais *online* dos sites profissionais e informações de redes sociais dos vereadores da 16ª e 17ª legislatura, a fim de levantar esse perfil.

Tabela 2 – Vereadores da 16ª e 17ª Legislatura e sua posição religiosa

16ª Legislatura – Período: 2009 a 2012			17ª Legislatura – Período: 2013 a 2016		
Nome		Posicionamento Evangélico (Sim/Não)	Nome		Posicionamento Evangélico (Sim/Não)
1	Ademar Sebastião Rocha Lima	Não	1	Davi Esmael	Sim
2	Aloísio Varejão	Não	2	Devanir Ferreira	Sim

¹⁶ Fonte: Disponível seculodiario.com.br/.../esmael-almeida-toma-posse-com-plenario-da-assessoria – Acessado em 09/03/2016.

3	Dermival Galvão Gonçalves	Não	3	Fabício Gandini	Não
4	Eliézer de Albuquerque	Não	4	Luiz Emanuel	
5	Esmael Barbosa de Almeida	Sim	5	Luis Carlos Coutinho	Não
6	Fábio Lube	Não	6	Marcelo Santos Freitas	
7	Fabício Gandini	Não	7	Maximiliano Feitosa Da Mata	Não
8	José Francisco Maio Filho	Não	8	Namy Chequer Bou Habid Filho	Não
9	Luis Carlos Coutinho	Não	9	Neuza de Oliveira	Sim
10	Maximiano Feitosa da Mata	Não	10	Reinaldo Maiazzi Bolão	Não
11	Namy Chequer Bou Habid Filho	Não	11	Rogério Pinheiro	Sim
12	Neuza de Oliveira	Sim	12	Sergio Augusto de Magalhães e Souza	Não
13	Reinaldo Maiazzi Bolão	Não	13	Vinicius Simões	Não
14	Sérgio Augusto de Magalhães e Souza	Não	14	Wanderson Marinho	Sim
15	Sérgio Sá Freitas	Não	15	José Francisco Maio Filho	Não

Fonte: Autoria própria.

Conforme podemos perceber, o número de vereadores que socialmente no universo virtual se posicionam através de uma plataforma política evangélica não é expressivo, na 16ª Legislatura apenas o autor do Projeto de Lei, vereador Esmael de Almeida e a vereadora Neuza de Oliveira possuem um posicionamento político/evangélico no território *online*. Já na 17ª Legislatura esse número é duplicado, dos 15 vereadores pertencentes à Legislatura, quatro assumem um posicionamento político/evangélico nas redes sociais e/ou em seus *sites* pessoais. Esse fator será utilizado posteriormente nas análises das evidências de relações de poder e dominação no discurso do Projeto de Lei 120/2011.

5.5.3 Observação participante com entrevista não estruturada

Nesta seção, apresentamos a descrição narrativa da observação participante realizada na CMV. A descrição narrativa foi elaborada a partir das anotações diárias de campo, etnograficamente denominadas notas de campo, bem como das respostas obtidas pelas entrevistas não estruturadas realizadas durante o ciclo da observação¹⁷.

¹⁷ Segundo Emerson, Fretz e Shaw (1995, p.370) “No tocante a esse ponto, é importante reconhecer que notas de campo envolvem inscrições da vida social e do discurso social. Tais inscrições inevitavelmente reduzem o tumulto e a confusão do mundo social a palavras

5.5.3.1 Os sujeitos envolvidos na observação participante

Durante a observação participante, algumas pessoas foram entrevistadas sem um questionário prévio, isto é, de forma não estruturada. Determinar o perfil destes entrevistados é fator de suma importância para as inferências que serão apresentadas nas análises deste estudo. Por uma questão de direito à privacidade, os nomes reais serão substituídos por nomes fictícios. Dessa forma, segue:

A copeira do Plenário: A Senhora Andréia é uma senhora de aproximadamente 47 anos, responsável pelo pequeno café que fica no interior do Plenário. Concursada, ela executa esse serviço no interior do Plenário há 12 anos, possui também a responsabilidade de abastecer o café nas dependências da CMV, e, anteriormente, a esse tempo trabalhou na execução de outros serviços gerais na mesma casa legislativa. Depreendemos então que a Senhora Andréia historicamente possui uma grande vivência quanto ao fluxo das atividades da CMV e principalmente quanto ao fluxo das atividades rotineiras do Plenário, já que só neste espaço acompanhou a instauração de quatro legislaturas. No período de observação, foi possível identificar que a distinta senhora possui um bom trânsito entre os vereadores da casa, todos a saúdam quando chegam. Seu grande tempo de vivência na rotina política é fator que lhe concede credibilidade no meio do legislativo. Foi possível, no período de observação, verificar vários vereadores, consultando-a sobre determinadas atitudes políticas, ou solicitando informações sobre determinados ações e/ou indivíduos. Os vereadores têm ciência do papel da Sr^a. Andréia nas articulações políticas e se preocupam em manter uma aproximação e laços com a mesma. Foi possível perceber, durante a observação vários vereadores perguntando a referida senhora sobre seus familiares. A Sra. Andréia tem conhecimento da sua importância, é articulada e utiliza estratégias de humor e ironia quando não deseja fornecer alguma informação solicitada. De forma conclusa, a Sr^a Andréia sabe muito bem como o jogo político acontece e os vereadores estão cientes que ela entende desse jogo. Percebemos no de

escritas, que podem ser analisadas, estudadas e pensadas sucessivas vezes ao longo do tempo”.

observação que quando o ato no plenário envolvia apenas algum ou alguns vereadores e a Senhora Andréia, o jogo de máscaras se sucumbia.

O segurança do estacionamento da CMV: Conservador, muito fechado, com aproximadamente 32 anos, o Sr. Antônio é o responsável pela vigilância do estacionamento da, CMV, revezando em turnos com outros dois colegas de profissão. Atuando há seis anos na casa legislativa, através de uma empresa terceirizada, o Sr. Antônio é uma pessoa atenta e observadora, característica intensificada pela exigência de sua profissão. Pertencente a uma religião protestante, o Sr. Antônio valoriza os preceitos bíblicos. Sua relação com os vereadores não é tão intensa como a da Senhora Andréia, a copeira do plenário. Percebemos, nos dia de observação, que a interação dos vereadores com o Sr. Antônio se restringiu a uma saudação cordial de “Boa Tarde”, isso quando este estava no campo de visualização de algum vereador. Embora sem muita interação com o grupo de vereadores, o Sr. Antônio possui um horizonte de extensão significativo da percepção comportamental desse grupo, uma vez que além da vigilância do estacionamento atua também como segurança do Plenário, dependendo de sua escala de trabalho.

O assessor de imprensa: O Sr. Amaral, funcionário concursado de nível superior, desempenha há oito anos a função de assessor de imprensa na casa legislativa. Jovem, aparentando 33 anos, o Sr. Amaral possui amplo domínio sobre a normatividade da CMV, bem como sobre as articulações logísticas e operacionais do funcionamento do Plenário. Responsável por organizar todas as atividades do Plenário, entre elas a composição da ordem do dia. Sua relação com os vereadores é de orientações sobre os procedimentos administrativos globais da CMV e os procedimentos instanciais das seções do Plenário. Muito articulado e dinâmico, ele assume durante as atividades do plenário uma função de grande circulação e gerenciamento, constantemente durante as seções do plenário, o assessor é consultado por algum vereador sobre a legitimidade de determinado ato de outro vereador.

O técnico de informática: O Sr. Kleiton atua como técnico de informática do Plenário, há quatro anos, funcionário concursado, casado, um jovem de aproximadamente 27 anos. Sua função principal no Plenário consiste em

gerenciar e operar os dados eletrônicos, durante a exposição e votação dos projetos. Sua vestimenta se assemelha a dos vereadores, o Sr. Kleyton usa um distinto terno, na qual percebemos lhe assegurar certa autocrédibilidade. Inferimos pois, que o Sr. Kleiton compreende o “jogo” do plenário, por se apropriar do figurino que socialmente é creditado maior *status* dentro da casa legislativa. Quanto à interação do Sr. Kleiton com os vereadores, constatamos que ela ocorre por iniciativa do referido senhor que, ao chegar, circula pelo Plenário saudando os vereadores, antes de assumir o seu local de trabalho. A disposição física do local de trabalho do senhor Kleiton lhe confere certo orgulho do exercício da função, a estação operacional do sistema digital da CMV fica posicionada no palco central, próximo ao local, onde se situa o presidente da mesa legislativa. Durante as seções do Plenário, o Sr. Kleiton interage diretamente com o presidente, acionando e informando limites de tempo de fala dos membros que irão se pronunciar.

O recepcionista: O Sr. João exerce o cargo de recepcionista da PMV. Há três anos nesta função, desempenha tarefas como o controle de entrada e saída das pessoas na casa legislativa, bem como os serviços de informações gerais e entrega recebimento de correspondências. O cargo foi conseguido através de uma empresa terceirizada. Com 27 anos, ensino médio completo, o jovem Sr. João possui pouca interação com os vereadores, porém possui grande oportunidade de observar as articulações que ocorrem entre os membros desse grupo. Anteriormente, a sua mesa de trabalho, e de visível acesso, existe uma grande sala de recepção, onde por muitas vezes, percebemos o encontro de vereadores. Dessa forma, inferimos que o local físico de trabalho do Sr. João propicia a aquisição de informações sobre os discursos proferidos durante as articulações políticas.

Realizada a explanação do perfil dos sujeitos envolvidos nas entrevistas não estruturadas. Apresentamos, a seguir, a narrativa da observação participante, onde os sujeitos explorados, nessa seção, estão inseridos.

5.5.3.2 Descrição narrativa da observação participante

Como dito anteriormente, a observação participante foi realizada durante o mês de agosto de 2015. No primeiro dia, chegamos à CMV às 14 horas, procuramos a portaria do prédio legislativo em busca de orientações. Identificamo-nos na recepção como pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo e informamos sobre nossa necessidade de conhecer o funcionamento das atividades da Câmara. Nesse momento, fomos informadas de que as atividades do Plenário (local onde ocorrem os eventos coletivos e a votação dos projetos de lei) tinham início às 16 horas, com previsão de término para às 19 horas. Os eventos no Plenário ocorrem nas terças, quartas e quintas-feiras.

Por iniciativa da recepcionista, fomos convidadas para fazer uma visita pelas dependências administrativas da CMV. Recebemos um cartão de acesso que nos proporcionou “passe livre” para transitar por qualquer setor e repartição. Na insegurança, sem saber se poderíamos transitar inclusive pelos gabinetes dos vereadores, indagamos o recepcionista e, nesse momento fomos surpreendidas por um discurso democrático:

“Esse prédio é um prédio público, no qual a senhora tem o direito de transitar por ele, bem como ter acesso a qualquer setor, informação e documento que desejar”.

Dessa forma, começamos a visita pelos mais variados setores. A CMV está na sua 17ª legislatura e possui 15 vereadores. A presença feminina não é expressiva nessa composição, uma vez que a CMV possui uma única vereadora. Visitamos os gabinetes. Nesse dia, conseguimos contato com três vereadores. Tomamos por decisão não articular nenhuma pergunta de interesse da pesquisa nesse momento, pois tínhamos ciência de que os discursos que seriam produzidos naquele momento performativo de pesquisadoras frente a um representante político seria um discurso regido por um contrato de semi-engano, no qual, segundo Charaudeau (2008), ouve-se o discurso produzido já com a consciência de sua base enganosa.

Ao passar pela sala da assessoria de imprensa, fomos recebidas pelo organizador das atividades do Plenário. Conversamos por quase 40 minutos. Nesse tempo, recebemos orientações normativas de todo o funcionamento da instância legislativa, bem como, exemplares do Regimento Interno, da Lei Orgânica do Município e uma cópia da Ordem do Dia.

Seguindo a ordem dos fatos, percebemos que as visitas aos espaços físicos, as conversas com alguns vereadores, e as instruções do assessor de imprensa já nos davam suporte suficiente para entender o funcionamento institucional do legislativo, o comportamento oficial dos vereadores e os procedimentos normatizados. Porém, como pesquisadora etnográfica, interessava-nos o não institucional, os comportamentos não normatizados e os procedimentos não oficiais.

Em busca desses procedimentos e comportamentos não institucionais, adotamos o mesmo procedimento logístico, durante os outros dias: chegamos às 14 horas na intenção de transitar pelas dependências da CMV antes do início das atividades do Plenário.

No decorrer do livre trânsito, conversamos com vários funcionários. As conversas informais com os funcionários de cargos menos elevados e que possuíam mais tempo de casa foram as mais frutuosas para a pesquisa. Memoravelmente, esse grupo possui uma “bagagem” histórica de observações de padrões comportamentais dos membros do legislativo. Por um processo de inferência, foi possível perceber, após algumas conversas com esse grupo de funcionários, que existiam pontos físicos informais, onde as ações sociais, isto é, as articulações políticas, ocorriam, tais como o estacionamento, a recepção, o espaço dos fumantes entre outros.

Elias (2002), em sua obra “Os Estabelecidos e os *Outsiders*” relata também essa percepção ao verificar que os Estabelecidos possuíam pontos físicos de apoio para circulação das fofocas e que esses pontos permitiam que os mexericos circulassem mais rapidamente, o que mantinha o grupo mais coeso. O autor descreve,

[...] Contava com um sistema complexo de centros de intrigas. Depois dos ofícios religiosos na igreja e na capela, das idas

aos clubes e aos pubs das peças teatrais e dos concertos, era possível ouvir as rodas do moinho em ação (ELIAS, 2002, p. 121).

Relacionando o fato observado com a perspectiva teórica, depreendemos que na CMV, os pequenos espaços informais colaboram para a reprodução ideológica, isto é, colaboram com o compartilhamento social do conjunto de crenças do grupo de vereadores, e permitem também que essas crenças circulem mais rápido dentro do próprio grupo, mantendo o grupo mais homogêneo. Segundo van Dijk (2012a, p. 121), “se controlar o discurso é uma das principais formas de poder, controlar as mentes das pessoas é outra forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia”. Com esse entendimento, posicionamo-nos em alguns desses pontos físicos estratégicos por vários dias, iniciando pelo estacionamento.

O estacionamento pode ser considerado como o mais importante ponto físico informal dos vereadores para captar adeptos para suas ações políticas, talvez pela possibilidade de propiciar o primeiro contato, isto é, a primeira influência discursiva.

Ao nos posicionarmos no estacionamento, buscamos estabelecer relações de afinidades com o segurança. Estrategicamente antes de estabelecer a primeira comunicação, buscamos informações sobre o seu perfil pessoal: bom homem, chefe de família, três filhos e extremamente conservador. Dessa forma, em nossa primeira conversa conduzimos o diálogo centrado na importância dos laços familiares, valores éticos e morais. Em um determinado momento, mostramos fotos dos filhos pequenos o que nos garantiu uma relação de proximidade e afinidade. O nosso objetivo de pesquisa, que era investigar o comportamento dos vereadores, em nenhum momento ficou evidente. A pesquisa etnográfica é uma metodologia que oportuniza ao pesquisador esse tipo de articulação. DA MATTA (1981) afirma que a prática etnográfica permite interpretar o mundo social, aproximando-se o pesquisador do Outro “estranho”, tornando-o “familiar”, superando o pesquisador de suas representações ingênuas agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado.

Às 14 horas e 40 minutos, os vereadores começaram a chegar ao estacionamento. Precisávamos de informações do segurança e estrategicamente recorremos a não aceitabilidade universal do ator político. Comentamos com o segurança:

“Nossa! Eles chegam tão cedo! Coitados! Mas também, eles têm muito trabalho”. O apelo à piedade à classe de políticos foi suficiente para provocar a indignação do segurança que retrucou:

“[...] Eles chegam cedo porque aqui é o local das articulações, ficam à espera dos outros vereadores aqui mesmo no estacionamento. Já vi vereador ficar trancado dentro de carro com outros vereadores por quase 10 minutos, eles não tem gabinetes?[...]”.

Convictas de que estávamos posicionadas no local correto, aguardamos. Não demorou para verificar que a informação do segurança procedia. Vereadores que possuíam iniciativas políticas a serem votadas, esperavam em seus carros pelos vereadores de seu interesse para possíveis interceptações¹⁸. Pudemos presenciar durante os dias de observação, algumas dessas interceptações. Foi possível constatar uma frequência no uso de algumas escolhas lexicais utilizadas pelos vereadores ao saudarem seus companheiros políticos. A saudação era regularmente constituída por adjetivações como: devoto colega, fiel amigo, estimado irmão, sincero parceiro, leal e nobre vereador, entre outras e procedidas por um forte abraço. Claramente essas escolhas lexicais podiam ser categorizadas em classes de adjetivos que remetem à coletividade ou à fidelidade. Em uma análise discursiva, esses termos aliados ao forte e expressivo gesto corporal do abraço, reforçam e relembram ao vereador saudado o senso prévio de fidelidade esperada e a necessidade comum que os unem. Van Dijk (2012a), em seus estudos sobre “Discurso e Poder”, elege as escolhas lexicais como excelentes categorias de análise para verificar relações de poder de dominância social.

¹⁸ Todos os dias ao chegar a CMV, nos dirigíamos ao Departamento de Comunicação e Imprensa para solicitar a ordem do Dia, dessa forma ficava ciente sobre quais vereadores possuíam proposições, isto é, iniciativas políticas que seriam submetidas a votação.

Após a saudação inicial, os vereadores continuamente se deslocavam para um espaço mais reservado no próprio estacionamento, onde a articulação discursiva ocorria. O processo discursivo e quase monológico era finalizado por um pequeno “tapinha” nas costas. Veremos na sequência dessa descrição que no momento da votação dos Projetos de Lei no Plenário foi possível perceber que o mais expressivo contato, que ocorre entre os vereadores interceptados no estacionamento pelos vereadores que necessitam de alianças políticas, é a repetição desse pequeno “tapinha” nas costas. Nesse sentido, podemos concluir que esse suave gesto é reconhecido pelo grupo como um lembrete sobre o que foi acordado anteriormente. Essa é uma estratégia política, típica e notadamente adotada na CMV pelos vereadores, é uma “sínica camuflagem” que colabora para reforçar relações de poder e ideologias dominantes.

Outro espaço, onde há a concentração de vereadores, antes das sessões do plenário é o lugar destinado ao espaço dos fumantes. Nele, pudemos observar que os vereadores consideram a capacidade de articulação política para conseguir adeptos as suas causas como um recurso de sobrevivência. O que articulam e negociam são os votos para os seus Projetos de Lei e/ou os Projetos de Lei de seus aliados políticos. Fica visível que a possibilidade de acordos entre vereadores e grupos é uma possibilidade latente, mesmo de grupos afastados. Premissa que pode ser comprovada na fala de um dos vereadores da CMV que estava presente na hora de observação no espaço dos fumantes.

“[...] Voto dado, não importa por quem, é voto retribuído!”

Nessas horas, não há segregação de partidos, tendências ou grupos. Aprovar um Projeto de Lei de sua própria autoria é um dos primeiros entendimentos que fazem os vereadores compreenderem a indispensabilidade de buscar apoio dos outros vereadores, mesmo que sejam seus adversários.

O “Jogo de Números”, estratégia de credibilidade da retórica Aristotélica, é uma manobra muito utilizada entre os vereadores. A importância é dada a quantidade de Projetos de Lei que um vereador submete para aprovação no Plenário, mesmo que esse não venha a ser aprovado, passa a compor

quantitativamente as iniciativas políticas de um vereador, conseqüentemente, passa a ser uma variável a seu favor no discurso eleitoral. Em alguns momentos, essa estratégia não fica tão obscura, como na interlocução que segue de dois vereadores, ainda no espaço dos fumantes:

V1: *“Fala, irmão!”*

V2: *“Beleza, meu amigo!”*

V1: *“Mais um Projeto de Lei na Ordem do Dia né!. Já entrou na casa das dezenas?”*

V2: *“Hum,! Já passei! E eu brinco? Preciso de números! Estou contando com seu voto.”*

É fato que, para a maioria dos vereadores, o exercício do mandato só tem sentido, se for capaz de produzir as maiorias necessárias às vitórias em plenário e à aprovação de seus Projetos de Lei. Por isso, existe a necessidade diária de articular apoio à sua própria causa.

A capacidade de aceitar as diferenças e manter um bom relacionamento são valores básicos do exercício do mandato. A habilidade de fazer boas articulações, sustentando o bom trânsito, é uma das características adjetivas mais apreciadas no julgamento entre os vereadores. Como é possível perceber na fala observada de um vereador na recepção:

“[...] “x é bom de jogo, mantém o grupo coeso [...]”

Segundo Falcone (2012), “da diversidade de valores e conceitos construídos em uma sociedade, os grupos se articulam em torno de afinidades, e assim compartilham e re-elaboram suas crenças” (FALCONE, 2012, p.169). É, pois, o exercício da articulação diária que vislumbramos em nossa pesquisa.

Realizada a narrativa das observações externas ao Plenário, descrevemos abaixo os dias de acompanhamento das seções de votação dos Projetos de Lei.

No primeiro dia, após a conversa com o organizador da Ordem do dia, como anteriormente relatado, fomos alarmadas por uma estrondosa sirena que

anunciava o início das atividades do Plenário. Em um movimento condicionado, vários funcionários deixaram suas salas e um pequeno aglomerado de pessoas se dirigiu ao prédio externo para o início dos eventos previstos na ordem do dia. Acompanhamos o fluxo das pessoas e chegamos ao local central de observação da pesquisa, o Plenário da CMV. O Plenário é o palco de todas as discussões políticas, consensos, enfrentamentos, ações performativas e estratégias de sobrevivência política.

Estruturalmente, o Plenário se assemelha ao de um teatro. Para Bourdieu (1989), o campo político é local, por excelência, das lutas simbólicas pelo poder simbólico.

O discurso político, seja pelo contexto, pela estrutura ou pelo público-alvo está atrelado a elementos coesivos e jogos persuasivos. Com base neste entendimento, Charaudeau (2008) chega a afirmar que o discurso político é o lugar de um “jogo de máscaras”.

Apoios de poder são facilmente percebidos nesse cenário. Os eventos comunicativos que ali ocorrem são controlados pelo legislativo, tais como: tempo, lugar, circunstâncias dos textos e a Ordem do Dia. Essa afirmação pode ser verificada pelo fato ocorrido, quando estivemos na Assessoria de Comunicação, local administrativo que elabora a Ordem do Dia, um determinado vereador interrompeu meu diálogo com o assessor e perguntou:

“Minha proposição está na Ordem do Dia?”. “Então retire, pois hoje não é um bom dia.”

Quem controla o cenário decide “quem é chamado ou obrigado a participar e em qual papel” (VAN DIJK, 2008, p.92). Esse controle configura o poder social, isto é, o “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (VAN DIJK, 2012a, p.87).

Voltando à sessão do Plenário, os vereadores assumem as posições térreas centrais na esfera daquele espaço, o presidente assume a mesa posicionada no palco elevado central, o técnico de informática responsável por controlar o tempo de fala de cada vereador bem como publicar as informações digitais no painel da CMV, assume sua estação de trabalho, ao lado da mesa do

presidente. Quanto à tribuna, que é um local mais elevado que a mesa central, é o espaço destinado aos discursos dos oradores. A galeria que fica acima do nível do palco, é destinada ao público. Antagonicamente, o local mais elevado pertence a quem menos tem acesso ao discurso, ou seja, quem menos fala. Os membros do público possuem um acesso passivo nas sessões do plenário, constituindo-se apenas como ouvintes. É nesse sentido que entendemos o quanto “as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastantes confiáveis de poder de grupos sociais e de seus membros” (VAN DIJK, 2012a, p.90).

O início de uma sessão na Câmara de Vereadores, em geral, é um momento de unanimidade. A instância evangélica é dominante. A ação performativa inicial da sessão se assemelha aos cultos evangélicos. O presidente da CMV invoca o nome de Deus e pronuncia: *“Todos de pé para a leitura da palavra”*. Percebe-se que não há nenhum verbo introdutório na oração proferida, o que pressupõe uma ordem universalizada, que está legitimada por quem fala e pelo lugar que ele ocupa. Não há desobediência a essa ordem, percebemos que mesmo os vereadores que não pertencem ao âmbito evangélico, porque esse é um agrupamento presente e forte na CMV¹⁹, aceitam a ordenação e se põem de pé para a leitura do texto bíblico. Depreende-se que a aceitabilidade performática das imposições dos rituais evangélicos é uma estratégia que confere aos vereadores um bom trânsito na esfera do Plenário.

Passada a leitura da palavra, feita por um orador na tribuna, percebemos que há um sentimento de que a ação evangélica sacraliza e legitima as futuras decisões, ações e estratégias políticas. Isso porque os cultos evangélicos, enquanto rituais, produzem efeitos e possuem eficácia simbólica, já que o dito significa também o feito.

Após a ação performativa inicial, foi percebemos, por parte dos vereadores, atitudes discretas de humor e ironia ao texto bíblico proferido. O texto religioso escolhido estava no contexto do antigo testamento sobre o relato do rei Nabucodonosor, esse fato também nos chamou a atenção: quase todos os

¹⁹ Essa percepção foi possível em virtude da coleta de dados realizada por meio da análise documental pessoal consolidada anteriormente na Tabela 2.

textos bíblicos escolhidos para a abertura das sessões pertenciam ao antigo testamento e abordavam a monarquia, isto é a figura de um rei. Retomando, após a leitura bíblica do rei Nabucodonosor, rumores irônicos diziam:

“Viu? Como é mesmo o nome? Nabuco cú de quem?” (risos).

Porém, em outra situação, no intervalo para o café, esse mesmo vereador, que ironizou o texto bíblico, em conversa com o orador que o proferiu teceu elogios na escolha do texto bíblico, numa estratégia clara de dissimulação:

“Sábua escolha do texto bíblico meu irmão, muito propício para o momento”.

A razoabilidade da ação dos rituais evangélicos é uma estratégia de sobrevivência na CMV. Conforme informação da funcionária responsável pelo café, dos 15 vereadores, 7 participam ativamente dos cultos evangélicos solenes que ocorrem nas sessões especiais do Plenário uma vez por semana. Essas sessões também se configuram como espaço para negociações dos votos dos projetos. Fala do vereador:

“[...] é preciso ir onde todo mundo está, se você fica fora, você não consegue fazer nada aqui dentro, para qualquer coisinha precisa de 5 votos, 8 votos, 100 votos (ironizando). Tem que manter as boas relações[...]”.

O recurso de polidez também é uma estratégia muito utilizada pelos vereadores para manter a boa negociação. Por vezes, alguns se posicionam contrários às justificativas apresentadas para alguns projetos. Porém, acionam discursos com recursos de polidez:

“[...] Caro colega, vejo que seu Projeto de Lei está muito bem fundamentado e é de grande importância, mas talvez não seja prioritário para esse momento, por isso me posiciono pela não aprovação”.

O Projeto de Lei dispunha sobre a institucionalização do dia do supermercado. Notamos que o vocativo é utilizado para abrir uma fala cordial que reforça a importância do projeto, que tem seu valor mitigado pela ressalva instaurada pelo uso do contra-argumentativo, “mas”, que eufemiza a dispensabilidade do projeto e, conseqüentemente, a explicação, contida no conector “por isso”, mitiga a responsabilidade de aceitação por parte do colega.

A posição de “relações cordiais” quase sempre predomina nas reuniões do Plenário e nas dependências da CMV. Essas relações cordiais são na maioria das vezes simbólicas, troca de elogios, comentários sobre a vestimenta, troca de sorrisos, apertos de mão, pequenos mimos e caronas.

Sobre os aspectos de diferenciação dos grupos estão os aspectos que conferem prestígio a cada membro como: os números de votos conseguidos na eleição, experiência política, representação partidária, entre outros. O fato de serem todos vereadores, “*igualmente eleitos pelo povo*”, como costumam dizer, deve ser respeitado e reconhecido como uma garantia de que as relações entre eles devem ser igualitárias.

Voltando a ordem da sessão do Plenário, após a leitura bíblica, o Presidente faz a leitura do conteúdo das proposições a serem votadas e após a leitura de cada proposição declara: “*Os senhores vereadores que aprovam a proposição queiram permanecer como estão*”. E finaliza ora dizendo “*Aprovado*” ora “*Reprovado*”. Porém, o momento é performativo, pois tudo já estava consumado.

Na próxima subseção, apresentamos a síntese da observação participante.

5.5.3.3 Síntese da descrição narrativa da observação participante

Diante dos fatos relatados, sintetizamos, abaixo, as percepções mais relevantes para esta pesquisa:

- Os pequenos espaços informais colaboram para a reprodução ideológica; os vereadores utilizam frequentemente em suas saudações adjetivações que remetem à coletividade ou à fidelidade;
- O movimento de “tapinha nas costas” é um gesto político de reafirmação de acordos;
- A possibilidade de acordos entre vereadores e grupos é uma possibilidade latente, mesmo de grupos afastados;

- A quantidade de iniciativas políticas é uma variável importante para vereador no discurso eleitoral, porém o exercício do mandato de um vereador só tem sentido, se for capaz de produzir as maiorias necessárias às vitórias em plenário e à aprovação de seus Projetos de Lei. Por isso, existe a necessidade diária de articular apoio à sua própria causa;
- A capacidade de aceitar as diferenças, manter um bom relacionamento são valores básicos do exercício do mandato, bem como a habilidade de fazer boas articulações, mantendo o bom trânsito;
- Nas sessões do Plenário o tempo, o lugar, o texto e a Ordem do Dia são controlados pelos membros do legislativo;
- Antagonicamente, o local mais elevado dentro do Plenário pertence a quem não é dado o direito de fala. Os membros do público possuem um acesso passivo nas sessões do plenário, sendo apenas ouvintes;
- A instância evangélica no Plenário é dominante. A ação performativa inicial da sessão se assemelha aos cultos evangélicos;
- A aceitabilidade performática das imposições dos rituais evangélicos são estratégias que conferem aos vereadores um bom trânsito na esfera do Plenário;
- Os cultos evangélicos solenes, que ocorrem nas sessões especiais do Plenário uma vez por semana, se configuram como espaço para negociações dos votos dos projetos;
- O recurso de polidez também é uma estratégia muito utilizada pelos vereadores para manter a boa negociação, mesmo quando se posicionam contrários às justificativas de alguns projetos, adota-se uma postura em nome do bom trânsito ou da manutenção da autoapresentação positiva;
- As relações cordiais são na maioria das vezes simbólicas e refletem a preservação da autoapresentação e da outroapresentação positivas,

troca de elogios, comentários sobre a vestimenta, troca de sorrisos, apertos de mão, pequenos mimos e caronas, mesmo que tais atitudes estejam carregadas de ironia ou falsas verdades, a polarização entre os grupos é manipulada positivamente para preservar as relações;

- A quantidade de votos que um vereador recebeu na eleição é variável de diferenciação de prestígio entre os membros do grupo, bem como a experiência política, a representação partidária, entre outros.

No próximo capítulo, procederemos à análise do Projeto de Lei 120/2011, utilizando como categorias os Modos de Operação de Ideologia, de Thompson (1999), em consonância com a descrição da pesquisa etnográfica.

6. ANÁLISE SOCIOCOGNITIVA DAS RELAÇÕES DE ABUSO DE PODER E DOMINÂNCIA SOCIAL

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos para cada uma das questões que norteiam o nosso trabalho.

Vale ressaltar que, conforme a perspectiva teórica a que nos filiamos neste estudo, por meio dos nossos conhecimentos compartilhados, entre eles o linguístico, o discursivo, o cognitivo e o social, buscamos o entendimento de um determinado evento comunicativo pela negociação. Isto é, ler um texto, atividade que para este estudo será realizada pelos vereadores e demais pessoas que tiverem acesso ao Projeto de Lei 120/2011, é uma “prática discursiva que resulta de processos constantes de compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e valores, ou seja, das nossas performances cognitivas” (FALCONE, 2012, p. 166). É dessa forma que o modelo mental de determinado evento se elabora, tendo a cognição como interface entre a sociedade e as realizações discursivas.

Ao iniciarmos a análise do Projeto de Lei 120/2011, já inserido na íntegra neste trabalho às p.78 e p.79, optamos pela retomada de trechos do referido projeto para facilitar o acompanhamento de nossa análise. Destacamos os excertos nos quais pudemos categorizar as evidências de poder e dominância social, conforme os Modos de Operação da Ideologia de Thompson (1999) descritos no capítulo 4, em consonância com os resultados obtidos na pesquisa etnográfica e a proposta sociocognitiva de estudos críticos do discurso de van Dijk, descrita no capítulo 4. Passamos, então, aos trechos selecionados:

Trecho 1:

Processo: 3605/2011

Projeto de Lei: 120/2011

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de usar o nome civil nos Registros dos documentos escolares.

Iniciativa: Esmael Barbosa de Almeida

Neste trecho inicial é possível identificar as categorias de contexto propostas por van Dijk (2012b).

Tabela 3 – Esquema de contextos e suas categorias

Ambiente	Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores. Período: Fevereiro de 2011.
Participantes	Vereadores, Assistentes, Público e Colaboradores administrativos da CMV.
Eu-mesmo	Esmael Barbosa de Almeida
Ações e eventos comunicativos	Votação do Projeto de Lei 120/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de usar o nome civil nos Registros dos documentos escolares.

Fonte: Autoria própria adaptado de van Dijk 2012b.

Além dos elementos que identificam as categorias de contexto, podemos observar, no trecho acima, o Modo de “legitimação”, sendo empregado pelo uso da estratégia de “racionalização”: o jogo de números (**3605, 120**) é uma construção simbólica herdada da Retórica, são recursos persuasivos utilizados pela comunidade jurídica que reforçam a credibilidade das afirmações a partir da existência de objetividade (COLARES, 2010). O elemento argumentativo introdutor de assunto “**Dispõe sobre a...**”, que apresenta o caso, procura justificar o conjunto de relações numéricas anteriormente introduzidas o que produz evidência de estratégia de “racionalização”, isto é, a estratégia da normatividade jurídica dos jogos de números legitima a afirmação posteriormente racionalizada. Essa legitimação manipula o modelo mental do receptor do texto que inicialmente já se dispõe a aceitar a narrativa que segue como algo crível e eivado de certo grau de autoridade.

Outro Modo de Operação de Ideologia empregado neste fragmento é a “unificação”, configurada pela estratégia de “standardização”: a “standardização” é um referencial proposto como fundamento partilhado. O modalizador “**obrigatoriedade**”, presente no texto da Ementa, está fundamentado pela unificação normativa do conceito de lei. A marca do estado moderno reside justamente no poder soberano e universal, que é acima de

tudo, ou seja, o poder de criar leis, de “dizer” o direito “através” das leis. Leis são normas, regras, padrões de regulamentações, limites dentro dos quais os homens devem se enquadrar para poder viver. Decisão é poder. No caso do Projeto de Lei 120/2011, o poder centra-se nos membros do legislativo a quem compete a aprovação ou não do projeto proposto. Se apenas um grupo distinto tem o poder de decisão, aquele de quem é subtraído esse poder, aquele de quem é excluído do exercício de decisão, é aquele que se submete ao “império da lei”. Tal estrutura de monopólio de poder discrimina e exclui classes de minorias que diretamente sofrerão os impactos das aplicações normativas sancionadas. Como é o caso das transexuais e travestis que perderam o direito garantido à identidade de gênero no âmbito escolar, tema de nossa pesquisa.

Ainda no trecho da ementa, apontamos para as estratégias de “Nominalização/Passivização”, que, conforme Thompson (1999) pertencem ao modo de operação de ideologia “reificação”. A “Nominalização/Passivização” são estratégias que empregam diversos recursos gramaticais e sintáticos que objetivam, sobretudo, apagar os agentes sociais e as ações e a apresentar os processos sociais como coisas que ocorrem na ausência de um sujeito que a produziu (THOMPSON, 1999). No trecho de Ementa do Projeto de Lei [...] *”de usar o nome civil nos Registros dos documentos escolares”* ocorre a falta da nominalização sobre a quem pertence o nome civil, o que gera a ambiguidade, já que não se sabe se o nome civil se refere ao nome do aluno, ao nome dos pais ou a ambos, visto que nos documentos escolares constam os nomes de todos esses atores sociais. O apagamento do ator social na descrição da ementa, que exclui a classe social diretamente afetada, que são as travestis e as transexuais, arditosamente coloca a elite dominante em posição de passivização, evitando o conflito direto com a minoria impactada. Dessa forma, estrategicamente, com a omissão da classe social minoritária, a elite dominante não expõe diretamente o polêmico problema social que é a diversidade sexual e a identidade de gênero o que minimiza o embate político com a classe socialmente menos favorecida. A ementa de um Projeto de Lei é a descrição resumida do projeto, e em um processo de divulgação midiática a ementa, por ser oficial e legitimada, estará quase sempre presente em notícias divulgadas

pela mídia impressa.²⁰ Depreendemos, assim, que esse é o trecho discursivo que possui mais força discursiva e cognitiva para a elaboração dos modelos mentais para legitimar o efeito de sentido que se quer produzir sobre o uso do nome social por travestis e transexuais.

Dando seguimento à análise, identificamos a aplicação da estratégia de “racionalização” que também compreende um modo de operação da ideologia. O tópico “*Iniciativa*” precedido pelo nome do autor responsável pela proposta do Projeto de Lei, o vereador Esmael Barbosa de Almeida, é uma normatividade da estrutura do documento jurídico, que dentro do contexto político oportuniza aos vereadores uma variável de grande articulação, sobrevivência e visibilidade política na Câmara Municipal de Vitória (CMV), fato que comprovamos na pesquisa etnográfica, em que observamos que a quantidade de iniciativas políticas é uma variável importante para o vereador no discurso eleitoral.

Outro fato que se associa a pesquisa etnográfica e o modo como os vereadores gerenciam não só a sua apresentação positiva, mas também a apresentação do outro num jogo de faces, no qual o que vale é o prestígio, o reconhecimento do outro para efetivar o *lobby* que é feito entre eles. Não por acaso, servem de registro o número de votos que um vereador obteve na eleição e a experiência política, aspectos de posse do vereador Esmael Barbosa de Almeida que foi nas eleições de 2008 o vereador mais votado na história do Estado do Espírito Santo. Podemos inferir então, pela ativação da estratégia de “racionalização”, que o nome do autor do Projeto confere credibilidade e legitimidade ao Projeto de Lei, fator que já favorece a aceitação da justificativa que segue e contribui no sentido de manipular a “performance cognitiva” dos receptores do texto.

²⁰ Assertiva pode ser comprovada nos seguintes endereço eletrônico:
http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2013/03/noticias/politica/1414699-camara-vitoria.html

Seguiremos com a análise do próximo trecho que compõe a parte do documento jurídico, no qual cabe ao autor do Projeto de Lei apresentar a sua justificativa e que chamamos de trecho (2) dois:

Trecho 2:

“Apresento para apreciação dos senhores vereadores, projeto que externa minha preocupação com a matéria veiculada no jornal A Gazeta, edição 27/05/2011, que dá publicidade a possibilidade aos alunos da rede municipal de ensino de usarem em sala de aula o nome social”.

Ao iniciar a justificativa, o vereador, ator social que tem acesso e autoridade para se pronunciar nesse acontecimento, utiliza o modo verbal no indicativo e se apresenta em primeira pessoa do singular: “*Apresento*”, definindo-se como eu-mesmo da enunciação. Essa estratégia de “racionalização”, em que o vereador constrói uma cadeia de raciocínio, cognitivamente aciona a figura do ator social que, como vimos anteriormente, possui características socialmente apreciadas pelo grupo de vereadores. Depreendemos que, nesse momento, do processo “performático cognitivo” as ações de compreensão, interpretação, inferências e atribuições de sentidos das estruturas linguísticas e discursivas que seguem, estão favoráveis à aceitação das ideias expostas no projeto. Essa organização esquemática possui uma base sociocognitiva que van Dijk (2012a) denomina como abuso de poder, pois é capaz de controlar a mente e as ações dos indivíduos.

Acompanhando a cadeia de raciocínio do vereador, percebemos a utilização da estratégia de “eufemização”, que tem por objetivo criar, suavizar e sustentar ações para estimular uma valorização positiva dos interesses apresentados, desviando a atenção do interlocutor/ouvinte do interesse real. Fato que pode ser comprovado na sentença “[...]externo **minha preocupação**[...]”. Nela, o vereador mais uma vez marca a importância de quem está falando, ao utilizar o verbo em 1ª pessoa acompanhado do pronome possessivo “minha”, e escolher o substantivo “preocupação” como estratégia para suavizar e desviar a atenção do leitor de seu real interesse e demonstrar sua apreensão, desejo de prevenção. O leitor/ouvinte, ao se apropriar desse léxico, passa a elaborar e/ou

reelaborar a representação social desse ator individual (eu-mesmo), enquadrando-o como representante do povo e atento às decisões sociais, além de apreensivo com os seus impactos. Dessa forma, o efetivo objetivo desse ator social que, como veremos no decorrer da análise, é reproduzir os interesses de sua ideologia religiosa, passa a não ser percebido e é internalizado no modelo mental de seu leitor. Para o caso do público de “vereadores”, que ali participam do evento, há ainda uma instância cognitiva maior de manipulação, uma vez que esse uso reativa nesse grupo a sua real função social que, constitucionalmente, é a de se preocupar com o bem comum e, conforme o resultado da pesquisa etnográfica, há uma variável de apreciação partilhada entre o grupo de vereadores, isto é, o fato de serem todos vereadores, “igualmente eleitos pelo povo”. Portanto, os atores sociais representantes da classe de vereadores por possuírem constitucionalmente a mesma função social do eu-mesmo que enuncia, tendem a se apropriar da mesma preocupação e, portanto, valorizar a mesma ideologia.

Outra evidência de abuso de poder e dominância social foram identificadas no fragmento do trecho, no qual uma matéria do jornal é citada - “[...] **a matéria veiculada no jornal A Gazeta, edição 27/05/2011[...]**” - o ator social também utiliza a “racionalização”, ao resgatar em seu discurso um fato midiático situado e datado como estratégia para manipular o outro de que suas convicções, as quais posteriormente serão apresentadas, são legítimas e dignas de verdade, porque encontram respaldo na voz de outro grupo da elite simbólica, ou seja da instituição jornalística.

Nesse momento, os ouvintes recorrem à memória social e mobilizam seus modelos mentais sobre o Jornal citado, associando-o a um recurso midiático de grande circulação e audiência, fator esse que fornecerá credibilidade às estruturas argumentativas utilizadas pelo vereador na defesa de argumentos para o seu projeto.

O modo de “reificação”, pela estratégia de “nominalização/passivização”, também se faz presente nesse discurso. Como apresentado anteriormente a “nominalização/passivização” são recursos gramaticais e sintáticos que concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas, prejudicando

outros, além de tirar o sujeito da situação e representá-la como acontecimentos que ocorrerem na ausência deste, como segue no fragmento do trecho ***“[...]que dá publicidade a possibilidade aos alunos da rede municipal de ensino de usarem em sala de aula o nome social”***. A ação de “dar publicidade” é a preocupação visível do autor da proposta. Percebe-se que, ao relacionar sua preocupação com a publicidade, isto é, ao alcance da audiência da referida notícia, ele teme pela perda e controle do poder, isto é, a preocupação do vereador está na possibilidade dos receptores do referido Jornal elaborarem modelos mentais de contrapoder. Vale ressaltar que o vereador possui uma forte ideologia dominante evangélica e assim como apresentado na tabela 2 alguns vereadores também assumem publicamente essa ideologia. Depreendemos, então, que, ao sinalizar na ação “dar publicidade” a possibilidade do enfraquecimento do poder e da ideologia dominante evangélica, ele cognitivamente alerta a memória social do grupo de vereadores de mesma ideologia. Nesse momento, esse ator social fortalece e procura validar a sua ideologia dominante evangélica, que historicamente se opõe a qualquer causa social em relação aos transgêneros.

Seguimos com a análise do terceiro trecho da justificativa que denominamos como trecho (3) três:

Trecho 3:

“Estamos falando de possibilitar as crianças a partir dos 7 anos, que ainda estão formando o caráter e suas convicções morais e religiosas (construindo sua identidade), de utilizar o nome social ”.

Neste trecho é importante destacar a maneira como o ator social se posiciona, isto é, não é mais o eu-mesmo sozinho que está falando, mas o grupo que ele quer atingir, por isso o uso da primeira pessoa do plural rogando adesão da voz coletiva. Para tanto, ele se utiliza da “legitimação” pela “universalização” e a “narrativização”. A “universalização” é uma estratégia utilizada pelo político para defender seus interesses, apresentando-os como interesse de todos que pertencem ao mesmo grupo: ***“Estamos falando[...]”***.

Já a “narrativação” é a estratégia na qual o político retrata o mundo de sua ótica e, assim, justifica e sustenta suas ideologias, fato que pode ser observado no fragmento textual “[...]que ainda estão formando o caráter e suas convicções morais e religiosas [...]”, quando ele aciona no outro a responsabilidade de construção educativa e religiosa das crianças, ou seja, daquelas que “ainda” não possuem uma identidade formada e, principalmente, não são responsáveis por suas escolhas identitárias. Por isso, o uso do advérbio modaliza o sentido temporal na estrutura adjetiva explicativa que é antecedida pela modalização do verbo “possibilitar” que imprime ao discurso um caráter fortemente argumentativo que descreve o dever de responsabilidade caso o ato em questão seja realizado. Tal estratégia é consistente do ponto de vista argumentativo, porque atua de forma incisiva sobre o outro e sobre o que se quer aprovar. Nessa perspectiva, seria impossível desconsiderar a força argumentativa do trecho com a utilização da oração adjetiva explicativa que, se retirado, poderia camuflar o argumento mais importante e incisivo utilizado no texto.

Além disso, como estratégia argumentativa que enfatiza as diferenças, ou seja, cria uma espécie de divisão entre pessoas e grupos, temos, ainda, a “diferenciação”, cujo objetivo é desunir e impedir os grupos de se polarizarem, de maneira que constituam barreiras para as relações existentes no exercício de poder, essa estratégia se concretiza no fragmento do trecho *analisado* “[...]de possibilitar as crianças a partir dos 7 anos [...]”. O vereador fragmenta o grupo minoritário e estrategicamente utiliza-se da categoria infantil, classe de indivíduos que promove alta sensibilização e comoção social. Usar o verbo “possibilitar” na voz coletiva, já que “estamos falando de possibilitar”, é imprimir a todos a responsabilidade pelo que ali será decidido. Junta-se ao argumento a força da indicação do público-alvo, “crianças” e a faixa etária.

Realizada a análise do terceiro trecho, passamos ao trecho seguinte:

Trecho 4:

Inúmeros questionamentos surgem naturalmente: se a utilização do nome social for uma pressão do meio e não uma decisão pessoal? E se criança

desistir de utilizar o nome social e sofrer preconceito por isso? E se os pais do aluno entregarem requerimento pela utilização do nome social sem o seu consentimento? Existe algum acompanhamento psicológico a partir da escolha do nome social?.

No trecho apresentado, identificamos a estratégia de “expurgo do outro”, que pertence ao modo de operação de ideologia “fragmentação”. A “fragmentação”, vem de encontro com a Unificação. Os políticos utilizam essa estratégia para segmentar os indivíduos e grupos ao invés de unificá-los coletivamente, criando dessa maneira um desafio para os grupos dominantes, ou direcionando forças potenciais para tirar poder de quem pode considerar como perigoso ou ameaçador. A estratégia de “expurgo do outro”, constitui-se na criação de um inimigo, seja interno ou externo, considerado perigoso e ameaçador nas relações de dominação. O vereador em seu discurso argumentativo apresenta uma série de orações interrogativas, nas quais apresenta os argumentos contrários. Assim, a estratégia de enumeração está acompanhada de outra força argumentativa que encontra no quantificador a motivação para reforçar não só a quantidade, mas, principalmente, o modo, **“inúmeros questionamentos surgem naturalmente:”**. Assim, esses argumentos são apresentados no texto pelo recurso da conjunção aditiva, cuja função é somar esses argumentos, acompanhado de orações subordinadas condicionais que contrapõem ideias antagônicas: na primeira oração interrogativa, **“[...] e se a utilização do nome social for uma pressão do meio e não uma decisão pessoal?”,** contrapõe-se uma tomada de decisão social em detrimento de uma decisão pessoal. Nesse argumento, o vereador procura enfatizar a necessidade de a decisão partir diretamente do sujeito que vai usar o nome social e, portanto, ao reforçar essa possibilidade, ele investe na tese anterior: de que a criança, na faixa etária de 7 anos, não tem uma identidade consolidada (caráter, formação moral e religiosa) que possa garantir a escolha do uso do nome social.

O segundo questionamento, também introduzido pela conjunção aditiva e pela relação de condição, contrapõe dois posicionamentos que se complementam, ou seja, por ser criança e ainda não ter uma identidade consolidada, ela pode

deixar de querer fazer uso do nome social e sofrer preconceito por sua decisão. O terceiro questionamento tem a mesma estrutura inicial do anterior, no entanto, o que se coloca em jogo é a decisão dos pais para a permissão do uso do nome social sem que o maior interessado tome conhecimento ou informe se é favorável, ***“E se os pais do aluno entregar requerimento pela utilização do nome social sem o seu consentimento?”***, numa clara alusão a um suposto abuso de autoridade dos pais que detém a responsabilidade pelos atos de seus filhos menores de dezoito anos.

O questionamento final desse parágrafo enumerativo muda a estrutura de condição e assume o uso do verbo “existir”, ***Existe algum acompanhamento psicológico a partir da escolha do nome social?***, para direcionar a dúvida ao âmbito maior de uma política pública que garanta acompanhamento psicológico, fato que já é comum em outros estados, nos quais há centros de referência onde são oferecidos acompanhamento jurídico, psicológico e de serviço social gratuito, além de projetos que articulam e fortalecem a rede de proteção desses atores sociais.

Com essas formas simbólicas, o público é persuadido e convencido de que essas construções são dignas de apoio e mesmo de reflexão, uma vez que questiona argumentativamente no sentido de enfraquecer e colocar em dúvida a ideologia do grupo de vereadores que poderia se posicionar contra o Projeto de Lei proposto.

Passemos à análise do quinto trecho da justificativa, trecho (5) cinco:

Trecho 5:

“Meu entendimento é que a diversidade sexual, dentro do espaço escolar, deve ser abordada de forma mais democrática, envolvendo, por exemplo, os pais, alunos, entidades organizadas, aqui incluídas as lideranças religiosas”.

Neste trecho, o ator social assume novamente o posicionamento de eu-mesmo, responsável por enunciar a partir do pronome possessivo de primeira pessoa. Nesse momento, o vereador investe no seu argumento mais forte, ***“Meu***

entendimento é que a diversidade sexual, dentro do espaço escolar, deve ser abordada de forma mais democrática”, lança-se em uma posição de reconhecimento da diversidade sexual e de sua discussão no espaço escolar, e ao mesmo tempo investe no estado democrático de direito e, portanto, na democracia para essa discussão. Entretanto, a estratégia é de negação, de uma concessão aparente, já que, embora reconheça a importância da questão, transfere a necessidade de discussão para outro âmbito que passa, inclusive, pelas instituições religiosas.

Assim, esse ator social utiliza a “unificação”, no sentido de estabelecer certa noção de unidade, que consiste na busca de relação entre indivíduos e objetiva uma identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Essa estratégia aparece no fragmento textual por meio da “standardização”, também conhecida como “padronização”, que é utilizada pelos políticos com o propósito de troca simbólica na busca de uma linguagem padrão nacional. O político procura unir os grupos sociais sem, contudo, deixar o seu grupo e sua ideologia de fora, ***“[...] , por exemplo, os pais, alunos, entidades organizadas, aqui incluídas as lideranças religiosas”***; essa unificação passa a ser digna de verdade dada a força política da linguagem e o entendimento universal da expressão ***“[...]de forma mais democrática”***. O termo democrático unifica, legitima e busca configurar de maneira simbólica que todos os grupos sociais possuem o direito de participar das discussões sobre a diversidade sexual no espaço escolar.

Nesse sentido, a “unificação” é utilizada como estratégia de apresentação de uma solução, ainda que não explicitamente, construída como sendo um benefício para o coletivo. No entanto, podemos depreender que o único objetivo é incluir as entidades religiosas nas decisões sobre a diversidade sexual, procurando, assim, inserir capciosamente no âmbito educacional a dominância ideológica religiosa, desconsiderando que o estado é laico. Vale ressaltar que, conforme a pesquisa etnográfica, essa desprezo de um estado laico é uma prática social apresentada na etnografia vinculada a esta pesquisa. Os atos iniciais das seções do Plenário se assemelham aos ritos dos cultos

evangélicos, como por exemplo, a invocação do nome de Deus e a leitura de trechos bíblicos.

Na sequência, apresentamos a análise do trecho (6) seis:

Trecho 6:

“Recentemente o próprio MEC suspendeu a elaboração do Projeto Escola sem Homofobia, em razão dos impactos com sua implementação”.

No trecho 6, o vereador constrói uma narrativa com marcas de ironia. A ironia é uma estratégia do Modo de Operação “dissimulação”, que é utilizada para disfarçar acusações, de dizer algo de maneira aparentemente mais leve do que se dizer diretamente ou frente a frente. Tal estratégia é revelada no fragmento: **“Recentemente o próprio MEC suspendeu[...]”**. “Ao citar o discurso do outro, há a utilização de um reforço de legitimidade para os argumentos do vereador, já que o MEC é uma voz de autoridade no âmbito educacional e, nesse caso, ao enfatizar que “o próprio” órgão institucional tomou uma decisão de suspender a elaboração de um projeto significativo para a discussão em questão, Projeto Escola sem Homofobia, o vereador reforça e valida seus argumentos apresentados no trecho anterior dando a eles maior credibilidade. Assim, ao utilizar o advérbio “recentemente”, ele marca um tempo bem próximo ao que está situado o acontecimento e busca desestabilizar as convicções políticas dos grupos favoráveis às iniciativas do Ministério da Educação quanto ao tratamento dado ao problema da homofobia. Nesse sentido, o vereador constrói simbolicamente uma apresentação negativa do órgão educacional e reforça sua apresentação positiva, bem como suas convicções ideológicas sobre a necessidade de uma revisão sobre o direito do uso do nome social no âmbito escolar.

Mantendo a ordem da análise, apresentamos, a seguir, o sétimo trecho seguido da análise.

Trecho 7:

“Assim, espero que a referida propositura seja aprovada pelos Nobres Edis”.

Nesse trecho final, o marcador discursivo **“Assim[...]”**, assume a função conclusiva e introduz pela estratégia de “racionalização” a cadeia de raciocínio da sentença de encerramento da justificativa do projeto proposto pelo vereador, que segue precedido pelo verbo modalizador **“[...]espero[...]”**, que racionalmente é uma forma simbólica de apelo a força, dado ao processo de uma conclusão indutiva logo apresentada **“[...]que a referida propositura seja aprovada pelos Nobres Edis”**. A cadeia de raciocínio construída pelo vereador poderia ser substituída por uma sentença logicamente equivalente a: “Os que aprovarem essa proposição, estão ao meu favor. E os que não estão ao meu favor estão contra mim”. Para entendermos a intensidade da forma simbólica do apelo a força, faz-se necessário ressaltar que o vereador Esmael Barbosa de Almeida, na data da apresentação da proposta do Projeto de Lei 120/2011, estava em seu segundo mandato e na posterior eleição assumiu o cargo de Deputado Estadual, infere-se, dessa forma, que o vereador possuía grande poder e influência política. Ressaltamos que, conforme dados levantados na pesquisa etnográfica, os vereadores concedem alto grau de importância à manutenção das boas relações entre os membros do seu grupo,

Encerrando o interpretativo do trecho 7, não poderíamos deixar de comentar o estilo jurista utilizado pelo vereador na expressão latina **“[...]Nobres Edis²¹.”**, que caracteriza o pejorativo “juridiquês” e não uma necessidade técnica do jargão profissional de nomear algo específico não contemplado pela linguagem ordinária. Nesse sentido, infere-se que emprego do vocábulo de difícil compreensão possui a finalidade de elitizar a linguagem legislativa e segregar poder (COLARES, 2010).

O último trecho analisado trata-se da assinatura e a marca simbólica do vereador. A assinatura ocupa 1/6 da folha do documento jurídico, onde consta a justificativa, registrada de forma inclinada na diagonal iniciando da esquerda

²¹ Tradução do Latim: Nobres Vereadores

para a direita. Logo abaixo da assinatura do autor do projeto, segue logo pessoal.

Trecho 8:



“Vereador Esmael – Deus é nossa força”.

O *slogan* do vereador se apresenta como forma simbólica justa e digna de apoio. A estratégia de operação ideológica utilizada é a da “universalização”, na qual acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como se fossem de interesse de todos. Prova disso é a expressão “Deus é nossa força”, que universaliza a ideologia religiosa através do pronome possessivo na primeira pessoa do plural “*nossa*”. Uma das formas de se assegurar temporariamente a hegemonia consiste em disseminar uma perspectiva de mundo particular como se fosse a única possível, legítima e aceitável. A hegemonia na CMV é legitimada pela forte ideologia religiosa evangélica. Como consta em outro recorte da observação de campo, metodologia já referenciada nesta pesquisa.

Depreendemos também que o *slogan* apresenta-se também como estratégia de “*simbolização da unidade*”, uma vez que reaviva a soberania da ideologia dominante. A “*simbolização da unidade*” é constituída pela construção de símbolos de unidade e identificação coletiva sendo uma estratégia recorrente no campo político, fato comprovado na pesquisa etnográfica quando identificamos o figurino “terno” como vestimenta de símbolo de poder e a prática social do “tapinha nas costas”, entendida como símbolo que aciona a performance cognitiva e relembra os vereadores dos acordos políticos realizados anteriormente à sessão.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo tratou de analisar a existência nas estruturas textuais/discursivas e sociocognitivas do Projeto de Lei 120/2011, de evidências que apontam para relações de abuso de poder e de dominância, bem como discutir se essas evidências colaboram para a construção de modelos mentais preferidos de discriminação do gênero social. O problema de pesquisa destacou, também, a necessidade de se investigar como a construção discursiva do autor do Projeto, vereador Esmael de Almeida, está relacionada às práticas sociais do grupo de vereadores da Câmara Municipal de Vitória, no que concerne a captar adeptos as suas causas políticas. Nesses termos, esta pesquisa propiciou algumas considerações relevantes para o tema sob o olhar de uma perspectiva crítica e multidisciplinar do discurso.

A relação de forças entre masculino e feminino têm despertado várias problemáticas sociais, para além do machismo e do feminismo. Encontra-se, nesse conjunto, a comunidade dos transgêneros, que luta para garantir não só um lugar na sociedade, mas, além disso, os transgêneros esforçam-se para terem o direito ao usar o nome social. A garantia desse direito constitui a legitimação de uma identidade, isto é, de serem socialmente aceitos pelo modo que desejam ser reconhecidos.

Os discursos de cunho discriminatório tem colaborado para que a comunidade de transgêneros não alcance suas causas sociais e continue sofrendo pela falta de direito às diferenças de gêneros. Como observado nesta pesquisa, historicamente, a prática discursiva que é socialmente disseminada contribui para a construção de ideologias que determinam modos de comportamento dicotômicos segregando os atores sociais em subgrupos com padrões sociais pré-definidos: aqueles padrões que remetem ao comportamento masculino e aqueles referentes ao comportamento feminino. Os que fogem a esses padrões acabam por beirarem à margem da sociedade.

A realidade social sobre quem somos e como somos é construída pela linguagem em uso. Práticas sociais discursivas imbuídas de estratégias de abuso de poder e dominação social, que violam do direito à diferença de

gênero, colaboram para a produção e reprodução de ideologias dominantes, uma vez que propiciam condições para que o modelo mental dos receptores dessas práticas que seja manipulado. Observamos, após a análise desenvolvida nesta dissertação, que o Projeto de Lei 120/2011, nosso objeto de estudo, encontra-se no rol dessas práticas sociais.

Os resultados de nosso estudo nos permitiram apontar evidências cujo significado foi mobilizado por formas representativas que servem para sustentar as relações de abuso de poder e de dominação social, isto é, por estratégias de construção simbólica que atuam em distintos modos de operação da ideologia: *Legitimação*, *Unificação*, *Reificação*, *Dissimulação* e *Fragmentação*.

Quantitativamente, observamos que o modo *Legitimação*, constituído pelas estratégias de *Racionalização*, *Narrativização* e *Universalização*, foi o modo expressivamente mais identificado. Entre as quinze evidências de abuso de poder e dominância social, 40% operam por meio de formas simbólicas nas quais as relações de dominação são apresentadas como legítimas. A estrutura textual do gênero, que pertence à normatividade do direito, propiciou a utilização de estratégias como o jogo de números ao buscar legitimar afirmações posteriormente racionalizadas na proposição. Entendemos que instaurar a legitimidade é fazer com que uma verdade (a do grupo dominante) se solidifique como a verdade, ou ainda como um modelo cognitivo predominante.

Esta pesquisa, ao apresentar evidências por vezes ocultas de relações de poder e de dominação social nas estruturas discursivas do Projeto de Lei 120/2011 que marginalizam e discriminam o grupo de transgêneros, alerta que essas evidências podem manipular o processo performático cognitivo dos receptores do texto, de tal forma que os mesmos passem a elaborar um modelo mental intolerante sobre o grupo minoritário. Apontamos, ainda, uma consequência mais grave, isto é, os receptores podem reproduzir esse modelo mental em outros grupos sociais e, se esse grupo social não possuir um modelo mental de contrapoder, passaremos a uma instância maior de

discriminação social. Constituem-se, portanto, como uma reprodução discriminatória exponencial.

Inferindo sobre o resultado analítico interpretativo com o desfecho da pesquisa etnográfica, notamos que as estratégias utilizadas pelo vereador Esmael de Almeida nas estruturas textuais/discursivas do Projeto de Lei 120/2011 estão intrinsecamente relacionadas às práticas sociais dos vereadores da CMV. O autor do Projeto tem consciência dos fatores de sobrevivência política dentro da casa legislativa, principalmente no que tange à aceitabilidade da imposição de posturas e de rituais evangélicos, portanto, é nessa perspectiva, que ele articula seu discurso, a fim de manipular o modelo performático cognitivo do seu receptor em favor de sua própria causa.

Assim, pretendemos com esta dissertação lançar um olhar crítico acerca dos discursos imbuídos de relações quase sempre ocultas de abuso de poder e dominação social, que colaboram para a produção e reprodução de modelos mentais e desfavorecem as causas dos grupos minoritários e marginalizados da sociedade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLFO, Luciano de Oliveira; PAZÓ, Cristina Grobério. **Eu não sou essa palavra**”: o (des)respeito ao nome social das travestis do município de Vitória. In: **Direitos humanos em sociedades complexas** / Organizadores Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Breno Maifrede Campanha. Vitória, FDV Publicações, 2014.p.21-35.

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F. . **O uso legal do Nome Social na escola: retrato do território brasileiro**. In: I Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, 2014, Belo Horizonte. Anais do I Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero. Belo Horizonte: Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, 2014. v. 01. p. 01-13.

ATIENZA, C.A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARRETO, T. A.; RIBEIRO, C. V.; OLIVEIRA, M. S. **Educação e saúde: problematizando** gênero e sexualidade em uma escola municipal de Juazeiro - BA. Estudos IAT, Salvador, v.1, n.1, 2010, p. 33-47.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra, 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Brasil sem homofobia** .Brasília, 2004.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília, 2006.

_____. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília, 2007.

_____. **Programa nacional de direitos humanos**. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 8 ago. 2006. Disponível em: Acesso em: 10 mar. 2014.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da personalidade**. 7. ed. Atualizado por Eduardo Carlos Bianca Bittar. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007. p. 128-139

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Débora. **Desempenhando a identidade de gênero: Conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual**; In: OSTERMANN, A.C. & FONTANA, B. (Orgs).. *Gênero, Sexualidade – São Paulo, Parábola*, 2010.p.145 a 157.

CÂNDIDO, C. M.; ASSIS, M. R.; FERREIRA, N. T.; SOUZA, M. A. **A representação social do “bom professor” no Ensino Superior**. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 2014, p. 356-365.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil : parte geral, volume 1**. 5. Ed. São Paulo : Saraiva, 2012, p. 171-188.

COLARES, Virgínia . **Inquirição na justiça: estratégias linguístico-discursivas**. 1ed. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____. LIMA JR, J. B. ; CAMPOS, A. A. **Direitos Humanos Debates contemporâneos**. 01. ed. Recife: Benvenuto, 2009.

_____. PINTO, Paulo Feytor ; BROHY, Claudine ; TÜRI, Joseph-G . **Direito, Língua e Cidadania Global**. Lisboa: AIDL, APP, 2009.

_____. **Direito Fundamental à imagem e os jogos de linguagem: análise crítica do discurso jurídico**. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil, UniBrasil*, v. 1, 2010, p. 347-370.

_____. **Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ): o caso Genelva e a (im)procedência da mudança de nome**. *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014.

COURTINE. Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006.

CUPIS, Adriano de. **Os Direitos de personalidade**. 2. ed. São Paulo: Quorum, 2008.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução a antropologia social**. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1981.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa, 2008- 2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>. Acessado em 04/05/2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Fieldnotes in **ethnographic research**. In: Writing ethnographic fieldnotes. Chicago: University of Chicago Press, 1995. Tradução para a língua portuguesa por Leandro de Oliveira (Professor do Departamento de Ciências Sociais da URCA).

FALCONE, K. **Discurso e Cognição**. Eutomia (Recife), v. 1, 2012. p. 164-184

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

GAZETA, Online Redação Integrada, **Travestis estão proibidos de utilizarem o nome social em escolas municipais de Vitória**. Gazeta online, 07 de mar.2013. Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/politica/141-vitoria.html> - Acessado em 27 de julho de 2015.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____, **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em http://bibliobase.sermais.pt:8008/upload/PDF3/19_identidade_genero.pdf- Acessado em 20 de julho de 2015.

GUIMARAES, José Augusto Chaves. **A recuperação temática da informação em direito do trabalho no Brasil:** propostas para uma linguagem de indexação na área. 1988. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)-Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** parte geral. v. I. 4.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

HUMILDES, Joildo Souza. **Transexualismo e direito: Possibilidade e limites jurídicos de uma nova identidade sexual**. Maringá, ago. 2009. Disponível em: < http://www.r2learning.com.br/_site/artigos/artigo_default.asp?ID=1191>. Acesso em: 6 março de 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. (2012). **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos** – Disponível em

<http://www.sertao.ufg.br/up/16/orientacao-popular.pdf?1334> – Acessado em 23 de julho de 2015.

JESUS; DOUELL; BULGARELLI. **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho**: Projeto Construindo a igualdade de Oportunidade no Mundo do Trabalho. Unaid. 2014

JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros**: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.

JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAKOFF, R. **Linguagem e lugar da mulher**. In: OSTERMANN, A.C. & FONTANA, B. (Orgs). **Linguagem, gênero, sexualidade**. São Paulo, Parábola, 2010.

LAPASSADE, Georges. **As microssociologias**. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, I. **Discurso, ética e identidades de gênero**. In: MAGALHÃES, C;GRIGOLETTO, R. (org.) **Práticas identitárias**: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 71-96.

MEDEIROS, Maria Augusta dos Santos. **Aprendendo e ensinando**: suas relações com as aulas de música no presídio regional de Santa Maria. Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) – Edição Internacional e III Congresso Ibero – Americano Sobre Violências nas Escolas. 06 a 09 de outubro de 2008. Curitiba-PR. Editora Champagnat, Curitiba, 2008. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/171_841.pdf. Acesso em 30 de abril de 2016.

MELO, I. F. **Por uma Análise Crítica do Discurso**. In: MELO, I. F. (org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012, p. 53-98.

MOITA Lopes, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado da Letras, 2002.

MONEY, J.; TUCKER, P. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil, vol. 1, Parte Geral**. 42ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO; Lúcia Maria Barbosa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Documento jurídico digital**: a ótica da diplomática. In: PASSOS, Edilenice (Org). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p.33-77.

NATALE, Raqueli. **A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

OLIVEIRA, Thiago Francisco Borges de. **O uso do nome social por pessoas travestis e transexuais na Universidade Estadual do Piauí**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 141, out 2015. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/Cliente/Downloads/n.289?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16488&revista_caderno=9>. Acesso em 04 de março de 2016.

OLIVEIRA, M. I. P.; BARRETO, W. P. - **Direito à Identidade como Direito da Personalidade**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 10, n. 1, p. 199-215, jan./jun. 2010 - ISSN 1677-6402.

PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise crítica do discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PGMV. Procuradoria Geral do Municipal de Vitória. **Projeto de Lei nº 120/2011**. Disponível em: <http://m.vitoria.es.gov.br/pl120/2011/Proposicao=510789>. Acessado em 20 de julho de 2015.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2012 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

POMPEU, Júlio. **Representações sociais sobre Autores de Crimes** Em Comentários De Notícias Policiais. In: Leonel Severo Rocha; Thais Janaina Wenczenovicz; Enzo Bello. (Org.). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 350-370.

PORTAL UOL EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/03/23/nome-social.html>. Acessado em: 15 de janeiro de 2016

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS LGBT NO MUNDO DO TRABALHO, 2014. Disponível em

<<http://www.oitbrasil.org.br/content/promocao-dos-direitos-humanos-de-pessoas-lgbt-no-mundo-do-trabalho-construindo-igualdade>. Acesso em 08 de março de 2016.

RADHAY, R. A. **Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira**; Tese Doutorado. Departamento de Linguística. Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação & política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RESENDE, Viviane. Mello. **Análise discursiva crítica do uso de metáforas em uma interação etnográfica no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Revista da ABRALIN, v. 8, 2009, p. 125-148.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 23-39.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **O Discurso Político no Século XXI: heranças, transformações e regularidades**. In: Seminário DO GEL, 58, 2010, São Carlos (SP): GEL, 2010. Disponível em: <http://www.gel.org.br/?resumi=6697-10>- Acesso em 08/03/2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SNOW, D. A.; MORRILL, C.; ANDERSON, L. **Elaborating analytic ethnography: Linking fieldwork and theory**. *Ethnography*, v. 4, n. 2, 2003, p. 181-200.

SIDOU, J. M. Othon (Org.). **Dicionário jurídico**: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.713-810.

SILVA, Valney Veras; BAPTISTA, Livia Márcia T. R. **Discurso político: legitimação, naturalização ou banalização da corrupção**. Discurso & Sociedade, 2011, p. 723-748. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v05n04/DS5%284%29Valney&Livia.pdf>.

SILVA. Fábio de Oliveira da. **Análise dos modos de operação da ideologia política do partido dos trabalhadores**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharel Em Comunicação Social Publicidade e Propa) - Universidade de Cruz Alta. Orientador: Fabiane da Silva Verissimo.

SILVA. Fábio de Oliveira da; VERÍSSIMO. Fabiane da Silva. **Análise dos modos de operação da ideologia política do partido dos trabalhadores**. 2009. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo.2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0549-1.pdf>.

SILVA, J. Otacílio. **A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu**. Tempo da Ciência (UNIOESTE), Toledo-PR, v. 12, n.23, p. 187-200, 2005.

SILVA, P V B da. **Racismo em livros didáticos**: estudos sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TAYLOR, Charles. "**The politics of recognition**". In: A. Gutmann (org.). Multiculturalism and the politics of recognition. New Jersey: Princeton University Press. 1994, pp. 25-73.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna, teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 3º edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, J. . **Análise Crítica do discurso de pronunciamento da polícia militar durante manifestações populares**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 14(2), 2013. p. 137-159.

TOMAZI, Micheline Mattedi; NATALE, Raquelli. **[Des]caminhos da violência de gênero no Brasil**: discurso, mídia e representação social. In: SILVA, Denise Helena Garcia da; PARDO, María Laura. (Org.). Passado, presente e futuro, dos Estudos do Discurso na América Latina. 1ed.Brasília: Universidade de Brasília, 2015, v. 1, p. 136-155.

TOMAZI, Micheline Mattedi. **Quadrinhos e contexto - Tolerância social à violência contra as mulheres**: discurso, ideologia e contexto. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO Jr., Rivaldo. (Org.). Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos. 1ed.Vitória: PPGEL-UFES, 2014, v. 1, p. 187-205.

TOMAZI, M. M. **Articulação discursiva em depoimentos sobre violência doméstica** 2014. Estágio Pós-doutoral em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

VAN DIJK, T. A. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**, Barcelona/Buenos Aires: Gedisa, 1999.

_____. **Ideologia y Discurso**. Una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Ideología**: Un enfoque multidisciplinario. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

_____. **Society and Discourse**: How Social Contexts Influence Text and Talk, Cambridge University Press, 2009.

_____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **Por uma análise Crítica do Discurso**. In: MELO, Iran Ferreira de. (org.) Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012c, p.139 a 187.

_____. **Discourse and knowledge**: a sociocongitive approach, Cambridge University Press, Barcelona, 2014.

VIEGAS, C. M. A. R.; RABELO, C. L. A. . **O direito à identidade do transexual como forma de efetivação dos Direitos Humanos e de Personalidade**. In: Renata Furtado de Barros; Paula Maria Tecles Lara. (Org.). **Direitos Humanos: um debate contemporâneo**. 1ed. Raleigh - Carolina do Norte: Lulu Publishing, 2012, v. 01, p. 89-140.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nome e sexo: mudanças no registro civil**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008.

VITÓRIA. Câmara dos vereadores de Vitória. **Projeto de Lei nº 120/2011**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/pWeb/fichadetramitacao-Proposicao=491075>. Acesso em 20 de julho de 2014.

VITÓRIA. Câmara dos vereadores de Vitória. **Regimento Interno**. Ano de publicação 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/pWeb/Regimento=291025>. Acesso em 13 de julho de 2014.

VITÓRIA. Comissão da Diversidade Sexual. **Portaria 15074**. Disponível em <http://www.oabrr.org.br/>. Acesso em 25/10/2014.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discours Analysis: History, Agenda, Theory and Methodology. In.: **Methods of Critical Discourse Analysis**. Londres: Sage, 2009. p.1-33.